



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE OS MEMBROS DE  
UM CASAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CASAIS DE DUAS  
GERAÇÕES

Ana Rita Carvalho de Ávila Negri

Rio de Janeiro  
2011

Ana Rita Carvalho de Ávila Negri

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE OS MEMBROS DE  
UM CASAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CASAIS DE DUAS  
GERAÇÕES

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Programa EICOS, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora:  
Prof Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Rio de Janeiro  
2011

N386

Negri, Ana Rita Carvalho de Ávila.

O processo de tomada de decisão entre membros de um casal: uma análise comparativa entre casais de duas gerações / Ana Rita Carvalho de Ávila Negri. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

177f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2011.

Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho.

1. Casamento – Psicologia. 2. Cônjuges – Psicologia. 3. Relações homem-mulher. I. Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 155.645

O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE OS MEMBROS DE UM CASAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE CASAIS DE DUAS GERAÇÕES

Ana Rita Carvalho de Ávila Negri

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Programa EICOS, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada por:

Prof. Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho - Orientadora  
IP - UFRJ

Prof. Dra Andrea Seixas Magalhães  
PUC- RJ

Prof Dra Lucia Helena de Freitas Pinho França  
Universidade Salgado de Oliveira-RJ

Prof Dra Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro  
IP- UFRJ

Prof. Dra Ruth Machado Barbosa  
IP- UFRJ

Rio de Janeiro  
2011

Esse trabalho só foi possível porque pude contar com o Sergio que há muitos anos aceitou trilhar e exercitar comigo a arte de sermos casal e vivermos a experiência da conjugalidade. Com os nossos filhos que foram chegando ao longo da caminhada: Sergio, Ana Carolina, Mariana e Luciana e se tornando testemunhas e partes dessa construção diária. A vocês o meu amor, o meu carinho e o meu reconhecimento. Com meus pais Ewanda e Tatão (in memoriam), que me ensinaram o gosto pelo aprender a ser casal. Com meus irmãos, que me auxiliaram nos primeiros passos e nos seguintes.

A cada um de vocês, minha homenagem.

## AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Lúcia Rocha-Coutinho, cuja competência científica e acompanhamento criterioso do meu estudo e pelas importantes críticas, correções e sugestões feitas durante a orientação me possibilitaram chegar até aqui na construção desse estudo.

À Luciana Carvalho de Ávila Negri que, com competência e rigor necessários à técnica, transcreveu parte das entrevistas.

À Mariana Carvalho de Ávila Negri que, além de transcrever a outra parte das entrevistas, foi meus olhos em um momento de meu impedimento, fazendo com desvelo e carinho a revisão final do texto.

À Ana Carolina Carvalho de Ávila Negri que, com sua leitura atenta e seus questionamentos e observações pragmáticas contribuiu para consolidar questões importantes sobre o tema.

Ao Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri que, na sua trajetória acadêmica e com sua calorosa discussão, instigou-me a ler mais e encorajou-me a buscar fontes e construções teóricas cientificamente mais seguras.

À Joana Machado que, com suas argumentações me propiciou conhecer um pouco de autores como Habermas, entre outros.

À Ana Carolina Lo Bianco que me acolheu e, com sua preciosa escuta, ajudou-me a desembaraçar alguns nós para que eu pudesse continuar a caminhada.

Aos Professores e Professoras do Programa EICOS do Instituto de Psicologia da UFRJ que, indicando importantes fontes de informação e reflexão, possibilitaram-me contato com outras formas de conhecimento e permitiram-me ampliar meu olhar sobre o mundo.

Aos casais que, sujeitos dessa pesquisa, abriram suas casas e seus corações, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre as relações contemporâneas e tornaram possível a elaboração desse estudo.

Aos meus colegas de trabalho, que ofereceram material para reflexão e estudos, professores e funcionários do CES/JF, em especial a Adriana S P V de Castro e a Maria Lúcia Vidal Mattos que prestaram concretamente sua colaboração na coordenação do curso de Psicologia.

Aos meus alunos e alunas do curso de Psicologia do CES/JF e dos cursos de Especialização que sempre possibilitam uma nova pergunta, um novo olhar.

À Carmem e ao Ricardo que, na secretaria do EICOS, sempre me atenderam com carinho, atenção e eficiência.

Aos casais que fazem parte da “minha equipe 4” do Movimento de Casais Equipes de Nossa Senhora: Auxiliadora e Carlos, Dorothea e Helmar, Lourdes e Amaral, Regina e Plínio(in

memorian), Silvia e Takaó que muito contribuíram para as reflexões sobre o que é ser casal e ser família no nosso cotidiano.

Ao Padre João Justino, Conselheiro e amigo de todas as horas.

E por fim, à Banca Examinadora, que ao se disponibilizar a ler e me arguir sobre esse trabalho, contribuem para que eu alcance o ápice do objetivo que venho perseguindo e ao longo desses anos.

## **RESUMO**

NEGRI, Ana Rita Carvalho de Ávila. O processo de tomada de decisão entre os membros de um casal: uma análise comparativa de casais de duas gerações. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 2011. (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

O propósito deste estudo foi, a partir da idéia de que os modelos de casamento são construídos através das concepções entrelaçadas com os contextos histórico, social, político e econômico, compreender melhor se e como as mudanças referentes à posição e ao papel de mulheres e homens na sociedade afetaram o processo de negociação nas tomadas de decisão entre membros de um casal e se essas mudanças afetaram de forma distinta diferentes gerações. Foram entrevistados três casais cuja união se deu na década de 1970 e que têm entre 30 e 39 anos de união e três casais mais jovens, que se constituíram na década de 1990 e têm entre 10 e 19 anos de união. A opção por trabalhar com esses dois grupos teve como objetivo observar se há alguma diferença no que diz respeito à presença de valores tradicionais e modernos nas tomadas de decisão de casais destas diferentes gerações, tendo em vista que os participantes do primeiro grupo se casaram durante os anos de 1970 e 1980, período imediatamente posterior ao surgimento dos Movimentos Feministas dos anos de 1960/1970, que iniciaram um processo de importantes mudanças nos papéis e posições de homens e mulheres na sociedade, enquanto que os participantes do segundo grupo se uniram já na pós-modernidade, época de sedimentação dos conflitos feministas e, conseqüentemente, de grandes mudanças nas formas de conjugalidade e família. Para entender como mulheres e homens destas diferentes gerações vêem o papel de cada um dos cônjuges no processo de tomada de decisões foram realizadas entrevistas semi-dirigidas conduzidas de maneira informal com cada membro do casal separadamente e os textos resultantes da transcrição destas entrevistas foram submetidos a uma análise de discurso a partir das seguintes categorias: Planejamento Familiar; Divisão de Tarefas e Responsabilidades; e Utilização do Tempo Livre e Relação com os Familiares. Procurou-se observar se houve mudanças de uma geração para a outra e, em caso positivo, quais foram elas. Verificou-se que a convivência de valores mais antigos, predominantes nos relacionamentos antigos, e valores mais atuais com alguma freqüência, podem ser fonte de conflito individual bem como de conflitos entre os membros dos casais, especialmente no caso dos casais mais jovens em que as decisões começam a se tornar mais individualizadas. Parece que, especialmente a mulher da geração mais jovem busca uma relação mais igualitária, mais democrática, objetivando um relacionamento mais autêntico e satisfatório, ainda que nem sempre encontre no seu parceiro a mesma disponibilidade, uma vez que este ainda está mais apegado a valores tradicionais.

Palavras-chave: casamento, tomada de decisão, membros de um casal.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>CAPÍTULO I</b>	17
1.1 O CASAMENTO E SUA EVOLUÇÃO	17



## 1.2 O CASAMENTO NO BRASIL

<b>CAPÍTULO II</b>	51
2.1 AS NOVAS RELAÇÕES CONJUGAIS FAMILIARES	51
2.2 A SEPARAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO E AS ESFERAS MASCULINA E FEMININA DE ATUAÇÃO NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE	59
2.3 MUDANÇAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE OS MEMBROS DE UM CASAL	80
<b>CAPÍTULO III</b>	90
3.1 PESQUISA DE CAMPO	90
3.2 METODOLOGIA	94
3.2.1 <b>O grupo estudado</b>	94
3.2.2 <b>Procedimento</b>	96
3.3 ANÁLISE DOS DISCURSOS	97
3.3.1 <b>Planejamento familiar</b>	98
3.3.2 <b>Divisão de tarefas e responsabilidades</b>	112
3. <b>Utilização do tempo livre e relação com os familiares</b>	152
<b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	167
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	172

## INTRODUÇÃO

As concepções de casamento foram se modificando ao longo do tempo até se chegar aos modelos contemporâneos, muito marcados por valores individualistas. A escolha individual e a satisfação pessoal passaram a assumir novas dimensões e a ocupar uma posição de destaque nas relações conjugais, algo que, em tempos remotos, não era nem sequer imaginado (Araujo, 2002; Ariès, 1981; 1987; Berquó, 1998; Fernandes, 1997; Giddens, 1993; Jablonsky, 1998; 2003; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a; 2003b; 2005; 2006; Rousseau, 2002; Vaitsman, 1994).

Estudos de autores como Áries (1981; 1987), Costa (1989), Jablonsky (1998; 2003) e Rocha-Coutinho (1994; 2003a; 2003b; 2005; 2006), entre outros, enfatizam que os modelos de casamento recebem influência da época e da cultura em que estão inseridos, sendo, portanto, construídos a partir de concepções entrelaçadas com os contextos histórico, social, político e econômico.

O casamento, em sua origem, tinha como função a preservação da espécie. Durante toda a época antiga, ele era regido por um contrato comercial e seu principal objetivo deveria ser a conservação de bens, a ajuda mútua entre os membros da família e o ensino de um ofício para as crianças e adolescentes. A família dessa época é comumente descrita como uma família extensa do tipo patriarcal onde conviviam no mesmo espaço marido, mulher, filhos, parentes agregados e serviçais. Entretanto, Samara (2002) aponta para a ineficácia de se falar em um conceito genérico de família. A família, segundo esta autora, deve ser vista a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população. Assim, apesar de haver um modelo dominante de família e conjugalidade, em todos os tempos e sociedades, múltiplas formas de família e conjugalidade coexistiam.

A Igreja, na época antiga, não tinha ainda a importância que veio a adquirir mais tarde, com a sedimentação do Cristianismo na Europa, quando ela passou a deter não apenas um poder religioso, mas também político. Até então, o casamento não era visto pela Igreja como lugar para a salvação dos seres humanos, e os teólogos antigos, consideravam que a salvação dos seres humanos estava na virgindade e no celibato. Apenas com a importância crescente do Cristianismo o

casamento na perspectiva eclesiástica passou a ser visto como um mal menor para aqueles que não conseguiam experimentar uma vida de castidade. Assim, eram aconselhados ao casamento somente os fracos que sucumbiam aos prazeres da carne, prazeres estes que só eram admitidos dentro do casamento e, mesmo assim, vinculados à procriação. A sacralização do casamento só foi instituída pela Igreja por volta do século XII, assumindo, então, o caráter monogâmico e indissolúvel (Vainfas, 1992) que perdurou durante muitos séculos e que se mantém, de certa forma, até os dias atuais.

Somente por volta do século XIX, torna-se importante a existência do amor entre os cônjuges e se enfatiza a importância da educação dos filhos. Com a industrialização e, conseqüentemente, o surgimento dos novos meios de produção, a família extensa do tipo patriarcal, onde conviviam no mesmo espaço marido, mulher, filhos, parentes agregados e serviçais, perdeu a antiga função de garantir a sobrevivência de seus membros, reduzindo-se ao pai, à mãe e aos filhos do casal. Com isso, novas funções e responsabilidades foram assumidas dentro do casamento pelos diferentes membros da família, como, por exemplo, a de concentrar e desenvolver as relações afetivas e emocionais entre eles e a de transformar as crianças em adultos saudáveis e bem adaptados, entre outras. Até então, o amor não era uma exigência para a ocorrência de um casamento, uma vez que se acreditava que ele podia vir a se desenvolver após a união (Ariès, 1981, 1987; Costa, 1989; Giddens, 1993; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

A proximidade das relações entre homem e mulher, e destes em relação aos filhos, bem como a valorização do amor no casamento evoluíram até chegar aos ideais do casamento contemporâneo, em que o individualismo se torna cada vez mais exacerbado e, assim, a satisfação pessoal de cada um de seus membros passa a assumir posição de destaque. Entende-se ser esta uma das principais características do casamento atual, que tem origem nos ideais do amor romântico e que resulta de uma livre escolha pessoal (Ariès, 1981, 1987; Costa, 1989; Giddens, 1993; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

A ênfase, anteriormente situada no coletivo, no bem comum, passa, a partir de então, a focalizar, cada vez mais, o indivíduo. A família sofre um processo de privatização e, por conseguinte, definem-se novos espaços a serem ocupados pelos

seus membros, que devem seguir o papel socialmente designado para cada um deles (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b, 2004; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

No Brasil, sob a tutela principalmente da Igreja, que influenciou o Estado Português desde o início da colonização, o casamento e a família, considerados células importantes na construção da sociedade, foram alvos de um discurso organizador e disciplinador. No início do século XIX, quando as cidades passaram por um grande processo de reurbanização, com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, a população passou a ser disciplinada não apenas pela Igreja como também pelo Estado, este último com a ajuda dos médicos higienistas. A Igreja, aliada do Estado Português, agia diretamente em defesa do casamento cristão, e o Estado, projetando na família os ideais de uma instituição higiênica, proclamava o discurso do casal “disciplinado” e “medicalizado” (Costa, 1989; Mello e Souza, 2000; Oliveira Lima, 2000; Rocha-Coutinho, 1994; Samara, 1983; Souza, 1998).

Paralelamente à evolução da organização social e econômica moderna, emergiu a categoria de indivíduo, atrelada a um conjunto de valores ligados aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Burguesa. A categoria de indivíduo levou ao desenvolvimento de valores cada vez mais individualistas e, assim, a hierarquia, até então vista como natural, posto que obra de Deus, passou a ser pensada como fruto do mundo social. Deste modo, as desigualdades entre os seres humanos começaram a ser vistas como resultado do esforço individual para a apropriação de bens materiais. Neste contexto, a sociedade foi dividida em duas principais classes sociais: a dos proprietários de terras e bens e a dos que não possuíam terras e bens, apenas sua mão de obra, e, assim, dependiam e estavam subordinados aos primeiros (Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

Esta organização social e econômica influenciou basicamente de duas maneiras a construção da sociedade moderna alterando as relações familiares: as atividades econômicas passaram a ser classificadas como produtivas e improdutivas e a família, aonde até então as duas atividades se desenvolviam, perdeu o caráter de unidade produtiva, voltando-se agora para a reprodução, a saúde e o bem estar de seus membros. Assim, o espaço privado da família ficou circunscrito ao trabalho considerado improdutivo, não remunerado, enquanto que, no espaço público

situava-se o trabalho produtivo, remunerado (Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

As antigas categorias de homem e mulher se modificaram para se adequar à nova divisão do trabalho em dois espaços distintos, o público e o privado. A partir de então, as mulheres passaram a ser identificadas com o trabalho doméstico, não remunerado, próprio do âmbito privado onde deveriam atuar, enquanto que o trabalho remunerado, realizado na esfera pública, foi atribuído aos homens (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

As divisões de espaço e função influenciaram significativamente as relações entre homens e mulheres, promovendo, entre outras coisas, uma dependência econômica das mulheres em relação aos homens (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

Entretanto, alguns fatores contribuíram para o questionamento do uso dos espaços e das funções desempenhadas por homens e mulheres. Dentre eles, podemos mencionar, entre outros: a crescente industrialização iniciada no século XIX, que acabou por forçar a entrada da mulher de classe média no mercado de trabalho, especialmente no final da segunda metade do século XX; a participação das mulheres, especialmente das classes mais abastadas, em diferentes espaços sociais, em decorrência de suas tarefas de educadora dos filhos e de colaboradora do sucesso de seu marido, o que as levou a desempenhar múltiplos e distintos papéis; o desenvolvimento acelerado do capitalismo; a ascensão de novas ideologias e o surgimento de movimentos em prol da igualdade de direitos e deveres, entre eles os Movimentos Feministas, que influenciaram de forma significativa as relações conjugais. Assim, discursos que pregavam relações mais democráticas e igualitárias acabaram por se estabelecer no casamento em nosso país, passando a conviver com discursos mais tradicionais, resquícios da antiga família patriarcal brasileira marcadamente hierarquizada (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

No final do século XX e início do século XXI, a sociedade, cada vez mais individualizada, industrializada e regida pelo capital, passou por transformações, cedendo lugar a um novo uso dos espaços, a processos de acelerada globalização e modernização econômica e ao aumento da informatização. A noção de trabalho começou, então, a ser totalmente reconfigurada, sendo que a era da informação

transformou grande parte das relações de trabalho em relações de serviços. O trabalho passou a ser uma força animada pelos poderes do conhecimento, da ciência e da linguagem. As relações humanas tornaram-se mais flexíveis e começaram a cair as barreiras geográficas e sociais. Uma nova ordem se estabeleceu nas relações, configurando novas formas de ser e de agir, cada vez mais individualizadas (Beck, 1997; Giddens, 1991; 1993; 1997, 2002; Hardt e Negri, 2006).

As transformações na sociedade brasileira contemporânea seguem a nova ordem mundial. Também no Brasil, as mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e tecnológicas, expandiram-se, atingindo os indivíduos e provocando a emergência de uma flexibilização de papéis e uma conseqüente fragmentação social e pessoal. Os espaços e papéis, tradicionalmente bem delimitados, passaram por uma indiferenciação de limites, de fronteiras geográficas e sociais, e os seres humanos se fragmentaram, assumindo diferentes papéis em momentos e espaços distintos de sua vida (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994; Wagner, 2005).

Como no trabalho, também na família uma nova ordem se instaurou, marcada pela flexibilização de papéis de homens e mulheres, pais e filhos. Nas relações familiares tradicionais não havia espaço para as escolhas individuais. Os papéis de pai, mãe e filhos eram definidos previamente e as decisões eram tomadas segundo esses papéis. Nas sociedades contemporâneas, cada vez mais individualizadas, as decisões são geralmente negociadas, barganhadas, e os papéis não mais se estruturam a partir de posições rigidamente preestabelecidas (Castells, 1999b; Giddens, 1991; 1993; 1997; 2002; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994).

Tendo isto em mente, resolvemos desenvolver um estudo com o objetivo de conhecer melhor se e como as mudanças referentes à posição e ao papel de mulheres e homens na sociedade alteraram o processo de negociação nas tomadas de decisão entre membros de um casal e se essas mudanças afetaram de forma distinta diferentes gerações.

No primeiro capítulo, abordaremos, de forma breve, a história do casamento, de modo geral. Este capítulo trata ainda do processo de industrialização e do surgimento do capitalismo, que se estabeleceram como forças determinantes das relações entre os indivíduos. Por fim, trataremos da exacerbação do individualismo

no momento atual, que fizeram emergir relações cada vez mais igualitárias em que se valoriza o companheirismo nas relações conjugais e se privilegia a satisfação emocional de ambos os parceiros nelas envolvidos (Castells, 1999a, 1999b; Giddens, 2002; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994 ).

Na segunda parte do primeiro capítulo, trataremos de como se deram e evoluíram as relações entre os indivíduos no Brasil, tendo em vista que o período de colonização foi determinante para marcar as relações estabelecidas entre os povos nativos e o europeu recém chegado. Foram abordados aqui alguns aspectos da constituição do casamento no país durante o período colonial, em que as relações eram regidas pelos poderes político-econômico e religioso. Em seguida, destacaremos como o aburguesamento das elites brasileiras levou à adoção de um modelo de casamento à semelhança do modelo higiênico consagrado na Europa. Finalmente, trataremos da importância dos ideais igualitários e da força da influência da nova ordem mundial nas mudanças ocorridas no modelo de casamento atual no Brasil (Araujo, 2002; Berquó, 1998; Costa, 1989; Fernandes, 1997; Melo e Souza, 2000; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994 ).

No segundo capítulo, distribuído em três seções, abordamos, inicialmente, as novas formas conjugais e familiares e analisamos os novos modelos de família, surgidos a partir da exacerbação do individualismo e do questionamento das relações hierarquizadas no casamento – tradicionalmente marcadas pelo poder masculino –, e que alteraram as relações na família (Giddens, 1991; 1993; 1997; 2002; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006a; Vaitsman, 1994). Foram analisadas aqui, ainda, as mudanças desencadeadas pelos Movimentos Feministas dos anos de 1960/1970 nos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade, de modo geral, e na família, em particular (Beck, 1997; Castells, 1999a, 1999b; Costa, 1989; Giddens, 1991; 1993; 1997; 2002; Habermas, 2004; Hardt e Negri, 2005; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006a; Taylor, 2000; Vaitsman, 1994).

Na segunda seção, abordamos a divisão das tarefas entre homens e mulheres decorrente da separação das esferas pública e privada na modernidade. Destacamos aqui algumas mudanças desencadeadas a partir de então nas relações de trabalho, capital e Estado, que implicaram no alargamento das fronteiras entre os espaços público e privado e na construção de relações mais igualitárias entre

homens e mulheres, o que gerou novas formas de subjetividade (Beck,1997; Castells, 1999a, 1999b; Costa, 1989; Giddens, 1991; 1993; 1997; 2002; Hardt e Negri, 2005; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006a; Vaitsman, 1994).

Na terceira secção tratamos das questões referentes às mudanças nos processos de tomada de decisão entre os membros de um casal. Abordamos aqui o questionamento das antigas relações de autoridade entre homens e mulheres no casamento, que desencadeou a substituição de posições hierarquicamente bem demarcadas entre os cônjuges por vínculos mais igualitários, dando lugar a novas relações entre eles. Tais mudanças afetaram os processos de tomada de decisão dos casais que se, em períodos anteriores, estavam de forma inquestionável nas mãos do homem - considerado o chefe da família -, passaram agora a ser, para um grande número de casais, objeto de negociação (Castells, 1999a; Diniz e Coelho, 2005; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a, 2003b; 2005; 2006; Vaitsman, 1994; Romanelli, 2006; Sarti, 2006).

No terceiro capítulo apresentamos a pesquisa de campo realizada com entrevistas semi-dirigidas, elaboradas a partir de um roteiro previamente estruturado com base nas reflexões oriundas do percurso teórico aqui traçado e dos nossos objetivos, que foram estudar como as mudanças referentes à posição e ao papel de mulheres e homens na sociedade afetaram o processo de negociação nas tomadas de decisão entre membros de um casal e se essas mudanças afetaram de forma distinta diferentes gerações. Para tanto, resolvemos comparar os discursos a esse respeito de membros de casais que têm entre 30 e 39 anos de união com o de membros de casais que têm entre 10 e 19 anos de união. Optamos por trabalhar com esses dois grupos a fim de observarmos se há alguma diferença no que diz respeito à presença de valores tradicionais e modernos nas tomadas de decisão de casais destas diferentes gerações. Isto se deve ao fato de que os participantes do primeiro grupo se casaram durante os anos de 1970 e 1980, período imediatamente posterior ao surgimento dos Movimentos Feministas dos anos de 1960/1970, que iniciaram um processo de importantes mudanças nos papéis e posições de homens e mulheres na sociedade, enquanto que os participantes do segundo grupo se uniram em uma época que como apontamos na parte teórica, de sedimentação das idéias feministas, que acarretaram importantes mudanças nas formas de conjugalidade e família. Tentamos melhor entender como mulheres e homens destas diferentes gerações vêem o papel de cada um dos cônjuges no processo de tomada



de decisões no que diz respeito ao planejamento familiar, à educação dos filhos, à importância atribuída ao trabalho de cada um, ao planejamento econômico familiar e à utilização do tempo livre, bem como se houve mudanças de uma geração para a outra e, em caso positivo, quais foram elas. Apresentamos, ainda, neste capítulo a análise e discussão dos resultados.

Finalmente, fazemos algumas considerações em que assinalamos os pontos mais interessantes resultantes do estudo desenvolvido, levantando possíveis questões a serem posteriormente investigadas.

## CAPÍTULO I

### 1.1 O CASAMENTO E SUA EVOLUÇÃO

A relação de casal pode ser definida como um espaço de intersecção entre dois indivíduos que é permeado tanto por crenças e valores individuais, herdados de suas famílias de origem quanto por aqueles vigentes no grupo social em que estão inseridos. Para se pensar a relação de casal deste modo, é importante considerar que há um espaço de construção subjetiva individual, integrado ao social e diretamente ligado à dinâmica estabelecida pela união. Neste sentido, é possível vislumbrar a evolução do casamento e da família como fruto do enlace de questões religiosas, econômicas, sócio-culturais e políticas, que se alteram em diferentes contextos histórico-culturais. O presente estudo parte justamente da idéia de que a relação de casal é contextualizada, isto é, construída em um tempo histórico e em um espaço social determinados (Araújo, 2002; Ariès, 1981; 1987; Costa, 1989; Giddens, 1993; Jablonsky, 1998; 2003; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a; 2003b; 2005; 2006; Rousseau, 2002; Singly, 2007; Vainfas, 1992; Vaitsman, 1994).

Tradicionalmente, a relação entre os casais se desenvolve sob a égide do casamento, instituição que assumiu os mais diversos contornos ao longo do tempo. Assim, considerando-se o caráter contextual da relação de casal e sua estreita ligação com o casamento, procuramos traçar, neste primeiro capítulo, uma visão sucinta e linear de sua evolução, algo que consideramos imprescindível para uma melhor compreensão do tema abordado no presente trabalho.

Historicamente, a família antiga, ou tradicional, pode ser vista como uma família extensa e patriarcal. Isto é, ela se centra no poder do pai sobre a mulher, sobre os filhos e os serviçais e em uma estreita relação com os parentes. Tal família tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua em um mundo em que isoladamente não se podia sobreviver. Além disso, em casos de crise, ela tinha também a função de proteger a honra e a vida de seus membros. O amor não era uma exigência para a vida em comum de marido e mulher e pais e filhos. O casamento, nesse modelo de família, enfatizava os aspectos funcionais para a continuidade da família (Ariès, 1986; Jablonsky, 2003; Rocha-Coutinho, 2004).

Foi somente a partir do século XIX que a família tornou-se o lugar da afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos. Além do sentimentalismo, que surge com a Revolução burguesa, no âmbito familiar, a função de educação dos filhos tornou-se uma obrigação dos pais. Essas duas funções combinadas transportam para as relações familiares uma noção de proximidade e preocupação. A família passa, desta forma, a representar a ordem e o lugar do cuidado até então delegado a outros (Ariès, 1986).

Viveiros de Castro e Araújo (em Velho, 2006) afirma que a noção de amor na relação de casal está totalmente ligada ao surgimento da noção de indivíduo, em que a escolha, a opção, independentemente dos preceitos dos grupos, ou mesmo contra os costumes dos grupos e classes sociais a que se pertence, tornou-se uma característica fundamental. Velho (2006) menciona o romance clássico *Abelardo e Heloisa*<sup>1</sup> do século XII, como paradigma da primeira manifestação de amor entre um homem e uma mulher. Desafiando costumes, convenções e interesses, o romance retrata a escolha individual na formação do casal e, de certa forma, prenuncia *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, escrito no século XVI. Segundo o autor, é essa a tendência que mais tarde encontrará terreno fértil nos ideais românticos do século XIX.

Segundo Giddens (1993), a emergência do ideal do amor no casamento está intimamente relacionada aos valores morais da cristandade e teve sua origem na Europa. Para este autor,

o preceito de que era preciso devotar-se a Deus para conhecê-lo, e que através deste processo alcançava-se o autoconhecimento, tornou-se parte de uma unidade mística entre o homem e a mulher levando a uma idealização temporária do outro, típica do amor apaixonado, que por sua vez foi associada a um envolvimento mais permanente com o objeto de amor (Giddens, 1993, p. 50).

---

1 O autor refere-se à história de Pierre Abelard e Héloïse, protagonistas de um trágico romance interrompido na Paris medieval do século XII. Pedro Abelardo era um filósofo que se apaixonou por Heloísa, de quem era tutor e que era 20 anos mais nova. Os dois tiveram um filho, Astrolábio, e casaram-se às escondidas. Quando o tio de Heloísa, um clérigo de Notre-Dame, soube, mandou castrar Abelardo que foi viver na abadia de St. Denis, onde continuou seus estudos. Heloíse retirou-se para um convento. Mesmo distantes, os dois se corresponderam em longas e amorosas cartas, mas nunca mais se falaram pessoalmente.

Assim, o ideal do amor romântico constituiria uma outra espécie de amor, que não deve ser confundida com o amor cortês nem com o amor cavalheiresco, embora estes tenham servido de inspiração para o seu surgimento. O ideal do amor romântico no casamento, que teve início no século XVIII, embora tenha utilizado ideais próprios do amor cavalheiresco e tenha incorporado elementos do *amour passion*, assumiu contornos distintos. O amor romântico introduziu a idéia de narrativa pessoal, isto é, de uma história centrada na vida dos indivíduos envolvidos e não mais nos processos sociais mais amplos. Como assinala Giddens (1993), ao se referir a esse novo sentido, próprio do amor romântico, “contar uma história é um dos sentidos do ‘romance’, mas essa história tornava-se agora individualizada, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos” (p.50). É nesse sentido que o autor afirma que:

O amor apaixonado tem sido sempre libertador, mas apenas no sentido de gerar uma quebra da rotina e do dever. Foi precisamente esta parte do *amour passion* que o colocou à parte das instituições existentes. Os ideais do amor romântico, ao contrário, inseriram-se diretamente nos laços emergentes entre a liberdade e a auto-realização (GIDDENS, 1993, p. 50).

Deste modo, o complexo de idéias associadas ao amor romântico vinculou, pela primeira vez, amor com liberdade e auto-realização, ambos considerados elementos desejáveis e fundamentais para o bom funcionamento de um casamento a partir do século XVIII (Ariès, 1981; 1987; Vainfas, 1992; Giddens, 1993; Rocha Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994; Jablonsky, 2003; Velho, 2006).

Como assinala Rocha-Coutinho (1994), “a prioridade sobre os afetos nas relações familiares implicou, no que se refere à conjugabilidade, um processo de construção social de um novo conceito de amor entre homens e mulheres – o amor romântico” (p. 29). Dá-se, como aponta esta autora, seguindo as idéias de Shorter(1975), uma verdadeira Revolução Sentimental no século XVIII, com “o aparecimento do amor materno, do amor conjugal e do sentimento doméstico de intimidade, que mudaram as prioridades da vida e as formas de enlacs tanto contratuais quanto subjetivas entre os integrantes da família” (Rocha-Coutinho, 1994, p.28).

Para que se possa melhor compreender as implicações dessas mudanças ocorridas no casamento e na família, no final do século XVIII, para as mulheres, é importante entender que o amor romântico, que passou a constituir um elemento essencial na escolha do parceiro no casamento, ampliou o papel da mulher na família, estabelecendo as novas tarefas e obrigações para homens e, principalmente, para mulheres. No caso delas, como aponta Giddens (1993), o surgimento do amor romântico deve ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetariam as mulheres a partir do final do século XVIII e que estavam intimamente ligados: “Um deles foi a criação do lar [referindo-se à separação casa e trabalho]. Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamaram de ‘a invenção da maternidade’” ( pp. 52 e 53).

É importante ressaltar aqui, ainda, que, para Rocha-Coutinho (1994), além de toda a importância atribuída ao afeto, “a transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se atendo apenas à história da vida cotidiana” (p. 27). A autora enfatiza que esta transição pontuou

traços-chaves que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais e o uso de nomes e sobrenomes particularizados (p. 27).

Segundo Rocha-Coutinho (1994; 2003a; 2006), com o advento da sociedade industrial<sup>2</sup>, questões como individualidade e identidade pessoal adquirem novos significados no que diz respeito ao estabelecimento das prioridades na vida, tanto de homens como de mulheres, em que o livre arbítrio e a felicidade pessoal, pelo menos no que diz respeito à escolha dos cônjuges, começam a aparecer em primeiro plano.

Do mesmo modo, com a transformação das formas de produção, aos poucos, as funções exercidas na esfera doméstica e aquelas desempenhadas no mundo do trabalho começam a ser separadas, e esses dois espaços de atuação dos sujeitos, o

---

<sup>2</sup> Para alguns historiadores, seu início se deu na metade do século XVIII. DE MASI, D. *Sociedade Pós Industrial*, Senac, São Paulo (Disponível em <http://books.google.com/books>. Acesso em 17/10/2008 às 22 h 36 min).

privado e o público, acabam por desenvolver uma lógica distinta de funcionamento: enquanto o âmbito privado tem como eixo básico a afetividade, o público está calcado na racionalidade, na inteligência e na eficácia do exercício do poder (Rocha-Coutinho, 1994).

Nesse contexto, a afetividade fundada no amor romântico encontra no âmbito da família um terreno fértil para sua expressão. Esta passa a centrar-se na figura da mãe, responsável pelo bem-estar dos filhos e do marido, uma vez que este encontra-se cada vez mais ausente em função de sua atuação no espaço do trabalho remunerado, exercido fora de casa. A mulher, com isso, passa a assumir o papel de intermediária entre pais e filhos e também de interlocutora privilegiada no diálogo com o médico e a escola, figuras importantes em uma sociedade que começa a se preocupar com a saúde e a educação das crianças. O discurso social, inclusive, como assinala Rocha-Coutinho (1994), reforça cada vez mais a idéia de que, para a mulher, o “casamento, baseado no amor e na liberdade de escolha, será o lugar da felicidade, da alegria e da ternura e seu ponto culminante será a procriação” (p. 36).

Assim, a maternidade é exaltada, são ressaltadas todas as suas características e ela passa a ser considerada uma das atividades mais invejáveis e doces que uma mulher pode esperar. É imputado à mulher o lugar de figura central e imprescindível na família, bem como é atribuído à maternidade um “caráter inato”, que deveria ser, portanto, compartilhado por todas as mulheres (Rocha-Coutinho, 1994).

A idéia da maternidade como algo da natureza feminina e o devotamento das mães aos filhos são defendidos por vários teóricos das mais distintas áreas ao longo do século XVIII e grande parte do século XIX, tendo por base as idéias de Rousseau que também atribuía às mães uma nova função, a de educadora dos filhos. A mulher passa a ser vista, assim, como a responsável pela preparação do homem do futuro, tarefa nobre que justificaria o seu sacrifício e enclausuramento na intimidade da casa (Rocha-Coutinho, 1994).

As diferenças biológicas entre os sexos foram utilizadas para reforçar o discurso social das diferenças nos papéis sociais e profissionais por eles exercidos. À mulher foi atribuída a responsabilidade pelo cuidado com a casa, com o marido e a educação das crianças, uma vez que sua constituição física e espiritual, que se acreditava mais fraca, a impediam de desempenhar trabalhos físicos pesados e

atividades que exigissem muito dela intelectualmente. Ao homem caberia “protegê-la, sustentá-la e afastá-la dos árduos e complicados problemas do mundo fora de casa, a fim de que ela possa melhor desempenhar seu trabalho no lar” (Rocha-Coutinho, 1994, p.43).

As idéias relacionadas à identidade e aos papéis a serem desempenhados por mulheres e homens, disseminadas como naturais, foram, então, legitimadas por discursos científicos e filosóficos, bem como pelos discursos religiosos e políticos hegemônicos da época, acabando por serem reproduzidos pela própria mulher no convívio e educação dos filhos. Nas palavras de Rocha-Coutinho (1994),

Esses discursos contribuem para conformar a subjetividade feminina, fazendo parte da cultura entendida como lugar da identificação e da criação de sentido e, como consequência, são reproduzidos, por sua vez, pela própria mulher em seu papel de socializadora e mediadora, em sua função de reprodutora dos valores e normas que sustentam esta forma de organização social baseada na divisão do trabalho por sexo. Esta divisão, que tem raízes biológicas na reprodução da espécie, é, no entanto, transportada para a cultura, onde se cristaliza em valores e instituições, deixando de ser natural para se transformar em um produto da cultura (pp.40-41).

Em consonância com esse discurso construído histórica e socialmente, o espaço privado tornou-se o lugar das desigualdades de gênero, das diferenças na apropriação do capital cultural, no acesso à qualificação profissional e ao controle social. As construções sociais associadas ao modelo ideal de mulher, assim, desempenharam um papel fundamental na estruturação da subjetividade da mulher, definindo a identidade feminina mais apropriada ao papel a ser exercido por ela. Para Rocha-Coutinho (1994), essas construções discursivas

marcaram definitivamente a psicologia feminina, tornando a mulher incompatível com a chamada ‘vida ativa’ e explicando sua ausência dos centros de poder e decisão da sociedade (p. 45).

Cabe acrescentar aqui que a crescente industrialização, transformadora das formas de produção, enfatizou ainda mais a separação entre casa e trabalho, contribuindo para a construção de uma identidade própria e específica para homens

e mulheres, desempenhando um papel importante nas mudanças ocorridas no interior da família, em especial a partir da segunda metade do século XIX. Entre essas mudanças, destaca-se o declínio do poder patriarcal (Ariès, 1981; 1987; Giddens, 1993; Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2006; Vaitsman, 1994; Jablonsky, 2003).

Pode-se observar que grande parte das mudanças no interior da família decorrem de alterações nos padrões de comportamento de mulheres e homens e na relação entre pais e filhos, como a redução da intimidade entre o pai e seus filhos, uma vez que o pai se ausenta da casa com a justificativa do trabalho fora do lar e a mulher assume um maior controle na criação dos filhos, identificados agora como mais frágeis, carecedores de vigilância constante e severo acompanhamento quanto à sua educação. Mais tarde, com a evolução do casamento e da família, devido, em grande parte, à participação da mulher no trabalho remunerado, a mãe também passa a ingressar no mercado de trabalho, promovendo, em alguns casos, o afastamento de ambos da casa e da participação mais direta na criação dos filhos (Giddens, 1993; Rocha-Coutinho, 1994).

Torna-se importante lembrar aqui que a divisão entre carreira e família nem sempre foi um fenômeno que fez parte da vida das mulheres. Somente com o advento da Revolução Industrial é que os espaços público (do trabalho) e privado (da família) passaram a ser delimitados, e o mundo público, do trabalho, passou a ser definido como um mundo masculino. Essa divisão ganhou força no século XIX, com a crescente industrialização, ainda que as mulheres de famílias mais humildes, por essa época, passaram também a ingressar a força de trabalho nas fábricas, para completar e/ou prover o sustento de suas famílias. Foi somente a partir do século XX que a mulher de classe média também passou a integrar o mercado de trabalho, preenchendo funções de apoio, como o de secretária, por exemplo (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2006).

Rocha-Coutinho (1994; 2003) assinala que, a partir da década de 1960, a resistência das mulheres tomou a forma de movimentos reivindicatórios contra uma subjetividade feminina alicerçada apenas na reprodução da vida privada e contra a discriminação das práticas da vida pública. Segundo a autora:

Como consequência do questionamento da limitação da mulher aos papéis de esposa, mãe e educadora e com a entrada da mulher,



especialmente a de classe média, no mercado de trabalho – uma vez que a mulher das classes populares quase sempre trabalhou como operária ou empregada doméstica para garantir sua sobrevivência e a sobrevivência de sua família - , a identidade feminina teve que ser ampliada, não sem grandes dificuldades, para incluir este novo papel: o de trabalhadora e pessoa com uma carreira (Rocha-Coutinho, 1994, p. 61).

Assim, o que os estudos têm apontado, é que, na prática, embora o discurso social tenha incorporado novos papéis à identidade feminina e tentativas de mudança na imagem cristalizada das antigas definições de mulheres e homens, na essência, a sociedade continua a atribuir à mulher todos os encargos com a família e com a casa, associados, ainda, a características essencialmente femininas (Rocha-Coutinho, 1994, 2003, 2006).

Nesse sentido, embora algumas mulheres assumam hoje funções de chefia no trabalho, ainda persiste uma segregação velada, mais sutil do que no passado, em relação a oportunidades de trabalhos melhores para as mulheres. Essas barreiras, afirma a autora, são em grande parte fruto de estereótipos tradicionais de gênero, que reforçam a idéia das diferenças “naturais” entre homens e mulheres, o que os tornaria mais aptos a assumir diferentes tipos de trabalho. Além disso, com o investimento da mulher em uma carreira profissional, a autora aponta para as “dificuldades estruturais por parte das mulheres em contrabalançar carreira e maternidade, um dos pilares da antiga identidade feminina” (Rocha-Coutinho, 2003, p. 59).

As mudanças no interior da família geram conseqüências importantes e, dentre elas, cabe destacar aqui a tendência de deslocamento da autoridade patriarcal como centro da família. Castells (1999b) chama de crise da família patriarcal “o enfraquecimento do modelo de família baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família” (v 2 p. 173). Para Castells (1999a)

as mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. Apesar de todas as dificuldades do processo de transformação da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e enfraquecido em várias sociedades. Desse modo, os relacionamentos entre os sexos tornaram-se, na maior parte do mundo, um domínio de disputas, em vez de uma esfera de reprodução cultural. Há uma redefinição fundamental de

relações entre mulheres, homens, crianças e, conseqüentemente da família, sexualidade e personalidade (v. 1, p. 22).

Ainda segundo este autor, o patriarcalismo é caracterizado pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar, sendo “uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas” e que ainda perpassa todas as instituições (p. 169). Para o autor, os relacionamentos interpessoais e, em conseqüência a personalidade, são “marcados pela dominação e violência, que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo” (Castells, 1999b, p 169).

Este tipo de relação familiar vem sendo contestado desde o fim do milênio, com a entrada da mulher de classe média no mercado de trabalho, em decorrência, em parte, de sua conscientização de que as características que lhe foram imputadas não eram da ordem da essência mas, antes, socialmente construídas. Nesse sentido, em especial a partir da década de 1960, três tendências são observadas como forças propulsoras dessas mudanças: as conseqüências do crescimento de uma economia global; as mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie; e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2005; 2006; Jablonsky, 1998; Castells, 1999b v. 2). Assim, segundo Castells (1999b, v 2),

A incorporação da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha *vis-à-vis* o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido). Primeiro os anticoncepcionais, depois a fertilização *in vitro* e a manipulação genética que se aprimora a cada dia são fatores que permitem à mulher e à sociedade controle cada vez maior sobre a ocasião e a frequência das gestações ( p. 170).

O autor destaca ainda que tal conscientização vem se difundindo em todo o planeta e, nas suas palavras, “ essa é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser” ( Castells, 1999b, p. 170).

Embora o movimento feminista não seja recente, somente nos últimos 25 anos pode-se observar a sua força e ampliação na luta contra as condições de desigualdade, mesmo que com intensidade diferente, de acordo com a cultura e o país em questão (Castells, 1999b). Para sustentar seu ponto de vista, Castells (1999b, v. 2), evoca a combinação do que ele chama de quatro elementos. O primeiro deles é a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação. O segundo elemento está associado às transformações tecnológicas ocorridas na biologia, na farmacologia e na medicina, que proporcionaram maior controle da gravidez e da reprodução humana. O terceiro, que o autor considera como pano de fundo, seria a transformação econômica e tecnológica que atingiu os movimentos sociais na década de 1960, com sua ênfase no pessoal como forma política e que acabou por influenciar os movimentos feministas do final da década de 1960 e início de 1970, visando inserir a mulher em áreas de trabalho predominantemente masculinas. Por último, entende-se como quarto elemento, a rápida difusão de idéias em uma cultura globalizada, na qual experiências femininas se misturam, constituindo o que o autor chama de uma “imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta” (1999b, v 2, p. 172).

O impacto dos movimentos sociais, em especial do feminismo, levou ao questionamento dos antigos padrões de relacionamento entre os sexos e da heterossexualidade como norma, o que enfraqueceu ainda mais o modelo de família patriarcal. A transformação da estrutura familiar e das normas sexuais está associada a mudanças profundas nas identidades dos atores sociais contemporâneos, uma vez que se entende a estrutura familiar como um mecanismo básico de socialização (Castells, 1999b, v 2).

Castells (1999b, v 2) apóia seu ponto de vista em indicadores estatísticos sobre o enfraquecimento do modelo familiar patriarcal, baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família. Para o autor, a dissolução de lares por meio do divórcio ou separação dos casais é um primeiro indicador de insatisfação com o modelo familiar duradouro. A crescente freqüência das crises no casamento e a dificuldade em conciliar casamento, trabalho e vida familiar, são outros indicadores apontados pelo autor e que têm como conseqüência o adiamento do casamento ou a formação de relacionamentos sem a oficialização do matrimônio. Outro indicador é o surgimento

de uma grande variedade de estruturas domésticas, que inclui a formação de novos casais com filhos de casamentos anteriores, lares de solteiros e lares com a presença somente do pai ou da mãe, em oposição à família nuclear clássica (pai, mãe e filhos). Por último, o autor cita as mudanças no comportamento da mulher e sua autonomia em relação ao comportamento reprodutivo, o que aumenta o número de mulheres solteiras com filhos, que adiam o nascimento do primeiro filho, ou, ainda, que controlam o número de filhos diante do enfrentamento de dificuldades no casamento.

Pode-se afirmar, assim, que essas tendências apontadas pelo autor, quando observadas em seu conjunto, põem em xeque a estrutura e os valores da família patriarcal. Entretanto, Castells, (1999b, v 2) reforça que não se trata do fim da família, mas sim do surgimento de novas formas de reconstruir “a maneira como vivemos uns com os outros, como procriamos e como educamos de formas diferentes, e, quem sabe, talvez melhores” (p. 174).

É importante destacar que estas transformações não significam a eliminação radical dos conflitos referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos, embora a tendência seja caminhar para uma igualdade cada vez maior do trabalho feminino e masculino, à medida que o nível de educação das mulheres aumenta. Observa-se, inclusive, que a violência e o abuso psicológico dos homens em relação às mulheres vem se expandindo, algo que tem ocorrido, segundo Castells (v. 2, 1999b), “em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda do poder” ( p. 171).

Jablonsky (2003), ao apresentar pesquisa sobre a atitude de homens e mulheres com relação ao casamento e à separação, sustenta opinião similar no que diz respeito às mudanças na família e no casamento contemporâneos. Ele chama a atenção, ainda, para o fato de que “as transições vêm se dando em uma velocidade incomum” (Jablonsky, 2003, p. 141). Segundo o autor, em uma perspectiva histórica, enquanto que na Idade Média<sup>3</sup> cinco ou mais gerações podiam viver sem assistir a uma mudança significativa em seu modo de vida, hoje, só no século XX, podemos identificar três tipos de família:

---

3 Período histórico compreendido entre os séculos V e XV

Em primeiro lugar, a *família tradicional*, sinônimo de produção econômica conjunta, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais e conexões e com os (muitos) parentes. Em seguida, a *família moderna* (também chamada de psicológica), altamente influenciada pelo crescente e dominante espírito individualista, caracterizando-se pela sua mobilidade, por ser mais nuclear, não tão permanente, menos ligada à comunidade, mais igualitária e centrada no sentimento, na afeição. Finalmente, no final do século XX, estaríamos presenciando o nascimento de uma nova “espécie”: a família pluralística (ou pós-moderna) que teria como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de arranjos não tradicionais (Jablonsky, 2003, p. 142).

Assim como foi apontado anteriormente, o autor também destaca a influência do movimento de emancipação feminina na transformação das relações de gênero. Entre as conseqüências decorrentes da entrada da mulher no mercado de trabalho mencionadas por ele encontram-se: “casamentos mais tardios, diminuição do número de filhos e aumento no conflito gerado pela busca de igualdade de direitos” (Jablonsky, 2003, p. 142). Outro aspecto enfatizado por Jablonsky (2003) refere-se à interpretação mais individualizada e privatizada da religião que, em momentos anteriores, era considerada fator inquestionável de manutenção do vínculo matrimonial, e que vem perdendo seu lugar de peso como instituição impositora de normas e costumes. Ainda para este autor, o avanço da tecnologia é outra questão que não pode ser desprezada,

pois em diversas áreas as inovações presentes concorrem para alterar de várias formas as relações familiares. Assim, a pílula anticoncepcional, o aparelho de microondas, a internet, o celular, TVs a cabo e DVDs modificaram em menor ou maior grau, uma gama de atividades ligadas à sexualidade, à diminuição das tarefas dentro de lar ( e a conseqüente maior disponibilidade para execução de tarefas fora do lar) e à comunicação (facilitando ou dificultando o processo de interação entre os casais) (p. 142).

Além dos fatores acima apontados, Jablonsky (2003) chama a atenção para o processo de urbanização e as demandas da sociedade atual, mencionando, ainda, como questões importantes, além da exacerbação do individualismo, o aumento da taxa de longevidade, que permite uma maior convivência entre as gerações, entre os

mais velhos e os mais jovens, o que influenciaria a transmissão e troca de valores e regras morais de comportamentos, bem como a percepção do casamento como uma instituição em transformação. A interação desses fatores provoca alterações importantes na avaliação dos mais jovens sobre o casamento e a família.

A ênfase exacerbada no individualismo é um aspecto abordado por diversos autores como uma das molas propulsoras das mudanças no casamento. Dentre as características por eles mencionadas como marcas destas mudanças, encontram-se a eliminação de barreiras de status e religiosas, o declínio da autoridade paterna e a liberdade de mobilidade, seja ela social ou geográfica (Vaitsman, 1994).

A eliminação dessas barreiras ampliou o leque de escolhas de possíveis parceiros em um casamento, ou seja, aumentou a liberdade de opção. O casamento passou a justificar-se pela noção individualista de amor moderno, em que a escolha dos parceiros torna-se o foco principal das decisões para a realização do casamento. Vaitsman (1994), citando Simmel, ressalta o caráter pessoal da seleção individual. Figurando como uma situação de fato e de direito, esta escolha parte da existência da convicção de uma completude de pares, isto é, de que dentre toda a humanidade “duas e somente duas pessoas foram feitas uma pra outra” (p. 34), noção esta que foi aperfeiçoada na atualidade.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o casamento fundado no amor e na livre escolha do cônjuge tornou-se palco para a realização dos projetos individuais de felicidade, foi nele também que grandes contradições encontraram terreno fértil. Isto porque, embora o objetivo do amor moderno seja a reciprocidade e a complementaridade entre dois indivíduos, a individualidade de cada um ergue uma espécie de barreira, fazendo do outro algo inatingível. Ou seja, a contradição presente no amor e nos casamentos modernos advém também do desenvolvimento da singularidade, da individualidade (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2006; Jablonsky, 2003; Vaitsman, 1994).

Partindo da liberdade de escolha e calcado em idéias individualistas, o casamento e a família conjugal moderna passam a ser o lugar da institucionalização do amor, o que parece gerar uma contradição entre o individual e o coletivo. Tal contradição, no entanto, foi reprimida ou mantida sob certo controle pela divisão sexual do trabalho e pelo individualismo patriarcal, uma vez que, no casamento e na família conjugal moderna, o discurso da liberdade do indivíduo ainda convivia com uma individualidade feminina relativa, uma vez que guardava traços de sua antiga

dependência masculina, construída culturalmente, e que perdurou por vários séculos. Assim, as contradições tinham menos espaço para se manifestar (Vaitsman, 1994).

Mas esse casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico burguês do período de ouro da modernidade, parece ter ficado para trás. Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada, e isto se manifesta, inclusive, no espaço onde o indivíduo encontrava maior estabilidade e segurança, o casamento e a família, que passaram a desfazer-se e a refazer-se continuamente (Vaitsman, 1994).

De acordo com Vaitsman (1994), com a aceitação na atualidade da efemeridade, da fragmentação, da descontinuidade e do caótico, bem como da mistura de códigos e de mundos, pode-se afirmar que, em diferentes partes da sociedade contemporânea, a concepção moderna de casamento e de família, fundada no individualismo burguês, passou a conviver com uma concepção na qual a heterogeneidade, a efemeridade e a contextualidade de padrões e comportamentos tornaram-se traços dominantes e legítimos.

Bauman (2001), ao analisar a relação entre trabalho, capital e laços humanos no mundo contemporâneo, também se refere à efemeridade, afirmando que o surgimento de um capitalismo caracterizado pelo enfraquecimento das relações que prendem o capital ao trabalho influencia significativamente a transformação da idéia de união pelo casamento em uma união decorrente de uma situação meramente casual. O “viver juntos”, denominado pelo autor, passa, portanto, a prevalecer sobre a instituição do casamento, refletindo a nova ideologia capitalista leve e flutuante, que insere também no âmbito das relações amorosas a facilidade de rompimento desta, bastando para isso a ausência de desejo ou a necessidade de um dos parceiros.

Beck (1997) e Giddens (1997) percebem essas mudanças como mudanças criativas ou reflexivas, o que levou Giddens (1997) a cunhar um termo próprio, “modernização reflexiva”, para se referir às relações contemporâneas que, segundo Beck (1997), “significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda

uma era: aquela da sociedade industrial<sup>4</sup>. O 'sujeito' dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental" ( p. 12).

Ainda nas palavras de Beck (1997):

E – depois da Guerra fria e da redescoberta da amarga realidade da guerra “convencional”- não chegaremos à conclusão de que temos de repensar, na verdade reinventar, nossa civilização industrial, agora que o velho sistema da sociedade industrializada está se desmoronando no decorrer do seu próprio sucesso? Será que não está por surgir novos contratos sociais? ( p. 12 ).

Para Beck (1997), o dinamismo da sociedade moderna é que destrói as formas de incorporação do passado, da tradição e ao mesmo tempo, as modifica. Assim como acaba com as formações de classe, as camadas sociais, a agricultura e os setores empresariais, entre outros, ele acaba também com a ocupação tradicional, com os papéis de sexo e com o modelo de família nuclear burguesa. Tais mudanças constantes e rápidas parecem interferir na ilusão de uma identidade unificada. Assim, segundo Rocha-Coutinho (2003),

O sujeito que antes vivia a falsa ilusão de uma identidade unificada e estável, está vivenciando, agora, grande parte das vezes de forma não consciente, uma identidade fragmentada, isto é, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas ( p. 61).

Por outro lado, embora se possa observar uma mudança em muitos aspectos das relações contemporâneas, conceitos antigos continuam a conviver com discursos modernizantes de igualdade. Rocha-Coutinho (2003), por exemplo, aponta que, apesar de seu investimento cada vez maior no mundo do trabalho, as mulheres das classes médias e altas continuam a enfrentar barreiras em suas tentativas de conciliação do trabalho com a maternidade, uma vez que as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças continuam a ser vistos como responsabilidade da mulher. Parece, assim, que ainda hoje pode se observar a ocorrência de práticas em que se continua a reforçar a idéia de que homens e mulheres são distintos e foram talhados para diferentes tipos de trabalho. Entende-

---

4 Referindo-se a Giddens (1992;1997)



se, como foi dito anteriormente, que essas barreiras são decorrentes de estereótipos tradicionais de gênero que, apesar de terem mudado nas últimas décadas, ainda são marcados por antigas idéias do que deve ser da competência do homem e do que deve ser da competência da mulher.

As idéias e conceitos sobre casamento são construídos por indivíduos em um determinado momento histórico e social e se alteram ao longo do tempo, bem como de um grupo para outro. Como aponta Hall (2006), o indivíduo projeta a si mesmo nas identidades culturais, ao mesmo tempo que internaliza seus significados e valores, tornando-os parte dele, alinhando, assim, os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupa no mundo social e cultural. Nesse sentido, “a identidade costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura” (p. 12), estabilizando tanto os sujeitos quanto o mundo cultural em que habita, tornando-os mais unificados e previsíveis.

Entende-se que são exatamente as coisas que estão no entorno do indivíduo que estão mudando aceleradamente, o que faz com que se perca a função estabilizadora da concepção de identidade de um determinado sujeito, ou seja, a função de alinhamento entre o interior deste sujeito e o que está fora dele, o público. O sujeito, definido previamente como tendo uma identidade fixa, única e imutável do seu nascimento até a morte, agora é visto como fragmentado, composto não de uma, mas de várias identidades, muitas vezes opostas ou conflitantes (Hall, 2006; Jablonsky, 2003; Rocha-Coutinho, 2006).

Nas palavras de Castells (1999b), a identidade “é o processo de construção de significação com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionado(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significação”. E mais, segundo o autor, “para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (p. 22). Essa multiplicidade pode ser fonte de tensão e contradição tanto na sua auto-representação quanto na ação social. Castells (1999b) estabelece uma distinção entre identidade e papel. Para o autor, os papéis são “definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” (p.22). Segundo o autor, “a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de individuação” (p 23). Embora as identidades

também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, elas “somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (p.23).

Na visão de Ortiz (1985), a identidade é um constructo historicamente elaborado, em que as diferenças são dissolvidas “a partir de um discurso totalizador que organiza as características de indivíduos particulares em um todo coerente, que passa a definir uma instância mais geral” (citado por Rocha-Coutinho, 2006, p.98). Assim, para Rocha-Coutinho (2006), a feminilidade e a masculinidade, por exemplo, estariam associadas a características socialmente construídas e esperadas de homens e mulheres que passaram a definir as chamadas identidades feminina e masculina e que acabaram por ser vistas como “parte de uma 'natureza' feminina ou masculina” (p. 99).

Pode-se dizer, assim, que essa identidade social unificada sempre foi e continua sendo, uma ilusão, uma abstração. Deste modo, nas sociedades antigas, em que os papéis e as posições dos sujeitos eram mais ou menos fixos, estes viviam a falsa ilusão de uma identidade estável e unificada em torno de um “eu” que parecia imutável e coerente. Na atualidade, diferentemente do passado, assistimos à coexistência de uma pluralidade de modelos e possibilidades abertos aos sujeitos, em constante mutação. Hoje, o sujeito não encontra um padrão de comportamento em que possa se pautar, mas sim uma indefinição ou ausência de modelos, o que o leva a examinar suas ações à luz das informações recebidas, que se alteram com uma frequência vertiginosa no tempo e espaço (Rocha-Coutinho, 2006; Giddens, 1993; 1997; 2002; Beck, 1997; Hall, 2006; Castells, 1999b). Pode-se observar, assim, que esta desconstrução de modelos fixos do passado alterou profundamente o comportamento de homens e mulheres nas relações conjugais.

Passamos agora a tratar, de forma breve, de como se deu a evolução do casamento e da família na sociedade brasileira.

## 1.2 O CASAMENTO NO BRASIL

Conforme relatos históricos, a família e o casamento eram instituições inconcebíveis para os índios no Brasil. Não vigorava aqui, portanto, entre os primeiros habitantes de nossa terra, o modelo de casamento cristão marcado pela ingerência estatal que só mais tarde veio a ser importado da Europa. Na prática do povo nativo, tinha lugar o grupo ampliado de parentes, vedando-se o “casamento” entre as pessoas que faziam parte daquela “aliança”. Embora houvesse uniões duradouras, estas não possuíam o caráter de permanência própria do casamento cristão. A poligamia era bastante difundida e totalmente aceita (Fernandes, 1997).

Durante o período inicial da colonização brasileira, o homem tinha seu papel centrado no de provedor da mulher e dos filhos, detendo o poder de decisão na família. Neste tipo de organização social, a vida de homens e mulheres estava restrita "ao bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços" (Samara, 1983, p.59). Os encargos do matrimônio, no que se refere à manutenção do casal e à proteção dos bens, cabiam somente ao homem. À mulher restava “agradecer” por sua proteção com obediência e dedicação.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994; 2006), as primeiras famílias no Brasil ganharam importância a partir da concessão das sesmarias e do início do cultivo da terra. Nesse período, surge a organização da família patriarcal dupla. Apoiando-se nas palavras de Antônio Cândido, a autora explicita que a família era composta por dois núcleos: um núcleo central, formado pelo casal branco e seus filhos, e um periférico, que nem sempre era bem delineado, formado de escravos, índios, negros, mestiços, incluindo as concubinas dos chefes e seus filhos ilegítimos. Assim, nas palavras de Rocha Coutinho (1994), “a organização patriarcal no Brasil não se restringia apenas à família, mas também dava conta da política, da sociedade e da economia monocultora e latifundiária, baseada no trabalho escravo” (p. 67). Ainda segundo Rocha-Coutinho (2006),

Essas primeiras famílias formavam grupos autônomos de produção, administração, justiça e autodefesa, centrados no *pater familias*, que detinha o poder não só sobre escravos, empregados e agregados, mas também sobre os filhos e a esposa. Nesse tipo de estruturação

familiar não havia lugar para desejos e aspirações particulares; quem decidia tudo era o pai, visando os interesses do grupo e da propriedade (p. 92).

Nesse modelo de família patriarcal, começa a despontar a figura da mulher mãe, símbolo da honra familiar e da austeridade no trato com os empregados e filhos e submissa ao marido. O culto sentimental e místico da mãe no Brasil pode ser observado na identificação desta com pessoas ou instituições santificadas como a Virgem Maria, a Igreja, as madrinhas entre outras (Rocha-Coutinho, 1994; 2006). Das mulheres assim idealizadas esperava-se que, além de submissão, exercessem plenamente a função de procriar e transmitir aos filhos valores morais e éticos. Quanto aos filhos, cabia aceitar todas as regras, tanto afetivas quanto disciplinares, sem procurar questioná-las. A família, na época, constituía tanto uma unidade agenciadora e transmissora do patrimônio quanto reprodutora da espécie humana.

Assim, durante todo o período colonial, o casamento era, substancialmente, um contrato de interesses. De acordo com Costa (1989), “pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos ou tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar” (p.215). O amor, a atração física não eram pressupostos necessários à união conjugal. Eram comuns os casamentos para manter o patrimônio econômico da família bem como para preservar a linhagem “pura” das famílias. Assim, eram freqüentes os casamentos entre membros de uma mesma família bem como o matrimônio entre pessoas com grande diferença de idade, como enfatiza Costa (1989):

Diretamente ligada à endogamia das uniões conjugais encontrava-se um outro desdobramento social do casamento de razão: a disparidade etária entre marido e mulher. Esta prática cultural também ajudava a depreciação dos componentes sentimentais do matrimônio (p. 217).

Nesse período, um dos instrumentos utilizados pela Igreja para atingir a normatização da população era a imposição dos sacramentos - casamento e batismo – primando-se, assim, pela valorização da família cristã. Diante de tal representação, caberia ao casal sacramentado regular sua vida sexual e a de seus

filhos, obedecendo às normas da moral cristã. A função primeira do casamento consistia na procriação: evitar filhos era considerado, pela moral cristã, um ato de desobediência e, portanto, pecado.

O casamento sacramentado, que era a bandeira da família e regulador das uniões conjugais, deveria sustentar a "propagação humana, ordenada para o culto e honra de Deus" (Figueiredo, 2007, p.171). A imposição da prática dos sacramentos adquire um significativo sentido socializador que, ao mesmo tempo, compensava a dispersão social e controlava o "rebanho". As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>5</sup> encarregaram-se da institucionalização dos dispositivos que visavam combater os impropérios da carne.

A partir do século XIX, contudo, essa concepção de casamento calcada na razão, presente no Brasil colônia e compatível com a ética religiosa e social da época, começa a entrar em desuso. As críticas ao casamento por interesse econômico e, principalmente, à endogamia tornam-se o foco do discurso médico-higienista, que fornece as novas regras para a constituição da relação conjugal. Tais mudanças devem-se, em grande parte, à chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, que introduz mudanças significativas na sociedade brasileira: a antiga família patriarcal começa a alterar suas feições sob a influência dos costumes europeus (Rocha-Coutinho, 2006).

No final do Segundo Império, além das mudanças relacionadas ao desenvolvimento de novas técnicas na indústria, propiciadas pela chegada da luz elétrica, também as mudanças nas relações de trabalho, com o surgimento de novos cargos e maior burocratização, provocaram visíveis alterações nos usos e costumes da sociedade da época. As mudanças econômicas, sociais e políticas consolidaram a criação do Estado Nacional. Este novo Estado Moderno, industrializado, que surge, necessitava exercer maior controle demográfico e político sobre a população e, em consequência, sobre a família (Rocha-Coutinho, 2006; Diniz e Coelho, 2005). Para Rocha-Coutinho (2006), a família burguesa que emerge, então, teve assegurada a sua estabilidade e a sua continuidade garantida pela legislação civil e pelo controle social. Para a autora:

---

5 Celebrada em 12 de junho de 1707

Todas essas mudanças, que fortaleceram o poder do estado, acarretaram o declínio da família patriarcal. Passou a se desenvolver no Brasil a família conjugal moderna, fundada no casamento por amor, com a livre escolha do cônjuge, já em vigor na Europa, e que ocorreu simultaneamente a uma reformulação de papéis de homens e mulheres no casamento, estimulando novos modelos de comportamento masculino e feminino (Rocha- Coutinho, 2006, p. 93).

Entretanto, observa-se na cultura brasileira uma multiplicidade de formações familiares, em meio a nossas diversidades regionais, étnicas, econômicas e sociais. Tal multiplicidade leva, muitas vezes, a grandes dificuldades em apontar um único modelo de família. Para Diniz e Coelho (2005), o poder do Estado precisava ser fortalecido, porém as liberdades individuais deveriam ser preservadas. Assim, com base nos estudos de Costa (1989), as autoras afirmam:

Tudo isso precisava ser alcançado, sem contudo ferir as liberdades individuais. O movimento higienista, por meio da medicina doméstica, vem executar a política do Estado, promovendo a saúde física e moral das famílias. Para as famílias burguesas isso implicava um estímulo à política populacionista e a reorganização da vida familiar em torno da conservação e educação das crianças (Diniz e Coelho, 2005, p. 144).

O dispositivo médico-higiênico inseriu-se na política de transformação familiar para compensar as deficiências da lei após muitos anos de colonização. Vários motivos faziam com que o governo estatal não pudesse se impor exclusivamente por meios legais. Em primeiro lugar, os desacertos da administração portuguesa do período colonial não podiam ser repetidos. As incursões piratas à propriedade privada e à autonomia individual deviam ser evitadas na medida do possível. Violências jurídico-legais pisoteavam a medula ideológica do nacionalismo. Percebeu-se, deste modo, que, a longo prazo, essa antiga política seria letal aos interesses do Estado.

Em segundo lugar, a legalidade jurídica, como já observado, era incompetente para introduzir-se no convívio íntimo da família. Sua natureza era avessa à natureza das ligações intrafamiliares e sua intromissão, por conseguinte, provocava sempre atritos e irritações: a vida privada não se deixava codificar pelo vocabulário jurídico. Não obstante algumas de suas mais importantes funções

possuírem um estatuto jurídico bem definido, a força que as movia não emanava da lei (Costa, 1989).

A partir da primeira metade do século XIX, em nome da "civilização e da modernidade", a preocupação com a conduta moral, com a saúde, com a vida sexual dos casados e dos solteiros continuava a ser alvo do Estado, com vistas a adequá-las a novos padrões culturais advindos das sociedades européias. Enquanto as cidades eram urbanizadas, a população passava a ser disciplinada, reeducada. Nesse contexto, a família encontrava-se no cerne das preocupações das autoridades civis e, conseqüentemente, o casamento.

A Igreja e o Estado brasileiro, mais uma vez, consolidam a postura de intervenção direta na conduta das pessoas ao se preocuparem com a situação dos filhos ilegítimos e com a necessidade de controle da vida sexual dos casais. Defendem, assim, a vinculação do amor do casal à sexualidade e à procriação no interior do casamento. A Igreja passa a agir diretamente na defesa do casamento enquanto "instituição cristã" e o Estado, sob a ótica da defesa de uma instituição higiênica, proclama o discurso do casal "disciplinado e medicalizado", em que do bom desempenho sexual dos cônjuges dependeria a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. Ao Estado, portanto, interessava a família responsável, compromissada com novas atitudes diante da vida dos filhos e dos novos papéis propostos "pela política médico-higienista". A Igreja católica, por sua vez, continuava reafirmando o ideal de família cristã (Costa, 1989).

Para Costa (1989), a partir do aburguesamento das elites brasileiras, o relacionamento familiar começou a modificar-se, em especial sob a influência de normas já consagradas na Europa, advindas do modelo médico-higienista. O discurso médico passou a exigir a superação da separação entre sexo e amor, referência nas antigas práticas das famílias patriarcais, visando a integração desses dois elementos dentro do casamento. Segundo Costa (1989), a sexualidade e o amor entre um homem e uma mulher foram, nesta época, transformados em norma de saúde dentro do casamento. A partir do discurso médico-higienista, portanto, estabeleceu-se no casamento um novo código para as relações entre homens e mulheres, agora, ao mesmo tempo, mais aberto aparentemente e mais coercitivo, em que o fracasso ou o sucesso da relação era responsabilidade de cada um dos parceiros. Aquele que concorria para a dissolução da união conjugal sofria a

reprovação social e ainda era responsabilizado pelo fracasso da relação que havia escolhido por livre e espontânea iniciativa.

Nesse novo modelo de casamento higiênico, o amor é enaltecido e a sexualidade do casal é foco de orientação: o casal medicalizado devia ser plenamente sexualizado. Ademais, as diferenças entre homens e mulheres são sustentadas agora pelo discurso da Ciência, que comprova a fragilidade feminina e atesta a virilidade masculina. O amor, que era utilizado para justificar a escolha, agora passa a ser usado também para enfatizar as diferenças, vistas como imperativos da natureza. As características predominantes no homem eram o vigor físico e intelectual, o andar seguro, o comportamento seco, racional, autoritário, ativo, menos amoroso, mais duro, macho, viril. Sua inclinação "natural" era para o prazer sexual. Na mulher, segundo os preceitos higienistas, as características e comportamentos predominantes eram as "faculdades afetivas", a imaginação, a doçura, a indulgência, a submissão, a fragilidade, o amor, a castidade, a preservação da virgindade antes do casamento e a fidelidade. A medicina, assim, estabelece as características típicas de cada sexo, isto é, o homem-pai ativo e a mulher-mãe passiva. O amor passou a ser visto como uma forma de complementaridade entre os dois sexos e como um dos critérios utilizados na construção dos parâmetros de comportamento masculino e feminino no casamento (Costa, 1989).

Nesse sentido, a mulher era descrita como frágil e delicada em comparação ao homem, por "natureza" forte e viril. Desses predicados eram deduzidas também as características de "personalidade" de ambos, seu código de conduta (os papéis que cada um devia desempenhar) e um código de direitos e deveres específicos de casa sexo com relação à educação das crianças. Observa-se, a partir de então, que as distinções entre os sexos acentuam não só as diferenças de papéis, mas também delimitam suas atuações nos espaços público e privado, o que vai ser expresso nas políticas e na legislação.

É importante destacar aqui que os processos de urbanização e industrialização influenciaram não apenas o papel de homens e mulheres, provocando uma mudança significativa nas relações conjugais, como reforçaram a privatização da mulher no mundo da família. Como afirmado anteriormente, também foi difundido na sociedade brasileira, como na Europa, o discurso das diferenças de sexo com base na ciência. Ou seja, a mulher era associada a uma natureza física



frágil, delicada, submissa e afetiva, e os homens eram vistos como fisicamente fortes, dominantes, vigorosos e intelectuais. De acordo com este discurso, a natureza feminina estaria voltada para o papel de mãe e esposa devotada, responsável e envolvida nos cuidados com a casa e os filhos, e a natureza masculina, ao papel de pai, responsável pela provisão material e moral da família, devotado às coisas públicas (Costa, 1989; Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2006; Vaitsman, 1994).

Assim, essa nova família, que assumiu um papel de destaque para o Estado, reorganizou também a vida de homens e mulheres, definindo, por exemplo, o tempo e as atividades femininas (Diniz e Coelho, 2005). A mulher era vista como a figura central do espaço doméstico, pois dela dependia todo o ambiente familiar, como a saúde e o bom desempenho de seus filhos, o sucesso profissional de seu marido e a harmonia do lar. Essas atribuições acabaram definindo também o afastamento da mulher da esfera profissional e do trabalho remunerado. Segundo Vaitsman (1994), a diferença de atribuições e de valorização das atividades de acordo com o sexo faz com que a mulher concretamente “se torne dependente econômica e legalmente do marido, ‘chefe da casa’, ‘cabeça do casal” (p. 61). Sua dependência ancora-se agora na sua condição de trabalhadora não remunerada.

O modelo adotado na descrição da família conjugal moderna brasileira é associado à imagem do casal e seus filhos vivendo sobre o mesmo teto. Jablonsky (1998) aborda a questão afirmando que a família encurtou, foi perdendo membros pela diminuição do número de filhos, pela expulsão dos agregados e serviçais e também pela diminuição do contato com os outros membros da família. Além disso, a crescente industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceram a separação entre casa e trabalho, levaram a família a perder funções. Nas palavras de Jablonsky (1998),

Essa perda de funções – que talvez tenha afetado mais significativamente as mulheres – torna-se evidente quando se observa que a família era o “lugar” de trabalho, o reformatório, o asilo, a escola, o hospital, a fábrica de alimentos, remédios, vestuário, etc. Todas essas funções foram retiradas da família e entregues a instâncias e agências, com uma óbvia diminuição da interação e das trocas entre família e sociedade (p. 52).

Assim, com a industrialização, as funções femininas se restringiam à esfera da afetividade e a funções ligadas ao companheirismo, à socialização e à formação

da personalidade das crianças, atividades consideradas sem importância no mercado de trabalho e que não eram remuneradas. Como consequência, a mulher desenvolveu uma dependência econômica do homem, o único que “trabalhava fora” e recebia remuneração para isto. Essa perda de funções sociais da família levou também ao seu isolamento do restante da sociedade. A família, na medida em que transferiu suas funções econômicas para outras instituições, deslocou sua base das atividades rotineiras de sobrevivência e de proteção do grupo para uma maior ênfase sobre sua função emocional, situando o elemento afetivo acima de tudo. Assim, como afirma Jablonsky (1998),

necessidades sociais e econômicas forneciam os padrões para governar e nortear as regras de casamento. Com quem casar, quando casar, o trabalho, a criação dos filhos e o papel de cada um a ser cumprido, eram determinados por considerações de toda uma família e não apenas por querereres individuais, separadamente (p. 54).

Em meio a essas perdas de antigas referências, a crescente ideologia do individualismo, a exacerbação da separação entre emoção e razão – uma vez que as emoções deveriam estar afetas à casa enquanto que a razão, ao espaço público, ao mundo do trabalho – , as relações entre homens e mulheres no casamento e entre estes e seus filhos passaram a ser o foco de referência. A felicidade pessoal ficou restrita à casa, lugar onde a família torna-se responsável por garantir ao indivíduo seu pleno desenvolvimento e seu descanso das agruras do mundo “lá fora”. As emoções assim deveriam ser vividas na privacidade da casa, e emoção e razão passaram a ser vistos como opostos, estando as emoções ligadas ao mundo feminino e a razão ao masculino. Rocha-Coutinho (1994; 2003; 2006) tem apontado em seus estudos que essa lógica dualista, característica do pensamento ocidental moderno, vem contribuindo de maneira importante para uma das principais formas de opressão, alienação e dominação. Segundo a autora, “dualismos não são simples sistemas de idéias neutros, como se acreditava, mas, antes, estão intimamente associados à dominação” (2003,p. 59), uma vez que as diferenças são naturalizadas e transformadas em deficiências, tendo em vista que

a concepção de razão, [que] dá lugar, na verdade, a uma estrutura dualizada e à negação do outro que reforçam ainda mais esta dominação. Isto porque mulher, natureza, privado, emoção, reprodução, escravo, primitivo são definidos pela não razão, por sua natureza desconhecida e incontrolável, o que passa a explicar o exercício do poder sobre eles, numa tentativa de domesticação e controle (Rocha-Coutinho, 2003 p. 60).

Rocha-Coutinho (2003) considera que a definição da identidade feminina sempre esteve associada a uma grande discriminação das mulheres, porque, a partir da identidade para elas construída, foi negado às mulheres as capacidades socialmente valorizadas e que “garantem a primazia do homem na vida pública” (p. 60). Nesse sentido, “perspicácia intelectual, pensamento lógico, capacidade e interesses profissionais e políticos passam a ser vistos como antifemininos, afastando-as da esfera do poder e da influência social” (p. 60).

Para Jablonsky (1998), esse “processo de esquizofrenização das emoções” traz conseqüências negativas quando as atitudes são radicalizadas e segregadas de forma que “emoções só aqui, trabalho e seriedade só ali” (p. 61). O autor ainda assinala que ocorre na família uma hiperinflação da casa como lugar de afetos, provocando um excesso de interdependência entre seus membros, sentimentos de ambivalência e medos de perda, muitas vezes paralisantes (Jablonsky, 1998).

Outro aspecto destacado por Jablonsky (1998) como significativo das mudanças iniciadas com a modernização e a industrialização diz respeito aos preceitos religiosos. Estes, que serviam para normatizar e organizar a vida das pessoas ao longo dos tempos, vêm perdendo força no âmbito da família e do casamento. Embora as pesquisas citadas pelo autor apresentem uma gama de discussões sobre as diferenças entre religiosidade e respeito aos preceitos da religião praticada, Jablonsky (1998) afirma que “a modernização vem proporcionando também um impulso à autonomia das pessoas em detrimento da obediência às instituições” (p.49). Nesse sentido, esclarece o autor:

Uma sociedade que enfatiza sobremaneira as realizações do indivíduo, seus direitos, e principalmente sua liberdade de fazer o que quiser, quando e da forma que quiser, é uma sociedade que necessariamente se torna menos sensível aos apelos à submissão e à obediência irrestritas, mormente no que diga respeito a valores primários e/ou afetivos (Jablonsky, 1998, p. 40).

Assim, chega-se ao individualismo religioso, no qual a fé é transformada em uma questão altamente individualizada e privatizada, isto é, os indivíduos separam a religiosidade íntima das normas da religião que dizem seguir. Nesse sentido, homens e mulheres tomam decisões no seu cotidiano relativas ao casamento e à família que, muitas vezes, são condenadas pela religião escolhida, como, por exemplo, o divórcio, a adoção de medidas de controle de natalidade não recomendadas pela Igreja, a defesa do aborto em certas condições, entre outras.

Jablonsky (1998) enfatiza que,

desde o final de século XVIII, o casamento por amor, a nova imagem da criança, a emancipação feminina e o isolamento da família nuclear ( afastando-se do sistema de parentesco e da sociedade em geral ) tiveram como conseqüência a criação em termos ideológicos de um conceito de família como uma espécie de abrigo, um refúgio afetivo em meio a uma sociedade agora – cada vez mais fria e competitiva ( p. 59).

A visão da casa e da família como o lugar de abrigo e proteção passa a se opor à visão de desconfiança e insegurança para com a comunidade. Tudo que está fora da casa é considerado arriscado e perigoso (Jablonsky, 1998). Nas palavras do autor:

Nestes tempos de fechamento e de desconfiança para com a comunidade, até mesmo a tendência das gerações nascidas nos anos 60, de revalorizar os laços de amizade, se dá mais como uma força de reação a excessivas demandas afetivas propostas pelos vínculos familiares do que por uma opção preferencial e genuína pela manutenção da relação fora da família nuclear (Jablonsky, 1998, p. 63).

Dessa forma, na linha de reflexão do autor, o fechamento da família e a excessiva preocupação com a própria felicidade acima dos cuidados com a formação de relações estáveis e de compromissos para com as famílias do cônjuge e para com a comunidade enfatizaram em demasia os aspectos individuais em detrimento de uma vida coletiva. Nesse sentido, o “elogio de um individualismo extremado” tende a isolar ainda mais a família e os parceiros entre si (Jablonsky, 1998; 2003).

Em pesquisa realizada com sujeitos de classe média do Rio de Janeiro, Jablonsky (1998) afirma ter observado justamente essa separação entre família e sociedade. Quando perguntados sobre os fatores que consideravam empecilhos para a separação eventual ou de fato, foram considerados em ordem decrescente de importância: as crianças (filhos), falta de coragem, medo do sofrimento, medo da solidão, sentimento de culpa, pressões familiares, pressões sociais, motivos religiosos e medo da pobreza. Assim, observa o autor, o valor mais alto atribuído à categoria de motivos de “foro íntimo”, quando comparados aos motivos mais “sociais”, comprovam “a existência de um espírito mais individualista, característico de nosso tempo” (p. 64).

Assim, como já mencionado, a segunda metade do século XX é marcada não só por importantes mudanças como também pela rapidez, pela aceleração com que essas mudanças acontecem. O individualismo ganha, a partir de então, força cada vez maior como valor central da ideologia moderna, como afirma Rocha-Coutinho (2006):

O individualismo, valor central da ideologia moderna, e que ganha cada vez mais força, marcou a modernização da família brasileira, especialmente a partir dos anos 1950, após o término da II Guerra Mundial, estabelecendo as chamadas “escolhas pessoais”. Na família antiga, por definição, a tradição ou os hábitos previamente estabelecidos ordenavam a vida de seus membros dentro de padrões e estilos de vida relativamente fixos (p. 94).

Além da aceleração das mudanças provocadas pelo avanço tecnológico do período do pós-guerra, em especial nos meios de comunicação, os anos 1960 também foram férteis na emergência de movimentos sociais mundiais que questionavam o poder socialmente institucionalizado, realçando ainda mais o individualismo. Entre eles, merecem destaque o movimento de maio de 1968 na França, o movimento dos Direitos Humanos nos Estados Unidos, a anti-psiquiatria na Inglaterra e os movimentos Feministas norte-americanos e europeus, que tiveram reflexos diretos na sociedade brasileira. Esses movimentos se opunham ao poder dos pais sobre os filhos, das instituições educacionais e seus representantes sobre os educandos, da medicina sobre a população, do homem sobre a mulher (Rocha-Coutinho, 1994).

Nesse contexto, o Movimento Feminista ganhou maior expressão e força, levando ao questionamento da limitação da mulher aos papéis de esposa, mãe e educadora e, de forma mais geral, questionando a própria “identidade feminina”, provocando, assim, mudanças importantes na família e no casamento (Rocha-Coutinho, 1994). Sobre as conseqüências dessas mudanças provocadas pelo Movimento Feminista falaremos mais adiante.

As mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, técnicas e de gênero ocorreram de tal forma e com tamanha velocidade que não apenas o individualismo se expandiu, como também se produziu uma enorme diversidade e fragmentação social e pessoal. Esta situação, por sua vez, não poderia deixar de ter reflexos na construção das identidades, no plano das relações íntimas, no casamento e na família brasileira (Vaitsman, 1994, p.52).

No que diz respeito à evolução do casamento na contemporaneidade, os estudos têm apontado como conseqüências dessas mudanças a realização de casamentos mais tardios, a diminuição do número de filhos e o aumento do conflito gerado pela busca da igualdade de direitos. Estes fatores são considerados, em grande parte, decorrentes da influência dos movimentos de emancipação feminina, que promoveram a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho ( Jablonsky, 2003).

Em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, estudos realizados por Rocha-Coutinho (2003) apontam que o discurso modernizante que privilegia o ingresso da mulher no mercado de trabalho também tem gerado impasses no que concerne à administração concomitante pela mulher de sua carreira profissional e vida familiar, da qual ainda continuam sendo vistas e se vendo como as principais responsáveis. Deste modo, embora as mulheres pesquisadas pela autora sejam unânimes em atribuir grande importância ao exercício profissional para a realização plena da mulher, “para a maioria delas, a família ainda permanece uma prioridade, mesmo que para isso tenham que sacrificar possíveis satisfações em termos de crescimento profissional” (p. 58).

Assim, a aceleração das mudanças gera também a convivência, em um mesmo sujeito, de conceitos contraditórios internalizados em momentos distintos de sua vida de forma nem sempre consciente. Pesquisas recentes têm apontado para o crescente número de mulheres que possuem acesso ao trabalho e à educação. Apesar da discriminação aberta do passado ser hoje freqüentemente mais sutil,

pode-se afirmar que ela continua existindo, o que faz com que as mulheres continuem a enfrentar maiores barreiras do que os homens na busca, por exemplo, de melhores empregos e salários. Segundo Rocha-Coutinho (2003),

essas barreiras são em grande parte decorrentes de estereótipos tradicionais de gênero, que apesar de terem sofrido mudanças nos últimos anos, continuam a reforçar a idéia de que mulheres e homens têm características distintas e foram “talhados” para tipos diferentes de trabalho (p.59).

Como afirmado anteriormente, muitas vezes essas barreiras são também provenientes da dificuldade da própria mulher em contrabalançar carreira e maternidade, esta última, um dos traços que tradicionalmente definiu a “identidade feminina” (Rocha-Coutinho, 2003).

Em relação aos papéis desempenhados por mulheres e homens no cotidiano da vida familiar, importantes mudanças têm sido observadas em decorrência do processo acelerado de transformações advindas de fatores assinalados anteriormente, como o individualismo crescente, a emancipação feminina e os avanços tecnológicos. Entretanto, nem sempre essas mudanças apontam para uma posição mais igualitária na divisão das tarefas compartilhadas pelo casal.

Segundo Wagner (2005), “durante a década de 1930 até meados da década de 1980, os pais, geralmente, desempenhavam suas tarefas educativas baseados na tradicional divisão de papéis segundo o gênero” (p.181). Contudo, a partir da década de 1980, pode-se observar importantes mudanças nos papéis de mães e pais na educação dos filhos, embora as representações desses papéis ainda tenham continuado “relativamente marcadas por modelos tradicionais de parentalidade e paternidade” (Wagner, 2005, p.181). Enfatizando as mudanças, a autora afirma que

fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar acabaram por imprimir um novo perfil à família. Em contraponto à estrutura familiar tradicional, com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidado dos filhos, o que vem ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível sócio econômico médio é um processo de transição. Atualmente, em muitas famílias já se percebe uma relativa divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham aspectos

referentes às tarefas educativas e organizações do dia-a-dia da família (Wagner, 2005, p. 181).

Contudo, mesmo com as mudanças significativas apontadas, o que se observa hoje é a coexistência de diversos modelos de divisão de tarefas domésticas. Assim, em famílias tradicionais, o modelo vigente é a divisão de tarefas de acordo com o sexo. Em outros modelos, maridos e esposas dividem as tarefas domésticas e educativas, sendo que há, ainda, as “famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, mesmo acumulando a maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e educação dos filhos” (Wagner, 2005, p.182). Assim, percebe-se um descompasso na divisão de tarefas domésticas na família contemporânea brasileira, sendo o trabalho doméstico, na maioria das vezes, ainda percebido como um “trabalho de mulher” (Wagner, 2005; Rocha-Coutinho, 2003; 2006).

Um outro fator interessante refere-se a casais em que o marido está desempregado ou a mulher tem ganho financeiro maior do que o dele. Segundo Wagner (2005), nesses casos, embora o marido tenha, proporcionalmente, maior disponibilidade de tempo que a mulher, pesquisas brasileiras têm revelado que ela realiza uma quantidade superior de atividades domésticas em comparação àquelas realizadas pelo homem. Estes dados confirmam essa tendência em atribuir maior responsabilidade à mulher pelas tarefas domésticas e educativas dos filhos, ou seja, a diferença na atribuição de tarefas domésticas segundo o sexo permanece, como se existissem tarefas próprias das mulheres e tarefas próprias dos homens. Assim, as mulheres continuam realizando tarefas como cozinhar, lavar e passar, e os homens desempenhando tarefas como carpintaria e pequenos consertos em casa.

Wagner (2005) menciona pesquisa realizada por Greenstein (2000), no contexto norte americano, em que a expectativa social de gênero interferiu na percepção de homens e mulheres quanto as horas efetivamente dedicadas às tarefas domésticas. Dessa forma, mesmo mulheres com renda superior à do marido tendem a dedicar mais tempo do que eles às tarefas da casa, e, assim, mesmo os maridos com renda inferior à da mulher tendem a dedicar menos tempo a essas tarefas. Entretanto, quando sondados sobre o tempo dedicado às tarefas domésticas, ambos exageram na avaliação do trabalho doméstico que realizam: a mulher informa dedicar menos tempo do que efetivamente ocorre, às tarefas



domésticas e o homem informa dedicar mais tempo do que efetivamente emprega nas mesmas tarefas. Wagner (2005), citando Greenstein (2000), esclarece que a discussão desses resultados aponta para um mecanismo de compensação da expectativa social de gênero em lares em que as mulheres são as mantenedoras financeiras.

Em estudos realizados por Wagner (2005) com casais brasileiros com filhos em idade escolar de nível sócio econômico cultural médio, cujo objetivo era investigar as semelhanças e diferenças quanto ao desempenho das tarefas educativas de pais e mães, bem como o nível de acordo dos progenitores na avaliação de quem é o principal responsável pelo desempenho de tais tarefas, a autora constatou que, embora grande parte das atividades sejam assumidas de forma conjunta pelo pai e pela mãe, ainda aparece como trabalho feminino a função de nutrição e acompanhamento do cotidiano dos filhos no que diz respeito às tarefas escolares. Na mesma direção, em estudos realizados por outros autores acerca das diversas atribuições e papéis de homens e mulheres na contemporaneidade, foi observada a convivência de padrões antigos de comportamento com padrões ditos modernos de comportamento (Rocha-Coutinho, 1994; 2003;2006; Jablonsky, 1998; 2003; Wagner, 2005), constatando-se que, embora se evidencie uma série de mudanças e se possa sentir uma evolução das famílias de nível médio no que diz respeito à divisão das tarefas relativas à educação dos filhos, pode-se observar ainda a coexistência e alternância de padrões arcaicos e contemporâneos quanto à divisão de responsabilidades pelas tarefas domésticas, de modo geral, entre homens e mulheres.

No final do século XX, assistimos ao início da constituição da chamada “família pluralística”, como apontou Jablonsky (2003), fazendo referência aos estudos de Vaitsman (1994) e Goldemberg (2000). Nas palavras do autor:

no final do século XX, estaríamos presenciando o nascimento de uma nova “espécie”: a *família pluralística* (ou *pós-moderna*), que teria como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de arranjos não tradicionais. Estas são compostas por vezes apenas pelas mães e seus filhos, ou pais/mães em segundas uniões, com seus filhos e filhas resultantes do primeiro casamento, e são ainda menos permanentes, mais flexíveis e mais igualitárias que as anteriores (Jablonsky, 2003,p.142).

Assim, observa-se que a modernidade (ou pós modernidade, ou, ainda, a alta modernidade) abre ao indivíduo uma ampla e complexa variedade de escolhas. O indivíduo hoje pode seguir uma pluralidade de estilos de vida, ainda que receba pouca ajuda quanto às opções a serem feitas (Giddens, 2002; Rocha -Coutinho, 2006).

Estilos de vida são formas de atender às demandas do cotidiano diante de uma multiplicidade de escolhas possíveis. De certa forma, eles constituem um conjunto de práticas integradas que vão dar sentido à vida e darão ao sujeito que escolhe uma segurança em termos de sua coerência interna e uma organização do eu em um mundo fragmentado e caótico. Para Giddens (2002), não haveria possibilidade de se pensar em estilos de vida em uma sociedade tradicional. Contudo, segundo o autor, “nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher” (p. 79).

Em um contexto histórico tradicional, o indivíduo tinha pouca oportunidade de fazer escolhas. Assim, o casamento, nas famílias mais abastadas, não dependia somente de uma escolha pessoal, mas estava atrelado ao status social e econômico dos parceiros, à moral da Igreja, às normas vigentes do Estado, à divisão do trabalho, isto é, na maioria das situações, as decisões individuais eram, de certo modo, previamente definidas pelos interesses do grupo ao qual se pertencia. O casamento em contextos tradicionais era um contrato, como assinalamos anteriormente, definido pelos pais ou parentes e, na maioria das vezes, influenciado por interesses econômicos. Também no que diz respeito às relações no interior do casamento, estas estavam presas a uma divisão do trabalho, em que o marido era o provedor da família e a mulher a responsável pelos cuidados com os filhos, o marido e a casa (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2005; 2006; Jablonsky, 1994; Wagner, 2005; Giddens, 2002).

Embora ainda persistam algumas características do casamento tradicional, a tendência na atualidade é uma erradicação dos motivos externos preexistentes, sejam eles de ordem econômica, social ou religiosa. O casamento, na contemporaneidade, passa a ser uma relação iniciada pela satisfação emocional que, apesar de guardar ainda resquícios do amor romântico, pressupõe um contato mais íntimo com o outro, que perdura enquanto a satisfação emocional existir (Jablonsky, 1998; Vaitsman, 1994; Giddens, 2002).

Pode-se observar uma série de transformações que foram determinantes para o processo de mudança nas relações conjugais e na família: o desenvolvimento acelerado do capitalismo, o surgimento de novas ideologias, o fortalecimento de discursos igualitários nas relações entre indivíduos, a queda de barreiras no que diz respeito às diferenças sexuais e às diferenças entre as esferas pública e privada, entre outras. Adquirindo espaço em meio aos velhos discursos, relações mais democráticas entre os indivíduos passam a se estabelecer de forma a oportunizar a evolução de um movimento de flexibilização também nas relações conjugais. As representações e vivências do casamento são, portanto, profundamente influenciadas pelo que se chama de processo de “democratização das relações pessoais”.

Nos dias atuais em nosso país, principalmente entre os segmentos médios urbanos mais intelectualizados, o casamento tradicional entre um homem e uma mulher, regido pela dominação masculina, tem cedido lugar a uma forma de casamento no qual a mulher reivindica igualdade de direitos e deveres e, assim, faz-se presente uma constante negociação no relacionamento. Nesse tipo de casamento, a intimidade entre os cônjuges tende a se reestruturar com base em novos valores, entre os quais a amizade, a confiança e o companheirismo se apresentam como fundamentais (Giddens,2002; Araujo, 2002).

No capítulo seguinte, trataremos das novas relações conjugais e familiares, da separação dos espaços público e privado e das esferas masculina e feminina de atuação na família e na sociedade, bem como das mudanças nos processos de tomada de decisão entre os membros do casal.

## CAPÍTULO II

### 2.1 AS NOVAS RELAÇÕES CONJUGAIS E FAMILIARES

Bilac (2000) afirma que o termo “família” é um termo que tem origem no vocábulo latim *famulus*, que diz respeito ao conjunto de escravos domésticos e descendentes de um chefe ou senhor. A expressão teria sido criada pelos romanos para se referir a organismos sociais constituídos por um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e escravos. Tais organismos eram próprios das tribos latinas quando do surgimento da agricultura e da escravidão legal, e o chefe detinha poder de vida e morte sobre seus subordinados (*paterpotestas*).

Hoje, contudo, observa-se que o conceito de família é bastante vasto e varia dependendo do contexto histórico, social, cultural, econômico e político. Assim, longe de estar ligada a valores eternos e imutáveis, o conceito de família parece ser distinto de uma cultura para outra e pode-se mesmo afirmar, como aponta Rocha-Coutinho (1994), que ele é uma construção social:

a família humana é uma construção social, uma superação da família biológica (macho-fêmea-crias). Seus membros sempre estiveram unidos por uma rede complexa e precisa de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas e, mais modernamente, por laços afetivos habitualmente acompanhados de laços legais e religiosos (p.27).

Como assinalamos anteriormente, a transição da família feudal para a família burguesa moderna não se ateve apenas à história da vida cotidiana, mas, antes, abarcou aspectos importantes que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais (Rocha-Coutinho, 1994).

No momento em que surge o grupo familiar restrito, a chamada família nuclear burguesa, ocorre também uma “revolução da afetividade”, isto é, a afetividade, que antes era partilhada com serviçais, amigos e parentes, concentra-se agora sobre o casal e os filhos, objetos privilegiados de um amor apaixonado e exclusivo.

A sociedade industrial introduz a temática da individualidade e da identidade pessoal, ao mesmo tempo em que os domínios público e privado se instalam, reestruturando tanto seus territórios como suas significações. Organiza-se, então, uma mudança radical nas prioridades da vida, passando para primeiro plano o livre-arbítrio e a felicidade pessoal (Rocha-Coutinho, 1994).

Nesta época, a família passou, então, a deter o monopólio da afetividade, da preparação para a vida e para o lazer. Ela fechou-se, assim, em si mesma, em oposição ao antigo espaço da sociabilidade compartilhada, que passou a ser visto, especialmente no caso das mulheres, como perigoso. Segundo Jablonsky (1998), começou a haver uma identificação do mundo público com o perigo, isto é, tudo o que estava fora do contexto da família passou a ser visto como sujo e ameaçador. Para Ariès (1981), a exacerbação dos papéis familiares teria sido decorrente do crescimento das cidades e, conseqüentemente, do aumento da insegurança e da dificuldade de manter interações sociais acolhedoras.

O mundo pós-industrial do século XX não foi capaz de substituir a sociabilidade do século XIX, que ficou praticamente limitada à esfera familiar. Nesse sentido, Ariès (1981) afirma que a causa profunda da crise atual da família não se encontra na família, mas sim no estilo de vida urbano, no qual a família se fecha procurando se proteger dos perigos vindos da rua, da cidade. A própria dinâmica da modernização, contudo, fez com que o modelo de família e casamento entrasse em crise, uma vez que foram abalados seus principais fundamentos: a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre público e privado, que atribuía papéis e posições distintos a homens e mulheres.

Em vários lugares do mundo industrializado, como parte dessa dinâmica de modernização, que inicialmente excluía as mulheres do mundo público, esta situação foi alterada e, assim, nas últimas décadas, aumentou a participação feminina no ensino superior, nas atividades profissionais, na política e nas atividades sindicais, artísticas e culturais, redefinindo-se as fronteiras entre o público e o privado. Desempenhando múltiplos papéis na esfera pública, ainda que permanecendo responsável pela esfera doméstica, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e à maternidade. Elas desafiaram a dicotomia entre público e privado, conquistaram direitos como cidadãs, constituíram-se como indivíduos. O individualismo, cada vez mais exacerbado, abalou as bases da sociedade e, assim, a igualdade entre homens e mulheres colocou-se como

possibilidade social. Isto desencadeou um conflito entre o individual e o coletivo no casamento e na família (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2007; Vaitsman, 1994; Castells, 1998a).

Para Sarti (2006), no mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se também à perda do sentido de tradição. Vivemos numa sociedade em que a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam hoje a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social.

O problema de nossa época, afirma a autora, é compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas querem aprender, ao mesmo tempo, a serem sós e a serem juntas. Por isso têm que enfrentar a questão de que, ao se abrir o espaço para a individualidade, necessariamente se instaura uma nova concepção das relações familiares mais voltada para as satisfações pessoais (Sarti, 2006).

Assim, na contemporaneidade, homens e mulheres organizam suas vidas a partir de reivindicações mais individualizadas. Segundo Féres-Carneiro (2001), “há um aumento das expectativas, uma extrema idealização do outro e uma super-exigência consigo mesmo, provocando tensão e conflito na relação conjugal” (p. 69). A conjugalidade hoje encerra, ao mesmo tempo, um certo fascínio e dificuldades na vida dos indivíduos, uma vez que, como aponta Féres-Carneiro (1998),

todo fascínio e toda dificuldade de ser casal, reside no fato de o casal encerrar, ao mesmo tempo, na sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, de o casal conter dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal. Como ser dois sendo um? Como ser um sendo dois? Na lógica do casamento contemporâneo, um e um são três, na expressão de Philippe Caillé (1991). Para Caillé, cada casal cria seu modelo único de ser casal, que ele chama de "absoluto do casal", que define a existência conjugal e determina seus limites. A sua definição de

casal, contém, portanto, os dois parceiros e seu "modelo único", seu absoluto (s.p.).

Podemos observar que a constituição do casamento é uma esfera de sociabilidade marcada pela diferença complementar na relação entre marido e mulher, bem como entre estes e os filhos. O caráter relacional da família corresponde à lógica de sua própria constituição. Embora comporte relações do tipo igualitário, a família implica autoridade pela sua própria função como instituidora de regras, de socialização dos menores. O que foi posto em questão na família, com a exacerbação da individualidade, contudo, não foi a autoridade em si, mas sim o princípio hierárquico no qual se baseia a autoridade tradicional (Sarti, 2006).

Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e todas as questões relativas aos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, representam hoje objeto de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz destas negociações. E a sociedade, através de movimentos sociais (feministas, gays, etc.), ou da intervenção terapêutica de diversos tipos, formula os mais variados projetos ideológicos sobre como agir na esfera da família e da sexualidade, propondo novas formas de divisão de trabalho doméstico e de cooperação financeira, questionando tanto a autoridade masculina quanto a dos próprios pais. Revela-se, assim, o fato de que vivemos num tempo em que nunca foi tão repleto de alternativas e, ao mesmo tempo, tão normativo, isto é, simultaneamente emancipador e constrangedor (Giddens, 1991; 1993; 2002; Sarti, 2006).

Giddens (2002) assinala que, quando extensas áreas da vida do indivíduo não se compõem mais de paradigmas e comportamentos preestabelecidos, a pessoa passa a ser obrigada a negociar escolhas quanto ao modo de organizar sua vida, ao estilo de vida que deseja adotar para si, ou mesmo ao padrão de vida que deseja seguir. Ademais, essas opções não são superficiais, de pouca importância, ou marginais no comportamento do indivíduo, mas, antes, elas “definem quem o indivíduo ‘é’”.

Nesse sentido, as novas relações na família e no casamento contemporâneo são marcadas pela confluência de vários projetos pessoais, que compreendem

escolhas feitas pelos indivíduos relacionadas a seus próprios anseios. Nas sociedades tradicionais, o sujeito não tinha escolhas, mas, por sua vez, não estavam abertas a ele outras opções ou esquemas de vida. Ele não podia escolher, mas tampouco conhecia a angústia da escolha, um fenômeno moderno.

Para Sarti (2006), assim como para Beck (1997) e Giddens (1993; 1997; 2002), essa nova identidade a que os indivíduos estão expostos, sem papéis claramente preestabelecidos e fechados, abriu maior espaço para o comportamento compulsivo, próprio da nossa época, que representa a perda de controle sobre o 'eu' e, portanto, a perda da autonomia, da capacidade de escolher. Age-se movido, não por uma escolha, mas por uma 'compulsão', que implica na impossibilidade de optar por dizer não. A escolha por compulsão, por sua vez, se apresenta como um comportamento que se contrapõe à própria escolha, o que expressa a negação da possibilidade emancipatória da nossa época. Configura-se, assim, um tipo de comportamento que bloqueia as possibilidades de um projeto familiar igualitário, na medida em que uma pessoa compulsiva, para manter a sensação de segurança ontológica, precisa do outro numa relação de dependência e não de autonomia (Sarti, 2006).

Segundo Giddens (1997), a compulsão, quando socialmente generalizada é uma repetição - fazendo referência aos conceitos psicanalíticos de Freud - que se põe no caminho da autonomia em vez de estimulá-la. Já Beck (1997) faz referência aos limites da escolha, apontando para "aspectos intoleráveis da individualização, que está assumindo características anômalas" (p. 26). Ainda segundo Beck (1997),

Mais uma vez, a individualização não é baseada na livre decisão dos indivíduos. Usando a expressão de Sartre, as pessoas são condenadas à individualização. A individualização é uma compulsão pela fabricação, o autoprojeto e autorepresentação, não apenas a própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases da vida mudam, porém, evidentemente, sob as condições gerais e os modelos do *welfare state*, tais como o sistema educacional (adquirindo certificados), o mercado de trabalho e a regra social, o mercado imobiliário e assim por diante. Mesmo as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios, e todas as suas condições devem ser experimentadas como riscos pessoais (p. 26).



Beck (1997), em sua análise, aponta para o fato de que a saída para essa condenação à compulsão encontra-se na ação dos movimentos sociais que propõem uma nova ordem, que questionam a ação imposta, realizada de cima para baixo, e promovem discussões com pequenos grupos, de forma mais silenciosa, mas efetiva. Assim refere-se o autor ao Movimento Feminista:

a revolta das mulheres, ao contrário da explosão da Revolução Francesa, é uma revolução que avança furtivamente, uma sub-revolução que se comporta como um gato: suavemente, mas sempre com as garras afiadas. Onde ela toca, modifica o lado inferior sensível da sociedade industrial, a esfera privada, e daí ( e do passado?) parte para alcançar o apogeu da dominação e das certezas masculinas. A sub-revolução das mulheres, que vai minando o sistema nervoso da ordem cotidiana da sociedade, apesar dos reveses, pode certamente proporcionar à sociedade uma face diferente (Beck, 1997, pp 39 e 40).

O que o autor vislumbra, pela via dos movimentos sociais, é uma sociedade menos atrelada a organizações que, de uma forma disfarçada, tentam reagir às mudanças por meio de controles externos, totalmente patriarcalistas. Dessa forma, a reflexão, no cerne da família, acabaria por levar a decisões mais igualitárias.

Contudo, embora novos valores venham se instalando nas novas relações familiares e no casamento contemporâneo, a tradição ainda tem seu lugar como experiência vivida que não pode ser apagada, mas, antes, deve ser reconstruída, como afirma Giddens (1997). Assim, as novas formas de família e casamento têm ampliado seus horizontes, diferentemente das famílias e casamentos tradicionais em que os modelos eram mais ou menos fixos, em que a posição de homens e mulheres e de pais e filhos eram predeterminados. Hoje, valores e padrões de comportamento tradicionais convivem com novos conceitos, muitas vezes, até de forma conflitante. Nas palavras de Rocha-Coutinho (2006):

A família torna-se, portanto, local privilegiado de apreensão tanto da transformação, quanto da manutenção de valores e padrões de comportamento social. Quando se fala de família na contemporaneidade – ou pós-modernidade, como querem alguns – está-se falando, assim, da coexistência e da mistura de diferentes códigos e visões de mundo, do reconhecimento da heterogeneidade que vigora na sociedade atual (p.101).

Mudanças nos aspectos íntimos da vida do indivíduo estão diretamente relacionadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. De acordo com Giddens (2002), nas interações entre o local e o global emerge a transformação da intimidade “com sua própria reflexividade e suas formas próprias de ordem internamente referidas” (p. 13). Essas mudanças na sociedade alteraram as formas de relacionamento e conjugalidade, emergindo o que Giddens (2002) denomina relações puras que, segundo o autor, seria um tipo de “relação em que os critérios externos se dissolveram: ela existe somente pela retribuição que a ela própria pode dar” (p. 13). Neste sentido, a “relação pura” é aquela em que a confiança não se apóia em critérios externos à própria relação, como parentesco, dever social e obrigação tradicional. A tendência na atualidade é a erradicação dos envolvimento externos oriundos da tradição. Neste contexto, “o casamento se torna mais e mais uma relação iniciada pela satisfação emocional que deriva do contato próximo com o outro, e enquanto essa satisfação persistir ele se mantém” (Giddens, 2002, p. 87). Para este autor, a relação pura é reflexivamente organizada. Questões como “Como estou?”, “Está tudo bem?”, “O que eu quero dessa relação?” são questões relacionadas à auto-identidade e às demandas da relação pura. A relação pura baseia-se, assim, na reciprocidade e no compromisso entre os membros de um casal.

Também para Féres-Carneiro (2001), na contemporaneidade, há um grande investimento nas relações interpessoais no casamento. Para a autora, “as relações conjugais são construídas em torno da construção das identidades dos cônjuges. O compromisso nestas relações é o de sustentar o desenvolvimento individual, e a relação se mantém enquanto for prazeroso e útil para cada um” (p. 69). Do mesmo modo, segundo Singly (2007), o que muda na família contemporânea em relação à família anterior “é o fato de que as relações só são valorizadas quando realizam as satisfações proporcionadas a cada um de seus membros” (p. 131).

Nas novas relações familiares, embora valores do passado ainda estejam presentes, o casamento é fruto da satisfação emocional, de uma escolha pessoal, em que a intimidade, a confiança e o compromisso com o outro são primordiais para sua continuidade. Assim, no que Giddens (1993, 2002) define como “relação pura”, o que prevalece é a relação por si mesma e não as condições sociais e econômicas externas à relação (Giddens, 1993, 2002; Rocha-Coutinho, 2006; Jablonsky, 2003).

Neste sentido, pode-se dizer que na contemporaneidade as relações conjugais são constituídas em torno das identidades dos parceiros. O reconhecimento das potencialidades individuais, através de uma comunicação aberta e livre entre os membros do casal, “é uma condição necessária para a intimidade e a qualidade da interação conjugal” (Féres-Carneiro, 2001, pp. 69-70, citando Giddens, 1992). As relações entre os membros dos casais contemporâneos são, assim, influenciadas pelas transformações sociais que abrem uma pluralidade de modelos que não oferecem referências sólidas sobre como agir, e em que as decisões são mais auto-referenciadas, dependentes de um projeto pessoal.

Parece, assim, que surge agora uma nova configuração de família e de casamento, em que as relações são mais igualitárias, as decisões são mais negociadas e os papéis não são rigidamente predeterminados como anteriormente. Em um projeto pessoal reflexivo, contudo, a autobiografia, ou seja, as experiências vividas e internalizadas em algum momento do passado podem estar presentes de maneira consciente ou não nos indivíduos e, diante de vivências do presente, se manifestariam como pontos de conflito e tensão internos, gerando o que Figueira (1985) denominou desmapeamento. Deste modo, um indivíduo que viveu com seus pais um modelo familiar em que mãe era a cuidadora da casa e dos filhos e o pai o provedor financeiro da família, isto é, em que havia uma clara divisão de funções e esferas de atuação entre homens e mulheres, manteria presente, em algum nível de consciência, essa sua vivência, que poderia vir à tona em determinados momentos de sua vida. Para melhor compreender esta evolução das relações familiares e nos papéis de homens e mulheres nelas envolvidos apresentamos a seguir um breve histórico da evolução da divisão das esferas de atuação de homens e mulheres na sociedade, de modo geral, e das mudanças desencadeadas nos papéis de homens e mulheres pelos Movimentos Feministas das décadas de 1960/1970.

## 2.2 A SEPARAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO E AS ESFERAS MASCULINA E FEMININA DE ATUAÇÃO NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE

Durante a Idade Média, as fronteiras entre família e ofício não eram bem demarcadas, convivendo em um mesmo espaço, relações afetivas, de trabalho, religiosas, econômicas e sociais, que confluíam para a manutenção do grupo. Ou seja, a separação entre as esferas do trabalho e da família, como é conhecida hoje, nem sempre foi vista assim. Esta delimitação entre os espaços público e privado deu-se apenas a partir dos séculos XVIII e XIX, com a Revolução Francesa e o advento da industrialização. Até esse período, a necessidade de sobrevivência requeria que homens e mulheres priorizassem o trabalho de produção sobre as preocupações reprodutivas. Nesse sentido, ambos trabalhavam juntos, dentro e próximos à casa (Rocha-Coutinho, 1994; 2005).

Com o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, a família deixa de ser o lugar do aprendizado de um ofício, da produção e conservação dos bens e da proteção. Dá-se a separação dos espaços doméstico (privado) e da produção (público) e a atuação de mulheres e homens se diferencia, cabendo à mulher a responsabilidade pelos cuidados da casa e da família e ao homem o seu provimento financeiro. A família sofreu, assim, um processo de privatização. A vida em sociedade e o trabalho não mais se confundiam com a vida em família, que se tornou essencialmente íntima e privada (Ariès, 1986; Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; 2005; Vaitsman, 1994).

O trabalho remunerado passou a ser realizado fora da casa, no espaço público, e cabia majoritariamente aos homens. A casa ficou restrita ao convívio da família. O trabalho aí realizado cabia basicamente às mulheres e não era remunerado, uma vez que, supostamente, realizado por “amor”, ao contrário das atividades produtivas, de domínio masculino, que eram remuneradas e socialmente mais valorizadas. (Vaitsman, 1994; Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2005; 2006; Jablonsky, 1998).

Estabeleceu-se, assim, uma fronteira bem demarcada entre o mundo masculino e o feminino em termos de socialização e comportamentos esperados. Esta nova concepção de esferas distintas de atuação de mulheres e homens se deu, sobretudo, com base em dois elementos da organização social: a perda do caráter

de unidade produtiva comercial que integrava a noção de família e a hierarquização das atividades em produtivas e improdutivas. A institucionalização das atividades comerciais, portanto, levou a família a perder o seu caráter de unidade produtiva, voltada, principalmente, para seu consumo próprio. Conforme referido anteriormente, as atividades passaram a ser vistas como produtivas e, por isso, remuneradas, e improdutivas, não remuneradas, uma vez que voltadas para a reprodução e realizadas no espaço familiar. O espaço privado da casa, assim, agora de domínio feminino, contrapôs-se ao mundo público, da rua, “um mundo masculino, no imaginário social” (Jablonsky, 1998; Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994).

Assim, no mundo capitalista, que, em certa medida, vigora até hoje no imaginário social, o espaço público, próprio dos homens, é o espaço da produção, das grandes decisões e do poder, um espaço remunerado que transforma o homem no provedor financeiro da família. Às mulheres cabe a responsabilidade pelo espaço doméstico, da reprodução, da intimidade, do afeto, do cuidado dos filhos e da realização e/ou supervisão de uma série de tarefas “conhecidas como ‘trabalho doméstico’ que se realizam no âmbito da unidade familiar” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 33) e que, não obstante o esforço empregado, carecem de valorização, não sendo, assim, remuneradas.

Com a divisão dos espaços em público e privado, desenvolveu-se também um novo modelo de família. Ao privatizar-se, a família europeia adquiriu contornos do que é conhecido como família nuclear burguesa, ficando reduzida ao pai, à mãe e aos filhos. Como assinala Jablonsky (1998), “a família encurtou”. Esta nova família enfatiza a intimidade, o amor entre marido e mulher e entre pais e filhos. A posição de poder do pai, contudo, permaneceu indiscutível, enquanto que a mulher continuou a ocupar uma posição secundária em relação ao homem, isto é, uma posição de inferioridade e dependência. Os limites da casa, inclusive, só poderiam ser ultrapassados com a autorização do homem – pai, marido ou tutor (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2005; Vaitsman, 1994; Jablonsky, 1998; 2003). Como conseqüência, por vários séculos as mulheres foram segregadas dos novos espaços de sociabilidade, lugar das atividades políticas, educacionais, artísticas, culturais, empresariais, científicas e administrativas (Vaitsman, 1994; Rocha-Coutinho, 1994; 2005; Jablonsky, 1998).

As mulheres, confinadas no espaço privado, passaram, então, a depender do rendimento recebido pelos trabalhadores do espaço público, os homens, a quem,

pouco a pouco, foram conferidas vantagens como salário, descanso, limite de jornada de trabalho, férias, licença, aposentadoria ou seguro social. Em determinadas situações, o Estado estendia os benefícios à sua esposa e filhos, uma vez que estes ocupavam a posição de dependentes dos homens.

Assim, observa-se que a noção moderna de igualdade, pregada pela Revolução Burguesa, não se configurou de fato, uma vez que não havia igualdade entre homens e mulheres. A mulher dependia economicamente do marido e, assim, da autoridade masculina. Apesar disso, muitas mulheres ainda viam no casamento uma possibilidade de se livrar da tirania paterna, considerando o casamento uma porta para a liberdade. Isto porque, apesar de sair da dependência do pai ou de parentes homens e passar para a dependência do marido, a mulher adquiria um *status* que lhe conferia os benefícios outorgados à mulher “casada”, como a ascensão social e o comando de uma área de atividade própria, a dos cuidados da casa e da família e da criação e educação dos filhos (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; 2005; Vaitsman, 1994; Jablonsky, 1998; 2003).

Paralelamente ao desenvolvimento da família conjugal moderna, o individualismo começa a ganhar força. A noção de indivíduo relaciona-se à organização social e econômica capitalista e industrial e tem suas bases no conjunto de valores irradiados dos princípios burgueses de liberdade e igualdade (Vaitsman, 1994). Como destaca Dumont (1977, em Vaitsman, 1994), com o desenvolvimento dos valores individualistas no mundo ocidental, a hierarquia deixou de ser tida como algo natural, assumindo a condição de uma construção social que pressupõe a igualdade natural entre as pessoas.

A noção de indivíduo tem origem no século XVIII, com as idéias de Locke, que elabora o conceito de hierarquia como algo decorrente da sociedade. Para o filósofo inglês liberal, os homens seriam produto da obra divina, inexistindo desigualdades naturais inerentes à condição humana. A diferenciação entre os indivíduos, tal como aquela associada à propriedade de bens, é resultado do trabalho, do esforço do homem no sentido de se apropriar das forças da natureza. Assim, nas palavras de Vaitsman (1994):

Uma vez que, de acordo o pensamento liberal, liberdade e racionalidade são definidas em função da propriedade, a sociedade passa a constituir-se de duas grandes classes: “a

dos industriais, racionais e proprietários; e a dos destituídos desta condição, isto é, além dos não-proprietários, as mulheres” (p.29).

O surgimento da categoria “indivíduo” foi influenciado exatamente pela forma como se firmaram as relações entre os homens e os meios de produção. Afirma-se, assim, que o desenvolvimento das sociedades modernas está atrelado ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Nesse contexto, a idéia de indivíduo livre e autônomo não se aplicaria às mulheres, categoria da qual elas são, naturalmente, excluídas. Vaitsman (1994), citando Flax (1990), aponta:

os filósofos do iluminismo, como Kant, não incluíam as mulheres na população capaz de conseguir libertar-se das formas tradicionais de autoridade. Eram definidas como incapazes de emancipar-se e a elas não se aplicavam os conceitos de autonomia e razão (p.29).

É nesse sentido que o espaço público, considerado o espaço da razão e das grandes decisões é destinado aos homens, enquanto que o espaço privado, visto como o lugar da emoção, “da reprodução, em todas as suas formas” (Rocha-Coutinho, 1994 p. 32), caberia à mulher. A reprodução, agora, no entanto, não se liga mais aos meios de sobrevivência materiais, uma vez que a família perde a antiga função de garantir a sua subsistência, passando a se ocupar de outras funções, relacionadas à reprodução, ao afeto e à moral familiar.

A família conjugal moderna torna-se, assim, o lugar onde todo afeto deve ser vivenciado. E, nesse modelo de família, os filhos passam a ocupar o centro da preocupação do casal. A criança passa a ser vista como possuidora de atributos especiais ligados à inocência, à vulnerabilidade, à fragilidade e à suscetibilidade. Nas palavras de Jablonsky (1998), “a sementinha’ virou ‘plantinha’ que necessitava ser cuidada em ambiente caloroso, protetor e cheio de cuidados” (p. 57). A educação dos filhos, futuros homens livres e cidadãos responsáveis, é anunciada como o ideal de uma nação e da humanidade e à mulher caberia “naturalmente” essa responsabilidade (Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994; Jablonsky, 1998).

A importância atribuída à educação da criança é creditada à família e é também regulada pelo Estado, que contou, no caso brasileiro, com o auxílio dos médicos higienistas. Para os higienistas, como aponta Costa (1983), não só a vida

da mulher como também a do homem se organizava em torno dos filhos. Enquanto que o homem era responsável pelo provimento financeiro da família e, assim, dele dependia o bem estar dos filhos e da esposa, à mulher cabia os cuidados da casa e da família e a educação dos filhos.

O discurso higienista, desenvolvido na Europa, chegou ao Brasil com a Família Real, marcando a supremacia do médico sobre o confessor, tornando-o um grande aliado do Estado. Com base no discurso higienista, a mulher se liberta do poder patriarcal, mas se vê amarrada agora a novos controles sociais. As teorias higienistas da época foram utilizadas para estabelecer os padrões de conduta apropriados de homens e mulheres nos espaços privado (do lar) e público (do trabalho). Assim, com esse novo discurso, é reforçada a idéia do instinto materno na mulher, bem como são atribuídas a ela características necessárias para o exercício da maternidade e que passaram a definir a chamada “identidade feminina”. A ciência lhe imputava uma natureza mais intuitiva, frágil, delicada e afetiva, incapaz, portanto, de qualquer atividade intelectual, distinta da natureza masculina, forte, viril, “talhado” para o trabalho e para as atividades que envolviam as grandes decisões. O foco do discurso higienista era a família amorosa, baseada no amor entre os cônjuges e entre pais e filhos, definida como modelo de família ideal, em que os papéis sociais de homens e mulheres eram distintos e passaram a ser regulados.

Nesse modelo de família, a mulher brasileira vai se libertando do excesso de poder patriarcal para se submeter às influências da nova ciência, que agora enfatiza o discurso da educação e da proteção à criança, manifestações espontâneas do amor materno. O discurso dos médicos higienistas põe em foco também o amor paterno, ou seja, para eles, o amor dedicado às crianças não deveria se limitar à mãe, mas também era extensivo ao pai (Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994; Costa, 1983). No espaço privado da família, a mulher deveria prover as necessidades físicas e emocionais de seu marido e filhos. Aquela que não se sentisse enquadrada nesse novo modelo passava a sentir-se culpada. A grande recompensa da mulher não consistia no seu sucesso pessoal, mas sim no sucesso do seu marido e filhos que, quando crescidos, deveriam se transformar em adultos bem colocados na vida. Assim, a vida da mulher só adquiria sentido a partir de sua doação ao outro, do sucesso daqueles de quem cuidava. O espaço de atuação do homem na família, ao contrário, era o de provedor de suas necessidades materiais. Separado de casa pelo trabalho, ele não se envolvia com as questões emocionais



dos filhos e recebia informações sobre eles através da mãe, mantendo uma relação de distância e autoridade. Esta era a forma de o homem demonstrar amor aos seus.

Assim, a divisão do trabalho de acordo com o sexo, além de definir a ocupação dos espaços de mulheres e homens em casa e na sociedade, também definia a hierarquia predominante nas relações. A divisão dos espaços em público e privado parece, desta forma, tornar-se o palco onde são geradas as diversas contradições e condições para a manifestação das desigualdades sociais e profissionais entre mulheres e homens. As mesmas condições que definiam o trabalho doméstico no interior da família como invisível, sem valor e improdutivo, definiam também como produtivas e remuneradas as atividades exercidas na esfera pública, regida pelo princípio universalista do mercado, segundo o qual qualquer indivíduo poderia concorrer livremente para vender sua força de trabalho, seus produtos e serviços. Quanto às mulheres, elas foram excluídas do mercado de trabalho para melhor poderem se dedicar a suas funções de esposa e mãe.

Contudo, a situação de exclusão feminina do setor público começa a se modificar com a industrialização crescente do século XIX, que força a inclusão da mulher brasileira das famílias menos abastadas no mercado de trabalho. Embora com algumas restrições, próprias da visão acerca da condição feminina, também a mulher de classe média começa a ser autorizada a exercer atividades na esfera pública próximas àquelas que exercia em casa, como a educação das crianças, a enfermagem e, em alguns casos, os serviços clericais. Quanto às mulheres das classes menos abastadas, estas continuavam atuando nos serviços domésticos e, agora também, nas novas fábricas que estavam sendo aqui instaladas, a fim de prover e/ou auxiliar na sua sobrevivência e na de sua família.

Entretanto, a entrada da mulher brasileira no mercado de trabalho é marcada por uma concorrência desigual da mulher em relação ao homem. Isto porque a mulher, que recebia uma educação voltada para o exercício do papel que lhe era reservado como mãe e esposa, quando chegava ao mercado de trabalho, encontrava-se despreparada para atuar na esfera pública, construída por homens, que haviam sido preparados para isso. Restava a elas, assim, o subemprego, os salários mais baixos. Como aponta Vaitsman (1994), as mulheres eram

definidas socialmente segundo um mundo público ao qual não tinham acesso, porque seu lugar era, em uma esfera privada,

definido pelos princípios particularistas e hierárquico das relações atribuídas a certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública, definido pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania (p. 30).

Na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a atuação da mulher no mercado de trabalho continuou sendo vista com desconfiança pela sociedade. O trabalho feminino passou a ser aceito apenas como uma contribuição à renda familiar ou na medida em que atendia aos interesses da crescente industrialização brasileira. O período de guerra havia introduzido mudanças significativas no papel da mulher especialmente nas sociedades europeias e norte-americanas, a fim de que elas pudessem suprir a mão de obra masculina, afastada para atuar nos fronts. Com o fim da guerra, as mulheres foram pressionadas a retornar à casa e a deixar livre para os homens, que retornavam da guerra, os postos de trabalho que haviam ocupado quando estes estavam lutando nos fronts.

Tais mudanças, ocorridas com maior intensidade na Europa e nos Estados Unidos, tiveram repercussão na sociedade brasileira. Uma intensa campanha da mídia voltou a reforçar a importância do papel da mãe nos cuidados e na educação dos filhos. Tomando-se novamente como base preceitos científicos, propagou-se e reforçou-se a idéia do “instinto materno”, próprio de toda mulher, e a importância da mãe para uma boa formação dos filhos. Foi-lhe conferido, então, um papel especial, o de “rainha do lar”. Jornais e revistas da época dirigidos ao público feminino foram, juntamente com achados científicos, utilizados para reforçar a importância da mulher na família, tanto na criação e educação dos filhos quanto como companheira do marido (Rocha-Coutinho, 1994; Jablonsky, 1998).

Fortaleceu-se, desta forma, a idéia de que à mulher cabia o governo do mundo privado, não lhe restando nenhum tempo para o mundo público dos negócios e do poder, das atividades fora do lar. Quanto ao homem, este continuava a manter o papel de provedor dos recursos necessários à manutenção da casa, da mulher e dos filhos. Assim, ao homem, voltado para fora da casa, restava a competição, o mundo do trabalho e dos negócios, da realização profissional, faltando-lhe tempo para uma maior proximidade dos filhos e maior envolvimento nos seus cuidados e educação.

Ainda nas décadas de 1950 e 1960, o trabalho de casa era pouco prestigiado. Por outro lado, a importância da mulher, conferida pelas teorias psicológicas que consideravam fundamental a dedicação da mãe aos cuidados dos bebês e crianças pequenas, era reforçada pela sociedade. Ocupar-se de uma carreira era, assim, quase impossível para uma mulher da época. A educação da mulher era vista como um luxo que só tinha sentido quando voltada para ela se tornar uma mãe melhor ou uma companheira mais agradável para o marido. Desse modo, embora algumas mulheres chegassem a concluir o ensino superior, qualquer carreira deveria ser abandonada assim que a mulher se casasse ou, no máximo, com o nascimento dos filhos.

Homens e mulheres continuavam, portanto, tendo um papel muito bem definido em casa e na sociedade. O homem continuava a ser visto como o provedor financeiro da família, dando, inclusive muitas vezes, uma mesada para a mulher a fim de que ela pudesse cobrir seus gastos pessoais, com o cabeleireiro e o vestuário, por exemplo. Muitos homens, e as próprias mulheres, acreditavam que o dinheiro masculino libertava a mulher do “fardo insuportável” de um emprego fora de casa. Nesse contexto, o homem era visto como a autoridade máxima dentro e fora de casa. Ele deveria, inclusive, se abster de demonstrar emoções, uma vez que isto era considerado algo próprio da mulher, da fraqueza feminina. As mulheres, ao contrário, eram vistas como pura emoção, freqüentemente choronas e ranzinzas. Por serem consideradas criaturas frágeis, eram tratadas muitas vezes como bibelôs (Rocha-Coutinho, 1994).

De um lado adequando as características femininas àquelas necessárias para os cuidados da casa e da família e para o bom desempenho da maternidade e, de outro, negando todas as outras que afastavam a mulher desse papel, reforçou-se, novamente, o seu enclausuramento no mundo doméstico. As atividades de incentivo ao marido e aos filhos deveriam ser as únicas a justificar sua ausência de casa, o que incluía, entre outras coisas, acompanhar o esposo às recepções de trabalho, participar de atividades que diziam respeito à educação dos filhos, como reuniões na escola, ou de assessoria aos maridos, inclusive comprando suas roupas para que ele pudesse estar sempre com boa aparência. Afinal, como diz o ditado popular, “por trás de um grande homem tem sempre uma grande mulher”, algo que expressava bem o papel da mulher na época (Rocha-Coutinho, 1994).

A função educativa da mãe, por sua vez, conferia à mulher *status* no seio da família e tinha conseqüências importantes para sua ocupação dos espaços. De um lado, possibilitava que, em contato com a escola, a mulher buscasse novas formas de conhecimento para melhor poder preparar e educar os filhos e, de outro, permitia que, de uma forma indireta, passasse a influenciar o mundo público através da influência exercida sobre os filhos.

O modelo de casamento, bem como o modelo de família conjugal moderna entraram em crise, contudo, nas últimas décadas, com a entrada da mulher de classe média no mercado de trabalho. Em vários lugares do mundo industrializado atual, como parte da própria dinâmica de modernização das sociedades e, em especial, como decorrência dos questionamentos levantados pelos Movimentos Feministas das décadas de 1960 e 1970 - de que falaremos mais adiante -, pode-se observar hoje um aumento considerável da participação feminina no ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, sindicais, artísticas e culturais, o que levou a uma redefinição da divisão entre o espaço público e o privado segundo o sexo.

Desempenhando múltiplos papéis na esfera pública, ainda que permanecendo responsáveis pela esfera privada, muitas mulheres das camadas médias e altas deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos, investindo em uma carreira profissional. Assim, elas desafiaram a oposição entre as esferas pública e privada, conquistaram direitos como cidadãs e constituíram-se como indivíduos economicamente independentes (Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994).

Entretanto, o padrão de comportamento que tomava como base a antiga divisão entre as esferas de atuação de homens e mulheres, e que, por muito tempo, vinha servindo como referência para o processo de tomada de decisão entre os membros do casal no que diz respeito às questões do cotidiano, proporcionava, até certo ponto, alguns benefícios tanto para as mulheres como para os homens. A mulher, vista como frágil e incapaz de tomar decisões por si só, de certo modo, sentia-se "protegida" de questionamentos provenientes do mundo externo, até porque, por sua própria posição, sua influência só deveria se dar de forma indireta. O homem, por sua vez, não se sentia ameaçado nem questionado pela decisão por ele tomada, visto que a ele cabia essa função. Assim, a manutenção dessas posições, muitas vezes mais aparentes do que reais, tendo em vista que a decisão por ele tomada era, muitas vezes, influenciada pela mulher, de certo modo, evitava o

confronto aberto entre os membros dos casais e mantinha os papéis de cada um em sintonia com o que era esperado.

Contudo, na segunda metade do século XX, com a pressão dos Movimentos Feministas das décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento acelerado do capitalismo, a globalização econômica e o desenvolvimento tecnológico, começam a surgir novos discursos que buscam uma maior igualdade entre os sexos. O questionamento de divisão dos espaços privado e público, antes previamente definidos como próprios de mulheres e homens, respectivamente, começa a dar lugar a relações mais democráticas entre homens e mulheres em ambas as esferas de atuação, acabando por alterar também os processos de tomada de decisão no casamento.

Hoje, como aponta Giddens (1997), as identidades mais ou menos fixas do passado, que tinham na tradição seu ponto de referência, passaram a experimentar a dúvida e a incerteza diante da multiplicidade de opções que o mundo contemporâneo oferece a homens e mulheres. A vida conjugal, agora, passa a ser regida, segundo este autor, pela busca de autonomia por parte de cada um dos membros do casal, em que o que importa é a satisfação pessoal e não mais determinações externas ditadas pela tradição, como a indissolubilidade do casamento e a atribuição de funções distintas a homens e mulheres. Segundo Singly (2007), “o período contemporâneo é caracterizado por um maior domínio do destino individual e familiar” (p. 128). O homem e a mulher não querem mais se prender a papéis fixos do passado, mas, antes, querem ser eles mesmos e para isso muito tem contribuído, segundo o autor,

um sistema de valores que aprova essa autonomia, desvalorizando a herança material e simbólica<sup>6</sup> e as condições objetivas que permitem o controle desse domínio individual, sobretudo a contracepção e as leis a ela relacionadas. As técnicas modernas de controle dos nascimentos não criam, em si, um desejo de ter ou não filhos – como demonstram as resistências às políticas populacionais nos países em

---

6 “O crescimento da independência intergeracional pode ser percebido na mudança do modo de designação da criança. O nome, elemento central na identidade pessoal, não é mais atribuído segundo regras que dominavam nas sociedades rurais. [...] os meninos eram nomeados como os homens da linhagem paterna e as meninas como as mulheres da linhagem materna” (SINGLY, 2007, p. 87).

desenvolvimento - , mas elas aceleram ainda mais a adesão a esse valor de autonomia (p. 128).

O surgimento de métodos contraceptivos mais eficazes tem possibilitado à mulher priorizar a sua inserção profissional e negociar com o companheiro o momento mais adequado para a vinda dos filhos. Neste sentido, questões relacionadas ao número de filhos, ao melhor momento para tê-los, à responsabilidade por evitar uma gravidez indesejada que, em um passado recente eram referendadas por modelos externos, culturalmente aprovados, convivem agora com novas posturas, mais individualizadas, e que podem gerar, muitas vezes, inclusive, conflitos entre os membros dos casais.

Entretanto, cabe assinalar aqui que, no Brasil, o uso da pílula anticoncepcional foi, como aponta Pedro (2003), em grande parte, associado à necessidade de controle sobre o número de filhos da mulher brasileira em decorrência de uma preocupação, em nível internacional, com o crescimento populacional nos países mais pobres, e não uma consequência da separação entre sexualidade e reprodução, como ocorreu nos Estados Unidos e nos países da Europa, por exemplo. Assim,

Para as mulheres que viviam em países nos quais a cidadania era respeitada minimamente, como na França, o período que se iniciou em 1960 apresentou repercussões e mudanças que provocaram intensas transformações nas relações de gênero. Uma parcela destas transformações teve como pano de fundo a disponibilidade dos contraceptivos modernos, que separaram, de forma mais eficiente do que em qualquer outro período da história, a sexualidade da reprodução. No Brasil, este momento foi vivido como expansão de "campo de prova", como preocupação com a expansão da população pobre, e também com o perigo subversivo que esta pobreza poderia trazer (Pedro, 2003, s.p.).

Neste sentido, é preciso assinalar aqui que, em muitas situações, como a que diz respeito à contracepção, a mudança em nosso país nem sempre se deu em decorrência da busca de uma maior autonomia por parte da mulher ou do casal, mas, antes, estava associada a interesses de grupos internacionais, como foi o caso da política populacional internacional de controle da natalidade nos países mais pobres, durante as décadas de 1960 e 1970, como se pode observar no seguinte relato da historiadora:

No Brasil — assim como nos países do terceiro mundo —, a divulgação dos métodos contraceptivos modernos, entre estes o das pílulas anticoncepcionais, fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução da população. Isto foi muito diferente do que ocorreu com mulheres de países europeus, cujas políticas natalistas tinham adquirido muita força após as guerras mundiais. Assim, enquanto em lugares como a França a pílula somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60 (Pedro, 2003, s.p.).

Essa situação, assim, na época, nem sempre apontava para uma negociação entre os membros do casal sobre o uso de métodos contraceptivos ou para um planejamento familiar decorrente de desejos individuais, aliados a um projeto de vida do casal, mas, antes, ainda estava, de certo modo, associada a uma política de controle da natalidade ditada por interesses internacionais na diminuição da população mundial. Assim, como aponta Pedro (2003),

No Brasil, a possibilidade de usar os novos métodos contraceptivos não foi resultado de reivindicação ou luta coletiva, e por isso não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para a sua autonomia. As mulheres da "geração pílula", entrevistadas por minha equipe, não consideram a contracepção uma conquista. A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e, ao mesmo tempo, um perigo constante para a saúde (s.p.).

Contudo, em que pese a forma como as mulheres brasileiras aderiram aos métodos contraceptivos modernos, os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, que tornaram os métodos contraceptivos mais seguros e efetivos, separando, assim, a sexualidade da maternidade, abriram novas possibilidades de escolha para a mulher brasileira (Rocha-Coutinho, 2009). Neste mesmo sentido, a entrada da mulher no mercado de trabalho assalariado vem proporcionando a ela maior independência financeira, aumentado, assim, sua autonomia e possibilitando que ela possa administrar a vida financeira da família em igualdade de condições com o companheiro, o que pode fazer com que suas posições tenham também maior peso nas negociações envolvidas nos processos de tomada de decisão do casal.

Singly (2007) se refere à existência de um “segundo mercado de trabalho” no caso da mulher, na medida em que este autor considera que o primeiro seria o “mercado matrimonial”, em que o homem se apropria da força de trabalho da mulher. No “mercado de trabalho matrimonial”, a mulher está em uma situação de dependência, por não ter uma atividade assalariada, e sua principal função é mediar as remunerações que o marido concorda em transferir para a família. Como mediadora da remuneração do marido, ela não entra nas negociações que dizem respeito às grandes decisões, como a aquisição de bens e serviços, mas apenas administra aquilo que é essencial ao bem estar dos filhos e do marido, como as compras de supermercado, a escola dos filhos, o pagamento de uma empregada, entre outras coisas relacionadas à casa e aos filhos. Ao homem caberia as decisões mais importantes, como as que se referem aos bens da família, como a compra da casa, do carro e a administração das aplicações financeiras das economias do casal. Por outro lado, a inserção da mulher no mercado de trabalho assalariado, ou seja, no “segundo mercado de trabalho”, dá a ela independência financeira e, assim, a possibilidade dela manter um relacionamento conjugal apenas enquanto esse lhe é prazeroso. Neste sentido, ela pode assumir uma posição mais ativa e direta no processo de tomada de decisão do casal.

De acordo com Beck (1997), a “individualização significa, primeiro, a desincorporação, e, segundo a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos novos em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias” (p.25). Para o autor, “a individualização não é baseada na livre decisão dos indivíduos. Usando a expressão de Sartre, as pessoas são condenadas à individualização” (p. 26). No caso específico do processo de tomada de decisão entre os membros de um casal, na sociedade tradicional essas decisões eram balizadas por modelos únicos e permanentes que refletiam a posição precisa das atuações de cada um dos membros do casal. Na atualidade, contudo, considerando a redefinição dos papéis do homem e da mulher na família e na sociedade, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho e seus reflexos, inclusive no que diz respeito ao processo de tomada de decisão no seio da família, como dissemos anteriormente, os membros de um casal se deparam com uma multiplicidade de modelos que os levam obrigatoriamente a fazer uma escolha.

Para Beck (1997), a



individualização significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si e para os outros que não a possuem. Mas também significa novas interdependências, até mesmo globais. A individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva (p. 26).

A interdependência entre tais fenômenos tem proporcionado a homens e mulheres novas experiências que acabam por interferir em seus projetos individuais e conjugais. Em alguns casos, a falta de modelos a seguir ou a resistência em seguir modelos tradicionais tem levado homens e mulheres a se submeterem ao mercado capitalista que insidiosamente provoca e cria necessidades de consumo por meio de uma bem elaborada mídia.

Estudos que correlacionam trabalho, gênero e globalização apontam, por exemplo, que nem sempre a expansão do mercado de trabalho para as mulheres significa melhoria na qualidade de vida para elas mesmas e seus companheiros. Assim, Hirata (2009) aponta:

Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. As pesquisas realizadas por economistas feministas indicam claramente essa tendência. Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres.

A busca por preços competitivos de produtos e serviços tem ocasionado a busca, por parte das organizações, de mão de obra mais barata, maior flexibilidade dos vínculos empregatícios – como serviços por projetos e maior flexibilidade do horário –, o que, ao mesmo tempo, possibilita um aumento da oferta de trabalho e um maior incentivo ao consumismo, transformando o consumo de bens renováveis em uma necessidade para o indivíduo contemporâneo (Bauman, 2005; Hardt e Negri, 2005; Giddens, 1997; 2002).

As mudanças nas formas de produção e nas relações entre capital, trabalho e Estado na última metade do século XX não influenciaram apenas as formas de ocupação, por parte de homens e mulheres, dos espaços privados e públicos, mas, sobretudo, levantaram novas questões sobre o modo de agir de homens e mulheres, gerando dúvidas, inquietações e incertezas. O movimento da globalização levou à abertura de novos territórios no mercado de trabalho e, com isso, os processos produtivos não capitalistas foram subordinados também às regras do capital. A força de trabalho passou a ser quantificada como qualquer outro produto de comercialização. O valor dos produtos e da força de trabalho passou a ser regulada socialmente, uma vez que, nesta nova era, que Deleuze (em Costa, 2004) denominou “era disciplinar”<sup>7</sup>, ocorreu uma ampliação dos poderes sociais do trabalho e da valorização da força de trabalho. O impacto da mercantilização decorrente do capitalismo pode ser observado, por exemplo, na esfera do consumo e nos estilos de vida, que são estabelecidos segundo critérios do mercado (Giddens, 1997; 2002; Hardt e Negri, 2005).

Estas mudanças sociais trazem importantes conseqüências para a vida dos indivíduos. Aquilo que antes parecia fixo e imutável, como os antigos papéis estabelecidos para homens e mulheres no casamento, tornou-se, agora, objeto de questionamento. O número de filhos de um casal também passou a ser determinado pelas condições econômicas que vão poder propiciar a aquisição de bens e serviços que o casal pretende proporcionar aos filhos. Além disso, a nova relação, a que Singly (2007) faz referência, entre “a família e a parentela, prestadora de serviços” (p. 110) passa a ser reconfigurada, entre outras coisas, de acordo com as

---

7 Os termos aqui empregados tomam como referência os conceitos de Gilles Deleuze de Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle. As sociedades disciplinares podem ser situadas num período que vai do século XVIII até a Segunda Grande Guerra, sendo que os anos da segunda metade do século XX estariam marcados por seu declínio e pela respectiva ascensão da sociedade de controle. Seguindo as análises de Michel Foucault, Deleuze considera o enclausuramento a operação fundamental da sociedade disciplinar, com sua repartição do espaço em meios fechados (escolas, hospitais, indústrias, prisão...), e sua ordenação do tempo de trabalho. O autor chamou esses processos de moldagem, pois um mesmo molde fixo e definido poderia ser aplicado às mais diversas formas sociais. Já a sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. O que haveria aqui, segundo Deleuze, seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social. Cf. em: COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004

necessidades da mulher decorrentes do investimento em uma carreira profissional. Assim, como aponta Giddens (2002),

pode-se aceitar que o advento da modernidade traz mudanças importantes no ambiente social externo do indivíduo, afetando o casamento e a família assim como outras instituições; mas as pessoas continuam a viver suas vidas como sempre fizeram, enfrentando da melhor maneira que podem as transformações sociais à sua volta. Ou não? Pois as circunstâncias sociais não são separadas da vida pessoal, nem são apenas pano de fundo para ela (p. 18).

Neste sentido, as mudanças nas sociedades contemporâneas que promoveram reformulações nas relações de trabalho e que buscaram acabar com a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, ao mesmo tempo que promoveram uma mudança de qualidade nas relações familiares e de trabalho, desencadearam também uma reestruturação das necessidades e dos desejos sociais, tanto de mulheres quanto de homens. Ao questionar o regime disciplinar das antigas fábricas, numa reavaliação de todo o conjunto de atividades produtivas, outros campos de atuação do indivíduo também passaram a ser alvo de dúvidas e questionamentos, como ocorreu com o casamento, que não mais é visto como uma instituição indissolúvel que protege a vida em comum.

Giddens (2002) aponta a dúvida como uma característica que permeia a vida cotidiana e “constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo” (p.10). Em uma sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos era limitada pela tradição, pelo parentesco, pela localidade. No momento atual de rompimento com as práticas e preceitos preestabelecidos, as potencialidades individuais são enfatizadas, transformando as identidades em algo mutável. É nesse sentido que, na modernidade, o “eu” torna-se um projeto reflexivo, em que o indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da sua vida assume especial importância em substituição ao lugar de destaque ocupado pela tradição em épocas anteriores.

Assim, ao mesmo tempo em que o rompimento com as formas tradicionais de comportamento promove uma certa autonomia pessoal, retira também uma sensação de firmeza das coisas, podendo constituir uma grande fonte de ansiedade e conflito para o indivíduo em decorrência das decisões que ele é levado a tomar no seu cotidiano. Isto se dá porque, na ausência de parâmetros externos e mais

definitivos, cabe ao indivíduo escolher e decidir, diante de uma diversidade de informações e opções, como deseja realizar e desenvolver o seu projeto reflexivo individual.

Giddens (2002) afirma que, em épocas pré-modernas, a questão da identidade não era um problema, uma vez que o individualismo não era enfatizado. Como assinala o autor, “a idéia de que cada pessoa tem um caráter único e potencialidades sociais que podem ou não se realizar é alheia à cultura pré-moderna” (p.74). Nas culturas mais antigas, a linhagem, o gênero, o status social, entre outros atributos, é que determinaram a identidade dos indivíduos, vista como relativamente fixa. Na contemporaneidade, é a exploração de aspectos individuais que vai proporcionar a construção de uma identidade integrada com as mudanças pessoais e sociais.

Como abordamos no capítulo I, no processo de construção da identidade, o indivíduo projeta a si mesmo nas identidades culturais, ao mesmo tempo que internaliza seus significados e valores, tornando-os parte dele, alinhando, assim, os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupa no mundo social e cultural (Hall, 2006). Nesse sentido, como aponta Hall (2006), “a identidade costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura” (p. 12), estabilizando tanto os sujeitos quanto o mundo cultural em que habita, tornando-os mais unificados e previsíveis.

Entretanto, em um mundo em acelerado processo de mudança, a estabilidade do indivíduo acaba por ser comprometida, uma vez que o seu entorno não lhe oferece possibilidade de previsibilidade e unificação. Assim, a reflexividade, o conhecimento de si mesmo, é um dos aspectos centrais para o indivíduo construir um sentido para a vida. Nas palavras de Giddens (2002),

Na ordem pós-tradicional da modernidade, e contra um pano de fundo de novas formas de experiência mediada, a auto-identidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções (pp. 12-13).

Na contemporaneidade, questões centrais, como “O que fazer?” ou “Como agir?”, se apresentam ao sujeito, confrontando-o com uma pluralidade de opções, sem, contudo, lhe apontar um modelo previamente determinado em que ele possa se ancorar ou de que ele possa receber ajuda para se orientar (Giddens, 2002; Rocha-Coutinho, 2006). Não encontrando respostas para suas dúvidas, o sujeito contemporâneo é forçado a escolher um estilo de vida coerente com seus anseios e necessidades. Como aponta Giddens (2002),

a escolha de estilo de vida é cada vez mais importante na constituição da auto-identidade e da atividade diária. O planejamento da vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração de riscos filtrados pelo contato com o conhecimento especializado, torna-se uma característica central da estruturação da auto-identidade (p.13).

Pode-se dizer, assim, que o período contemporâneo é marcado por um processo de individualização cada vez mais acentuado, pela busca de uma autonomia cada vez maior, que se traduz por um predomínio do individual sobre o coletivo, sobre o instituído, o que acarreta riscos e incertezas quanto ao futuro ou mesmo inseguranças quanto à forma de o indivíduo administrar as alternativas do presente. No que diz respeito ao casamento, Singly (2007) afirma que “a vida conjugal tornou-se instável ou, mais exatamente, sua fragilidade mudou de sentido em relação a outras épocas” (p. 128). Em épocas mais tradicionais, a própria instituição do casamento determinava o espaço de ocupação de mulheres e homens. Na atualidade, tudo depende de uma demanda individual de autonomia das pessoas nele envolvidas e uma desvalorização, explícita ou não, da dependência em relação às instituições e às pessoas. Hoje, o acesso a modernas técnicas de controle de natalidade pode auxiliar a mulher a organizar sua vida profissional, adiando ou programando o nascimento dos filhos de acordo com sua carreira e, assim, manter sua autonomia em relação ao parceiro. O trabalho assalariado da mulher pode lhe garantir maior autonomia pois pode lhe permitir organizar sua vida e a vida de seus filhos em caso de separação.

Assim, em um mundo que se abre a diversas opções e alternativas, a decisão sobre a participação de cada um dos cônjuges na execução das tarefas domésticas, no cuidado e educação dos filhos, bem como na responsabilidade pelo provimento financeiro da família são temas que pressupõem um modo específico de organizar a

vida que a mulher e o homem desejam para si e que passam, assim, a ser mais negociados. A mulher e o homem, que em tempos anteriores tomavam suas decisões com base nos papéis que lhe eram determinados previamente, na contemporaneidade, passam a questionar seus antigos papéis e posições, o que pode vir a alterar o processo de tomada de decisão entre os membros do casal.

Apesar de algumas das características tradicionais do comportamento de homens e mulheres ainda persistirem com maior força em certos grupos do que em outros, o casamento atual se torna cada vez mais uma relação iniciada e mantida pela satisfação emocional que deriva da relação com o outro. Assim, ele se mantém enquanto essa satisfação permanecer (Giddens, 2002), tornando-se também palco para a vivência de busca de autonomia na relação a dois, da experiência de uma construção conjunta de um projeto reflexivo do eu.

Féres-Carneiro (1998), citando Berger e Kellner (1970) afirma:

o casamento [é] como um ato dramático, no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram e se redefinem. O drama do ato é internamente antecipado e socialmente legitimado muito antes de ele acontecer na biografia dos indivíduos. A reconstrução do mundo no casamento ocorre principalmente através do discurso. Na conversação conjugal, a realidade subjetiva do mundo é sustentada pelos parceiros, que confirmam e reconfirmam a realidade objetiva internalizada por eles. O casal constrói assim, não somente a realidade presente, mas reconstrói a realidade passada, fabricando uma memória comum que integra os dois passados individuais (s.p.)

Em algumas situações, contudo, como assinala Singly (2007), mulheres e homens mantêm a divisão tradicional do trabalho de acordo com o sexo, como aprenderam na infância a partir da experiência vivida com seus pais.

As relações sociais de sexo resistem no seio da família no que tange à desigualdade dos estatutos masculinos e femininos. A mulher está<sup>8</sup> numa situação de dependência. [...] O fato de que a mulher ainda continua a fazer a maior parte do trabalho doméstico mostra bem que o contrato de casamento não é um “contrato de troca, de trabalho doméstico contra manutenção”. A “dupla jornada” é o símbolo da manutenção da atribuição das mulheres à esfera doméstica. As mulheres engajadas em uma vida profissional saem apenas

---

8 Singly faz referência ao valor simbólico no sistema de trocas no casamento

“parcialmente de uma relação de produção caracterizada pela dependência” (p.151).

Neste sentido, como afirma Singly (2007), a mulher continua em uma situação de dependência na medida em que permanece responsável pela maior parte do trabalho dentro de casa e pelo cuidado das crianças.

Embora a situação de trabalho assalariado tenha proporcionado à mulher uma maior autonomia e tenha transformado profundamente a natureza dos laços que mantém com seu parceiro, dando a ela a possibilidade de manter o laço conjugal enquanto essa relação lhe satisfaz emocionalmente (Beck, 1997; Giddens, 1997, 2002; Singly, 2007), ainda podemos perceber que os papéis sexuais tradicionais não desapareceram inteiramente. Ao mesmo tempo em que as mulheres são preparadas como os homens para construir sua autonomia a partir de um alto grau de investimento na sua formação e capacitação profissional para ingressar no competitivo mundo do trabalho e para valorizar sua independência financeira, ainda persiste a expectativa social, internalizada pelas próprias mulheres, de que a elas cabe a responsabilidade pelos cuidados da casa e, principalmente, dos filhos (Rocha-Coutinho, 2009).

Em pesquisa realizada por Rocha-Coutinho (2003) com mulheres executivas cariocas bem sucedidas, por exemplo, os resultados encontrados apontam para uma tentativa das entrevistadas de conciliar as intensas demandas do cargo que exercem nas empresas com as não menos intensas demandas resultantes da responsabilidade pelos cuidados dos filhos. Do mesmo modo, em relação à vida financeira, as mulheres entrevistadas relatam fazer uso de um caixa único que é gerenciado pelo marido, aquele que, segundo elas, é responsável pelo provimento financeiro da família, mesmo quando têm salários equivalentes ou superiores ao dele. Parece, assim, que o homem também continua a ser visto como o provedor da família e o salário das mulheres como um “complemento”, ou uma “ajuda”, ao orçamento doméstico, do mesmo modo que, em casa, a participação do homem continua a ser vista como uma ajuda. Na mesma direção, pesquisa realizada por Wagner e colaboradores (2005), embora apresente resultados um pouco diferentes no que diz respeito à participação de mulheres e homens no cuidado e educação dos filhos, apresenta semelhanças com a pesquisa de Rocha Coutinho (2003) no

que tange ao provimento financeiro da família e ao gerenciamento da economia doméstica, que ainda caberiam, principalmente, ao homem.

Portanto, pode-se observar a permanência de traços tradicionais nesta redefinição da ocupação de espaços e da divisão de responsabilidades no cotidiano familiar. Tais traços convivem na contemporaneidade, no entanto, como a inexistência de modelos fixos nos quais os indivíduos possam se pautar para agir. Observa-se, hoje, dessa forma, a coexistência de traços da antiga família conjugal moderna com aqueles característicos da família contemporânea, em que as condutas são cada vez mais individualizadas e a efemeridade e a instabilidade constituem suas principais características. Nas palavras de Giddens (2002) sobre a conduta dos indivíduos na contemporaneidade, “agir num mundo de escolhas plurais, envolver-se com ele, é optar por alternativas, tendo em vista que os sinais estabelecidos pela tradição estão agora em branco” (p. 81).

Assim, parece que as esferas masculina e feminina de atuação na família e na sociedade estão sendo reconfiguradas, não mais se atendo a uma divisão rígida de funções e responsabilidades em espaços dicotomizados. Antes, hoje pode-se observar novas configurações nas trocas e negociações entre membros de um casal, em espaços que não mais se apresentam com uma fronteira claramente definida, o que pode desencadear mudanças no processo de tomada de decisão entre eles. Contudo, cabe acrescentar aqui que estas novas configurações continuam a conviver com conceitos mais tradicionais no que diz respeito às expectativas com relação aos papéis de homens e mulheres que, no caso brasileiro, parecem, ainda, em certo sentido, ser reforçados pela sociedade de modo geral, continuando, assim, presentes, de maneira consciente ou não, no indivíduo contemporâneo.



### 2.3 MUDANÇAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ENTRE OS MEMBROS DE UM CASAL

A tomada de decisão é um processo que inclui as escolhas realizadas pelo indivíduo no curso de sua vida e envolve passado, presente e futuro. Nas palavras de Giddens (1997), “a escolha tem algo a ver com a colonização do futuro em relação ao passado, e é o lado positivo de se chegar a um acordo com as emoções inertes deixadas pelas experiências passadas” (p. 93). Assim, entendemos que a experiência vivida por um indivíduo influencia uma decisão tomada no presente e tem conseqüências significativas no seu futuro. Na sociedade contemporânea, como vimos, o indivíduo está constantemente exposto a situações de escolha, ou seja, como observam Beck (1997) e Giddens (1997), a escolha tornou-se obrigatória.

O processo de tomada de decisão entre os membros de um casal, além de envolver a história pessoal de cada um de seus membros, envolve também a história do casal. Como afirma Giddens (2002), “a pluralidade da escolha também pode estar diretamente ligada às relações com os outros – à transformação da intimidade” (p. 85). Nas sociedades tradicionais essa não era uma questão importante uma vez que as decisões estavam ancoradas em condições exteriores, isto é, da vida social. Assim, por exemplo, em tempos antigos, o casamento era contratado pelos pais ou parentes e era fortemente marcado por transações econômicas entre as famílias dos cônjuges. Posteriormente, quando as questões de parentesco se tornaram menos determinantes nas decisões entre os membros de um casal, o processo de tomada de decisão entre os cônjuges passou a ser atrelado à divisão dos espaços público – do mundo do trabalho - e privado – da esfera familiar -, que predeterminava as áreas de atuação de homens e mulheres, não cabendo uma decisão mais individualizada, isto é, que rompesse com o que era convencionalizado.

No casamento contemporâneo, o processo de tomada de decisão entre os membros de um casal parece estar ligado ao estabelecimento de um projeto pessoal e conjugal, em que o que conta é o compromisso, a lealdade e a autenticidade de cada parceiro, primeiro consigo mesmo e depois com o outro. Assim, podemos observar decisões mais negociadas entre os cônjuges no que se refere, por exemplo, ao fato de quererem ou não ter filhos, a quantos filhos pretendem ter, como utilizar o tempo livre, como dividir as tarefas e responsabilidades no que diz respeito

aos cuidados da casa e dos filhos, como planejar a vida econômica familiar, entre outras.

No antigo modelo de família nuclear (pai, mãe e filhos), até os anos 1970, não se questionava as expectativas em relação à atuação de homens e mulheres nas esferas pública e privada. As decisões sobre os vários aspectos do cotidiano do casal eram justificadas por argumentos de ordem externa preexistentes. Desde os primeiros anos de vida a criança recebia informações bem delimitadas do que se esperava dela enquanto menino ou menina. A família era a primeira a criar a menina para ser “feminina” e o menino para ser “masculino”, isto é, a se encaixar no que se considerava identidade feminina e masculina. Essa criação era reforçada pela escola e pelos meios de comunicação e corroborada por práticas médicas e psicológicas.

Nesse sentido, as representações da identidade feminina e masculina eram assimiladas, levando meninos e meninas a agirem e pensarem de acordo com as expectativas sociais. Das meninas, esperava-se que fossem dóceis, boazinhas, prestativas, cooperativas, cordiais, tolerantes, que não incomodassem as pessoas e não dissessem “não”. Assim, preparava-se a mulher para assumir seu futuro papel de mãe, esposa e dona de casa. De seu bom desempenho dependeria o bem estar da família, o sucesso dos filhos e do marido. A mulher, assim, era preparada para ser passiva, sempre aguardar a sua vez, nunca pensar em si mesma, mas, antes, na felicidade dos outros, em conformidade com a sua “identidade feminina”. Do menino, esperava-se que fosse um bom chefe de família, capaz de prover as necessidades financeiras da casa. Para isso, o menino era preparado para ser ativo, forte, falar alto, não chorar, não se preocupar com detalhes (considerados “coisas de menina”), não levar desaforo para casa. O menino, assim, estaria aprendendo a ocupar seu futuro papel de chefe de família, com a autoridade que dele se esperava, em conformidade com sua “identidade masculina” (Rocha-Coutinho, 1994; 2003; Jablonsky, 1998; Giddens, 1993; Vaitsman, 1994). Rocha-Coutinho (1994) assinala que as distintas experiências sociais ajudaram homens e mulheres a desenvolverem diferentes subjetividades, diferentes padrões lingüísticos e diferentes formas de exercer o controle sobre suas vidas e sobre a vida daqueles que com eles conviviam. Nas palavras da autora:

A educação, os meios de comunicação e algumas modalidades de práticas médicas e psicológicas, entre outras agência sociais, produzem uma linguagem feminina que, trancafiada no lar, em torno da família, se situa em uma posição de desigualdade com relação ao homem: desigualdade na distribuição do dinheiro, do poder, das responsabilidades domésticas, das opções de realização pessoal (Rocha-Coutinho, 1994, p. 59).

Para essas desigualdades entre homens e mulheres contribuíram as concepções de trabalho que atribuíram maior valorização ao trabalho realizado no espaço público, considerado o espaço da razão, da produção e desvalorizaram o trabalho realizado na esfera privada do lar, da emoção, dos afetos, da reprodução. Como consequência dessa divisão de espaços, ocorreu um afastamento dos homens das funções domésticas e um afastamento da mulher das funções públicas. A mulher, por sua associação ao espaço doméstico privado, aproximava-se mais dos filhos, cabendo também a ela o papel de intermediária das relações entre o pai e os filhos, enquanto que no caso do homem, deu-se um afastamento com relação aos filhos, por sua sobrecarga de trabalho na esfera pública. A ele caberia, ainda, a função de proteger a mulher, de sustentá-la e afastá-la dos árduos e complicados problemas do mundo fora de casa, a fim de que ela pudesse melhor desempenhar seu trabalho no lar” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 43).

Essa divisão de esferas segundo o sexo foi, aos poucos, reforçando o domínio masculino no espaço público e o domínio feminino na esfera privada, atribuindo esta situação de dominação à idéia de uma necessidade, por parte da mulher, da proteção de um homem. Assim, pressionados pelo que deles era esperado e cobrado pela sociedade, homens e mulheres acabaram por se encaixar no papel que cada um deles deveria exercer e a assumir o poder de decisão nas esferas que lhe cabiam. Assim, a mulher, frágil e submissa, deveria exercer seu poder de decisão e controle no âmbito privado, no espaço da casa e da família e, mesmo assim, a última palavra deveria caber ao homem. Ela poderia, por exemplo, decidir o cardápio da família, a educação dos filhos e a decoração da casa, mas sempre levando em consideração as preferências do marido.

Esta demarcação de espaços e funções segundo o sexo era reforçada também no plano jurídico. Como ressalta Dias (2006),

A legislação pretérita bem retratava o perfil da sociedade patriarcal e machista, que colocava a mulher em uma posição de absoluta

inferioridade e subserviência. O código Civil de 1916 elencava, de modo distinto, os direitos e deveres do marido (CC/1916, 233 a 239) e da mulher (CC/1916, 240 a 255) e empurrava a mulher para uma posição de incontestável inferioridade jurídica e social (p. 219).

A hierarquização de papéis na família transformava o homem no representante legal da família. Dessa forma, ele era o chefe da sociedade conjugal, o cabeça do casal, o que reforçava ainda mais sua superioridade. A ele cabia administrar os bens comuns da família, assim como os bens da mulher, e era ele quem fixava o domicílio do casal. A mulher, ao casar, era obrigada a adotar o sobrenome do marido e necessitava de sua autorização para trabalhar fora de casa. O casamento, do ponto de vista legal, era também o lugar da procriação. Entretanto, era necessária a comprovação da paternidade dos filhos, uma vez que eles herdariam seus bens. Assim, a fidelidade da mulher era uma exigência da época, tanto que o desvirginamento da esposa, quando desconhecido pelo marido poderia levar à anulação do casamento (Dias, 2006).

O Código Civil de 1916 assegurava o “pátrio poder” exclusivamente ao marido, considerado cabeça do casal, chefe da sociedade conjugal. A expressão “poder familiar” é nova, surgindo somente com a emancipação da mulher, em grande parte, em decorrência da ação dos Movimentos Feministas das décadas de 1960/1970, que criticaram o termo “pátrio poder”, uma vez que ele guardava resquícios de uma visão machista. O estatuto da mulher casada (L. 4.121/1962) devolveu a plena capacidade à mulher, que passou à condição de colaboradora do marido na administração da sociedade conjugal, assegurando o poder familiar a ambos os pais. No caso de divergência entre eles, porém, prevalecia a vontade do pai, podendo a mãe recorrer à justiça (Dias, 2006).

Contudo, como assinalamos antes, no momento atual, pode-se observar a convivência de várias formas de relação conjugal. A própria Constituição Federal Brasileira vigente hoje reflete e reforça esta pluralidade de possibilidades de relações e de poder entre os membros da família contemporânea. Ela age, assim, no sentido de assegurar direitos e deveres iguais para homens e mulheres, obrigando-os a negociar suas responsabilidades, como, por exemplo, no que diz respeito ao cuidado e educação dos filhos, não sendo mais determinado pela lei o

papel claro de cada um, como acontecia anteriormente, nos casos de separação do casal.<sup>9</sup>

No modelo tradicional de relações familiares, o pai aparece no topo da pirâmide hierárquica, esteja ele presente ou ausente na constelação familiar. De acordo com Romanelli (2006), a autoridade pressupõe uma relação hierárquica, prescindindo, dessa forma, de meios externos de coerção. Tal autoridade independe, ainda, de qualquer tipo de prática persuasiva, uma vez que se funda em regras da experiência, de aceitação geral e incontestáveis. Na família inspirada no modelo patriarcal tradicional, o pai manifesta esta condição de autoridade. Ou seja, sob circunstâncias específicas, ele exerce o poder que lhe é concedido “por direito”, impondo, assim, sua vontade perante os demais membros da família (Romanelli, 2006).

A autoridade masculina se funda, de um lado nas relações de parentesco e na condição de principal ou único provedor da família e, de outro, no saber que teria acumulado segundo a tradição. O saber do pai, assim, ancorava-se nas experiências vividas e informações aprendidas em relações provenientes de diferentes fontes e que teriam sido incorporadas à sua experiência ao longo da vida. É nessa vivência conquistada na luta para encontrar soluções para os múltiplos problemas do cotidiano que, o saber paterno estaria assentado e dela advinha sua legitimidade. Ou seja, esse conhecimento considerado legítimo era transmitido ao longo do processo de socialização dos meninos, seja através de orientações verbais explícitas, seja mediante o exemplo paterno, projetando para o futuro um saber adquirido no passado. O exemplo paterno permitia estabelecer uma diferença entre a ação socializadora da mãe e a do pai. O exemplo do pai estava referido na ação, definindo assim, o masculino pela atividade, em oposição à passividade, considerada uma qualidade essencialmente feminina.

Deste modo, na família tradicional, até mesmo quando a mulher assumia um trabalho assalariado e sua contribuição financeira equiparava-se à do marido, a tendência era preservar essa condição hierárquica, mantendo a dominância feminina

---

9 Cabe aqui assinalar a discussão referente à guarda compartilhada dos filhos menores em caso de separação do casal: o termo guarda compartilhada ou guarda conjunta de menores ('joint custody') refere-se à possibilidade dos filhos serem assistidos por ambos os pais. Nela, os pais têm efetiva e equivalente autoridade legal para tomar decisões importantes quanto ao bem-estar de seus filhos e freqüentemente têm uma paridade maior no cuidado a eles do que os pais com guarda única ('sole custody'). Nick, S. E.(1997).

apenas na esfera privada. Muitas vezes, o temor por parte da mulher de, com sua reação à autoridade do marido, gerar conflitos e eventuais rompimentos da coesão familiar, contribuía para manter as tensões encobertas, levando-a a tomar decisões, pelo menos aparentemente, de acordo com as posições do marido. De uma maneira ou de outra, a autoridade do marido e pai permaneceu como algo incontestável durante um longo período. Hoje, contudo, essa autoridade já é contestada mais abertamente e, muitas vezes, rejeitada com mais vigor do que ocorria no passado, acarretando, assim, o enfraquecimento do poder masculino nas tomadas de decisão (Castells, 2008; Rocha-Coutinho, 1994).

Singly (2007) descreve pesquisas realizadas com casais franceses em que “as decisões mais importantes são tomadas pelos dois cônjuges e aquelas concernentes à vida cotidiana o são pela mulher” (p. 150). O autor argumenta que, se o marido perdeu a supremacia nas decisões, isto se deve, em grande parte, à sua falta de habilidade para lidar com as exigências modernas, como as de amor e de escuta do outro, que demandam uma certa igualdade entre os parceiros.

Contudo, o enfraquecimento do poder patriarcal, a luta por direitos mais igualitários dos movimentos sociais emergentes, em especial dos Movimentos Feministas, as novas formas de produção que abriram espaço para a inserção da mulher no mercado assalariado e a explosão do individualismo, que levaram homens e mulheres a questionarem seus papéis na família e na sociedade de modo geral, bem como o acelerado avanço tecnológico, entre outros fatores, proporcionaram uma mudança significativa na forma de vivenciar os processos de tomada de decisão entre os membros do casal contemporâneo. A mulher hoje tem encontrado mais espaço para sustentar uma posição pessoal que atenda mais a seus anseios e necessidades, podendo, assim, negociar com seu parceiro de forma mais autônoma.

Como assinala Giddens (1997; 2002), atualmente, as escolhas e decisões, de modo geral, não são mais determinadas por um padrão único, estabelecido socialmente, mas, antes, por uma pluralidade de padrões e estilos de vida. Deste modo, o indivíduo hoje acaba por não ter nenhum modelo a seguir, sendo obrigado a tomar decisões mais auto-referenciadas, isto é, com base em um projeto reflexivo individual. Assim, as decisões entre os membros de um casal também são geralmente tomadas agora com base em um projeto pessoal. As regras de relacionamento entre os cônjuges no casamento tradicional, baseadas no que era

estabelecido previamente pela sociedade, determinavam imperativos, como a indissolubilidade do casamento e os deveres da maternidade e paternidade, que diminuíam a ação dos indivíduos, obrigando-os a manter a situação como estava, independente de os membros do casal estarem ou não satisfeitos, o que implicava em que nenhum dos envolvidos era levado a tomar decisões pessoais. Na atualidade, ao contrário, a referência é a convicção e a satisfação pessoal construídas a partir da vivência de cada um dos membros do casal, homem ou mulher, e, assim, as decisões são tomadas a partir de um projeto de vida que tem como base a própria biografia dos envolvidos (Beck, 1997; Giddens, 1997, 2002).

Para viver o projeto de uma relação mais autêntica, baseada na relação pura, em que o foco é a satisfação pessoal, a hierarquia existente na família tende a ser substituída, gradativamente, por vínculos de relativa igualdade entre marido e mulher. Assim, ao longo desse processo de mudança, tem ocorrido uma diminuição das desigualdades entre os cônjuges, ampliando-se a participação da mulher nas decisões tomadas pelo casal. A mulher atual não mais se restringe a aguardar passivamente as decisões do marido. Sua importância como pessoa tem assumido dimensões que não podem ser simplesmente desconsideradas. O que se pode observar hoje é que há uma negociação entre os cônjuges em que são feitas concessões recíprocas e, deste modo, as tomadas de decisão pelo casal não mais se dão a partir da imposição de um dos membros sobre o outro.

Apesar disso, ainda se pode observar que alguns traços dos modelos tradicionais do que é ser homem e do que é ser mulher ainda povoam, de certo modo, o imaginário social e, conseqüentemente, o dos casais, fazendo com que determinações dos antigos modelos, em algumas situações, ainda continuem a prevalecer sobre as decisões mais igualitárias atuais. Como aponta Magalhães (2009),

A conjugalidade implica o entrelaçamento de dois “eus”, duas subjetividades, na direção da construção de um terceiro eu, uma identidade compartilhada. Na base desse entrelaçamento encontram-se os modelos parentais das famílias de origem dos parceiros, ou seja, o passado geracional da conjugalidade [...] Conjugalidade e parentalidade estão, assim, imbricadas na origem e no destino (207).

Neste sentido, quando um homem e uma mulher se vêem diante de decisões relativas a um projeto de vida em comum, emergem, de maneira consciente ou não, modelos vivenciados na história de vida de cada um.

Giddens (2002) assinala que, nas decisões importantes, o outro torna-se um elemento crucial nos referenciais de confiança desenvolvidos pelo indivíduo ao longo de sua história. Assim, a confiança básica<sup>10</sup>, ressalta o autor, é fundamental para garantir ao indivíduo uma certa segurança diante de situações de instabilidade. As relações puras, que se baseiam na autenticidade do eu, carecem de referenciais externos e, por isso, são vulneráveis como fonte de segurança em momentos de decisões e transições importantes na vida, tornando-se fonte de tensão e ansiedade. Neste sentido, muitas vezes, em situações de conflito e insegurança, os membros do casal adotam modelos externos para evitar esta situação de tensão.

Em estudos realizados Goldani (1999) e por Carreno, Dias-da-Costa, Olinto, Meneguel (2006) com homens e mulheres brasileiros sobre o uso de métodos contraceptivos, percebe-se a pouca participação do homem nesta escolha. Na maioria das vezes, é a mulher que faz a opção pelo uso de contraceptivos orais, de dispositivos intra uterinos, ou mesmo é ela quem toma a iniciativa de indicar o uso da camisinha. Quando o método utilizado é mais definitivo, como a esterilização, também se observa um índice maior de mulheres que se submeteram à laqueadura em relação a um número pouco expressivo de homens que fizeram uso da vasectomia.

Do mesmo modo, quando observada a relação de homens e mulheres com o trabalho remunerado, embora mudanças venham sendo enfatizadas, estudos realizados por Perlin (2005) e Diniz (2005) com casais com dupla carreira evidenciam ambigüidades como, por exemplo, em relação ao tempo empregado nos serviços domésticos, nos cuidados com as crianças e no uso do tempo livre. Nessa mesma direção, Singly (2007) aponta que a busca de autonomia encontra limites na instituição do casamento, que desempenha um papel crucial na produção e reprodução da diferenciação sexual. Assim, mesmo quando a mulher tem uma atividade assalariada, ela necessita do apoio do marido ou de parentes para dar conta de suas “tarefas”, tendo em vista as suas inúmeras atribuições domésticas.

---

10 Erik Erikson, Teoria Psicossocial do Desenvolvimento (citado por Giddens, 2002)



Corroborando os resultados de estudos realizados por Rocha-Coutinho (2003a; 2003b; 2005) e Wagner (2005), pesquisa recente realizada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), órgão público ligado ao IBGE, e publicada no jornal *Valor Econômico* de 6 de fevereiro de 2009, constata que há uma relação direta entre o tempo dedicado por homens e mulheres às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos e a idade e o número de filhos do casal. A pesquisa aponta, no entanto, que a mulher, em todas as situações, utiliza um maior número de horas com os afazeres domésticos do que o homem. Dados da pesquisa indicam que os homens empregam de 45,96% a 72,45% de seu tempo nas tarefas domésticas, enquanto que as mulheres dedicam de 94,24% a 98,2% de seu tempo. Os pesquisadores cruzaram estes dados com o número e a idade dos filhos do casal, observando que a presença dos filhos aumenta o número de horas dedicadas às tarefas domésticas por parte das mulheres, enquanto que, para o homem, há pouca variação desse tempo. Um dado curioso indicado pela pesquisa é que a presença de filhos pequenos leva o homem a dedicar menos tempo aos trabalhos domésticos. A pesquisa procurou observar o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelos homens com mais filhos e verificou que esse tempo diminuía quando o casal tinha mais de dois filhos, enquanto que, no caso das mulheres com mais filhos, a sua carga horária permanecia inalterada. Os pesquisadores observaram, ainda, que a distribuição do número de horas empregadas nas tarefas domésticas fica mais equitativa quando os casais não têm filhos. Assim, chama a atenção a manchete do jornal: “Presença de crianças na casa gera divisão desigual de tarefas e pode afetar fecundidade, filho só eleva carga de trabalho das mulheres”. Pode-se entender, assim, porque a mulher com uma carreira profissional hoje esteja optando por ter menos filhos, ou, ainda, por não tê-los (VALOR ECONÔMICO, 06/02/2009).

Como aponta Jablonsky (1998), os efeitos da emancipação feminina sobre os homens podem ser compreendidos em duas áreas, a das atitudes e a dos comportamentos. Em relação às atitudes, observa-se um crescente interesse deles em participar cada vez mais da educação e dos cuidados dos filhos. Contudo, no que se refere aos comportamentos, isto é, na prática, a divisão de tarefas ainda parece uma utopia, com uma promessa de mudança que não é cumprida, aumentando a frustração das mulheres.

De certa forma, portanto, acreditamos ainda ser possível verificar nas relações conjugais contemporâneas o enlace de valores tradicionais e emergentes,

ou seja, mais atuais, próprios da sociedade contemporânea que se encontra em constante e acelerado processo de mudança. É nosso ponto de vista que, o questionamento que está sendo empreendido hoje dos antigos modelos de participação de homens e mulheres no processo de tomada de decisão entre os cônjuges, vem acarretando o surgimento de novas formas de negociação entre os membros do casal nas relações conjugais contemporâneas, objeto desse estudo e cujos resultados serão analisados no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO III

### 3.1 PESQUISA DE CAMPO

Como podemos observar nos capítulos teóricos, parece que o casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico burguês do período de ouro da modernidade, co-existe hoje com novas formas de conjugalidade. Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada e isto se manifesta, inclusive, no espaço em que o indivíduo encontrava maior estabilidade e segurança, o casamento e a família, que passaram a se desfazer e a se refazer continuamente (Vaitsman, 1994).

De acordo com Vaitsman (1994), com a aceitação na atualidade da efemeridade, da fragmentação, da descontinuidade e do caótico, bem como da mistura de códigos e de mundos, pode-se afirmar que, em diferentes partes da sociedade contemporânea, a concepção moderna de casamento e de família, fundada no individualismo burguês, passou a conviver com uma concepção na qual a heterogeneidade, a efemeridade e a coexistência de distintos padrões e comportamentos tornaram-se traços dominantes e legítimos.

Bauman (2001), ao analisar a relação entre trabalho, capital e laços humanos no mundo contemporâneo, também se refere à efemeridade, afirmando que o surgimento de um capitalismo caracterizado pelo enfraquecimento das relações que prendem o capital ao trabalho influencia significativamente a transformação da idéia de união pelo casamento em uma união decorrente de uma situação meramente fática. O “viver juntos”, denominado pelo autor, passa, portanto, a prevalecer sobre a instituição do casamento, refletindo a nova ideologia capitalista leve e flutuante, que insere também no âmbito das relações amorosas a facilidade de seu rompimento, bastando para isso a ausência de desejo ou a necessidade por parte de um dos parceiros.

Beck (1997) e Giddens (1997) percebem essas mudanças como mudanças criativas ou reflexivas, o que levou Giddens (1997) a cunhar o termo “modernização reflexiva” para se referir às relações contemporâneas. Segundo Beck (1997), o surgimento dessas mudanças “significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O 'sujeito' dessa

destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (p. 12).

Assim, nas palavras de Beck (1997),

E – depois da Guerra fria e da redescoberta da amarga realidade da guerra “convencional”- não chegaremos à conclusão de que temos de repensar, na verdade reinventar, nossa civilização industrial, agora que o velho sistema da sociedade industrializada está se desmoronando no decorrer do seu próprio sucesso? Será que não está por surgir novos contratos sociais? ( p. 12 ).

Para Beck (1997), o dinamismo da sociedade moderna é que destrói as formas de incorporação do passado, da tradição, e, ao mesmo tempo, as modifica. Assim como nela se alteram as formações de classe, as camadas sociais, a agricultura e os setores empresariais, entre outros, nela se modificam também as formas tradicionais de trabalho, a divisão de papéis segundo o sexo e o modelo de família nuclear burguesa. Tais mudanças, constantes e rápidas, parecem interferir na ilusão de uma identidade unificada. Assim, como afirma Rocha-Coutinho (2003),

O sujeito, que antes vivia a falsa ilusão de uma identidade unificada e estável, está vivenciando, agora, grande parte das vezes de forma não consciente, uma identidade fragmentada, isto é, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas ( p. 61).

Por outro lado, embora se possa observar mudanças em muitos aspectos das relações contemporâneas, conceitos antigos continuam a conviver com esses discursos modernizantes de igualdade. Rocha-Coutinho (2003) aponta que, no mundo do trabalho, embora os mecanismos de exclusão hoje sejam cada vez mais sutis, as mulheres continuam a enfrentar maiores barreiras do que os homens em suas tentativas de alcançar postos mais elevados, bem como têm mais dificuldades para conciliar o trabalho com a maternidade, uma vez que a responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos continua a ser atribuída à mulher. Pode-se observar, assim, ainda hoje, a ocorrência de práticas em que, de alguma forma, se continua a reforçar a idéia de que homens e mulheres são distintos e foram talhados para diferentes tipos de trabalho. Entende-se, como foi mencionado anteriormente, que

essas barreiras são decorrentes de estereótipos tradicionais acerca de homens e mulheres que, apesar de terem sofrido alterações nas últimas décadas, ainda são marcados por antigas idéias do que deve ser da competência masculina e feminina.

Uma vez que as idéias e conceitos sobre casamento são construídas pelos indivíduos a partir de histórias traçadas em um determinado momento histórico e social, a compreensão da concepção de identidade torna-se um foco importante para um melhor entendimento das relações atuais, cada vez mais individualizadas e centradas no poder pessoal.

Segundo Hall (2006), a identidade pode ser compreendida a partir do conceito de sujeito de uma determinada época. O autor chama a atenção para o fato de que o indivíduo projeta a si mesmo nas identidades culturais, ao mesmo tempo que internaliza seus significados e valores, tornando-os parte dele, alinhando, assim, os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupa no mundo social e cultural (Hall, 2006). Nesse sentido, segundo o autor, “a identidade costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura” (p. 12), estabilizando tanto os sujeitos quanto o mundo cultural em que habita, tornando-os mais unificados e previsíveis. Entende-se que são exatamente as coisas que estão no entorno do indivíduo que estão mudando aceleradamente, o que faz com que se perca a função estabilizadora da concepção de identidade de um determinado sujeito, ou seja, a função de alinhamento entre o interior deste sujeito e o que está fora dele, o público. O sujeito, definido previamente como tendo uma identidade fixa, única e imutável, do seu nascimento até sua morte, agora é visto como fragmentado, composto não de uma, mas de várias identidades, muitas vezes opostas ou conflitantes (Hall, 2006; Jablonsky, 2003; Rocha-Coutinho, 2006).

Castells (1999b) entende que “a identidade é o processo de construção de significação com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionado(s) os qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. E mais, segundo o autor, “para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (p. 22). Essa multiplicidade de identidades pode ser fonte de tensão e contradição tanto em termos da auto-representação do indivíduo quanto no que diz respeito à ação social. Castells (1999b) estabelece uma distinção entre identidade e papel. Para o autor, os papéis são “definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade” (p. 23). Segundo o autor, “a importância relativa desses papéis no ato de

influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de individuação” (p 23). Embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, elas “somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização” (p.23).

Na visão de Ortiz (1985), a identidade é um constructo historicamente elaborado, em que as diferenças são dissolvidas “a partir de um discurso totalizador que organiza as características de indivíduos particulares em um todo coerente, que passa a definir uma instância mais geral” (em Rocha-Coutinho, 2006, p.98). Assim, para Rocha-Coutinho (2006), a feminilidade e a masculinidade estariam associadas a traços característicos de alguns homens e mulheres que acabaram por definir o que passou a ser denominado identidade feminina e masculina. Tais características passam a “ser vistas como parte de uma 'natureza' feminina ou masculina” (p. 99), o que as tornaria algo da ordem da essência e, portanto, imutáveis.

Essa identidade social unificada, contudo, sempre foi e continua sendo uma ilusão, uma abstração. Assim, nas sociedades antigas, em que os papéis e as posições dos sujeitos eram mais ou menos fixos, o sujeito vivia a falsa ilusão de uma identidade estável e unificada em torno de um “eu” que parecia imutável e coerente. Na atualidade – diferentemente do passado, em que os padrões e valores eram mais ou menos estáveis – pode-se observar a existência de uma pluralidade de modelos e possibilidades abertos aos sujeitos e que se encontram em constante mutação. Assim, hoje, o sujeito não se depara mais com um padrão de comportamento em que possa se pautar, mas sim com uma indefinição ou ausência de modelos, o que o leva a examinar suas ações à luz das informações recebidas, que se alteram com uma frequência vertiginosa no tempo e espaço (Rocha-Coutinho, 2006; Giddens, 1993; 1997; 2002; Beck, 1997; Hall, 2006; Castells, 1999).

Pode-se observar que esta desconstrução de modelos fixos do passado alterou profundamente o comportamento de homens e mulheres, inclusive no que diz respeito às relações conjugais e, em especial, no caso de nosso estudo, aos processos de tomada de decisão de um casal. Historicamente, a mulher ocupava uma posição mais passiva frente ao homem nas tomadas de decisão no que tange a diversos temas referentes à vida conjugal. Com as mudanças sofridas nas últimas

décadas com relação ao papel e à posição da mulher na sociedade, é possível que tenha ocorrido também uma mudança no peso da posição feminina nos processos de tomada de decisão dos casais.

Com essas questões em mente, nosso objetivo neste estudo foi melhor entender se e como as mudanças referentes à posição e ao papel de mulheres e homens na sociedade afetaram o processo de negociação nas tomadas de decisão entre membros de um casal e se essas mudanças afetaram de forma distinta diferentes gerações. Para tanto, resolvemos comparar os discursos de ambos os membros de casais que têm entre 30 e 39 anos de união e de casais que têm entre 10 e 19 anos de união no que diz respeito a esse processo de tomada de decisão. Optamos por trabalhar com esses dois grupos etários, a fim de observar se há alguma diferença no que diz respeito à presença de valores tradicionais e novos nos processos de tomada de decisão de casais destas diferentes gerações, tendo em vista que os participantes do primeiro grupo se casaram durante os anos de 1970 e 1980, período de surgimento e início dos questionamentos levantados pelos Movimentos Feministas dos anos de 1960/1970, enquanto que os participantes do segundo grupo se uniram já em uma época em que, como apontamos na parte teórica, ocorreram grandes mudanças nas formas de conjugalidade e família. Tentamos melhor entender esta questão a partir de como mulheres e homens destas diferentes gerações vêem o papel de cada um dos cônjuges nas decisões que dizem respeito ao planejamento familiar, à educação dos filhos, à valorização do trabalho desenvolvido por cada um deles, ao planejamento econômico familiar e à utilização do tempo livre, bem como se houve mudanças e, em caso positivo, quais foram elas, de uma geração para outra. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas individuais, em separado, com ambos os membros dos casais destes dois grupos.

## 3.2 METODOLOGIA

### 3.2.1 Grupo estudado

Esta é uma pesquisa qualitativa que fez uso de entrevistas semi-dirigidas, elaboradas a partir de um roteiro previamente estruturado com base nas reflexões oriundas do percurso teórico aqui traçado e dos nossos objetivos.

Foram entrevistados três casais cuja união se deu na década de 1970 e têm entre 30 e 39 anos de união e três casais mais jovens, que se uniram na década de 1990 e têm entre 10 e 19 anos de casados. Todos eles são residentes na cidade de Juiz de Fora, situada na zona da Mata Mineira, com uma população estimada pelo IBGE em 2009 de 526.706 mil habitantes. A localização de Juiz de Fora facilita o intercâmbio com outras cidades mineiras e com outros centros culturais de grande influência no cenário nacional e internacional, estando próxima da capital, Belo Horizonte (270 km), do Rio de Janeiro (180 km) e a (480) km da cidade de São Paulo. Juiz de Fora é uma cidade que, embora mantendo a tradição de uma cidade provinciana de Minas, é também pólo educacional da Zona da Mata, o que faz com que transitem pela cidade jovens de outras cidades do Brasil. Em passado recente, foi considerada também um importante pólo industrial, chegando a ser identificada como a "Manchester Mineira".

Para preservar a identidade dos casais participantes do estudo, foi utilizada a sigla H para homem, M para mulher, V para mais tempo de união e J para menos tempo de união e as letras A, B e C para identificar o grupo 1, de casais com mais tempo de união, e as letras D, E e F para se referir ao grupo 2, de casais com menos tempo de união. Assim, por exemplo, AHV refere-se ao homem membro do primeiro casal do grupo 1, com mais tempo de união, e AMV, à mulher membro desse mesmo casal. Os casais que participaram das entrevistas foram:

- AMV, 61 anos e AHV, 58 anos, 38 anos de casados. Ela é dona de casa e ele é Chefe de escritório de uma multinacional, aposentado. Têm 2 filhas, uma de 31 anos, farmacêutica, casada e uma de 24 anos, estudante, solteira.

-BMV, 53 anos e BHV, 59 anos, 32 anos de casados. Ela é dona de casa e esporadicamente faz artesanato e dá aulas para amigas e pessoas próximas e ele é Engenheiro de uma multinacional. Têm 3 filhos: um filho de 31 anos, casado, Procurador da República, e duas filhas, uma de 28 anos, Farmacêutica, doutoranda na USP-SP e outra de 24 anos, Engenheira, mestranda na UFJF.

-CMV, 57 anos e CHV, 59 anos, 30 anos de casados. Ela é professora aposentada e ele Contador, autônomo. Têm 3 filhos: um de 28 anos, Oficial da PM/MG, casado, outro de 24 anos, estudante, solteiro, e o terceiro de 18 anos, estudante, solteiro.

-DMJ, 38 anos e DHJ, 40 anos, 14 anos de casados. Ela é advogada, Funcionária Pública e ele é Cirurgião dentista, autônomo. Têm 2 filhos: um menino de 10 anos e uma menina de 8 anos.



-EMJ, 39 anos e EHJ, 40 anos, 14 anos de casados. Os dois são cirurgiões dentistas e têm um filho de 13 anos.

-FMJ, 36 anos e FHJ, 43 anos, 10 anos de casados. Ela formou-se em Psicologia mas atua como representante comercial e ele é empresário da área de fabricação de bolsas. Têm um filho de 6 anos.

### **3.2.2 Procedimento**

As entrevistas foram conduzidas como uma conversa informal. A escolha deste tipo de entrevista deve-se ao fato de acreditarmos que, como aponta Rocha-Coutinho (2006b), a narrativa oral pode constituir um instrumento de grande importância, uma vez que se apresenta como uma forma de fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas, permitindo ao pesquisador “explorar não apenas fatos e atividades como também sentimentos, isto é, a experiência emocional de seus informantes” (p. 67).

A escolha dos casais se deu a partir da indicação de pessoas de nosso relacionamento. De posse de uma lista de casais, entramos em contato por telefone com um dos membros do casal e explicamos o objetivo do contato. Esse membro do casal se prontificou a consultar o cônjuge e retornar o contato. Dois membros de casais não retornaram a ligação, três membros disseram que o cônjuge não aceitou participar e um casal, que concordou em participar, não aceitou fazer a entrevista individualmente, afirmando que não tinham segredos uma para o outro, desconsiderando as informações da pesquisadora. Sendo assim, eles não foram incluídos na pesquisa dos seis casais que aceitaram participar. Um dos membros de um casal participante da pesquisa respondeu prontamente que participaria e marcou o dia e o horário para cada um deles, sem consultar o companheiro. Os outros cinco casais combinaram entre si dia, horário e local e retornaram a ligação marcando a entrevista. Cada membro do casal foi entrevistado individualmente, em separado, nos locais e horários de sua conveniência, sendo que todos os participantes optaram por ser entrevistados em suas casas. As entrevistas dos membros de cada casal foram realizadas uma seguida à outra. Assim, não foi possível ao primeiro membro do casal entrevistado conversar com o outro sobre as respostas dadas. Pensamos que dessa maneira um não influenciaria as respostas do outro. Todos os participantes assinaram o Termo de Compromisso de Participação Livre e

Esclarecida e concordaram com os procedimentos das entrevistas e o uso das informações de forma sigilosa, na pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra com o objetivo de preservar, da forma mais fiel possível, o que foi dito. Os textos resultantes das transcrições destas entrevistas foram submetidos a uma análise de discurso a partir das seguintes categorias por nós estabelecidas: Planejamento Familiar; Divisão de Tarefas e Responsabilidades; Utilização do Tempo Livre e Relação com os Familiares.

Embora considerando que toda interpretação é, em certo sentido, influenciada pela nossa posição teórica e ideológica, como aponta Rocha Coutinho (1998; 2006), a análise de discurso tentou prender-se ao texto, e, assim, nossa interpretação baseou-se o máximo possível na fala dos entrevistados. Nossa análise incluiu não apenas o significado do que foi dito, como também a sua forma e função.

### 3.3 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A seguir são apresentadas as análises dos discursos resultantes das doze entrevistas realizadas de forma individual, em que as mesmas questões foram colocadas para cada membro do casal. A ordem dos temas que constavam do nosso roteiro, contudo, seguiu o fluxo da conversa e, assim, por vezes, variou de um entrevistado para outro.

Passamos, agora, a definir nossas categorias de análise:

1. Planejamento familiar – nesta categoria observamos a participação de cada cônjuge na decisão acerca do método contraceptivo a ser usado e na escolha do melhor momento para ter filhos.
2. Divisão de tarefas e responsabilidades – nesta categoria observamos a participação de cada um dos cônjuges na execução das tarefas domésticas, no cuidado e educação dos filhos, no provimento financeiro da família, bem como de que maneira foram tomadas as decisões a esse respeito.
3. Utilização do tempo livre e relação com os familiares – nesta categoria observamos como se dá a tomada de decisão com relação à utilização do tempo livre e no que diz respeito ao relacionamento com suas famílias de origem.

### 3.3.1 Planejamento familiar

O tema planejamento familiar é recente na história do casamento. Para a maior parte dos entrevistados do grupo 1, tanto os homens quanto as mulheres, os filhos são uma consequência natural do casamento. As interferências externas, como situação econômica do casal e a influência de familiares, contudo, segundo eles, podem adiar a vinda ou o número de filhos. Assim, quando perguntados se houve um planejamento quanto ao número de filhos que queriam ter e quando queriam ter filhos, os homens e mulheres com mais tempo de união afirmaram não ter planejado ou não se lembravam de ter conversado a esse respeito com suas esposas:

Uhm, quanto tempo, né? (risos). Agora assim eu não lembro. Eu, na minha cabeça... Um só, não pensava em mais não... No início, quando o J. nasceu, foi aquela empolgação do primeiro filho, então, o primeiro já tava bom... Eu, na realidade, por, assim, questões de família, eu gostaria muito de ter gêmeos... Mas no início queria um só, e eu também tenho três. Pra mim tá bom (CHV).

O primeiro a gente sempre quer ter. Planejar... planejar... não planejamos não (referindo-se a conversar). Nem é tão assim de querer ter dois filhos, a gente tinha um menino e resolveu: vamos tentar uma menina, fazer um casal (BHV).

Quando a mulher não conseguia engravidar, os homens imaginavam haver algum problema com ela:

Mas aí depois de uns dois anos, nós vimos que a situação já estava mais assentada, resolvemos pensar nisso aí... mas aí foi uma história longa, né? porque...teve problema, o filho não aparecia, né? aí com uns dez anos de casados ... com uns oito anos de casado ela procurou um médico, né? fez tratamento... tratamento... tratamento e... nada ... nada... aí com uns oito anos de casado eu fui no médico, no médico dela, no MÉDICO DELA (com ênfase) e aí ele falou... ah, vamos começar por você... aí nós sentimos o problema ( mais baixo), realmente tínhamos um problema. Era meu, o problema ( mais alto) e foi ela que fez o tratamento... aí eu fiz o tratamento também e.. durante uns dois anos e... não acontecia nada, né? (AHV).

O casamento sempre foi considerado o lugar propício para se ter filhos. Estudos de autores como Pedro (2003), Jablonsky (1998) e Wagner (2005), entre outros, têm apontado que a decisão de ter filhos e quando tê-los cabe quase sempre à mulher. Assim, o uso do método contraceptivo fica, na maior parte das vezes, sob a responsabilidade da mesma. Nos discursos das mulheres e homens entrevistados de ambos os grupos, o método contraceptivo usado aparece como uma decisão da mulher, em que o homem “naturalmente” pouco participa. Embora os membros dos casais afirmem conversar a esse respeito, o que acabam deixando transparecer é que o homem não opina sobre o método contraceptivo e a mulher assume a responsabilidade pela procriação, como se pode observar na fala a seguir, de homens com mais tempo de união:

No início AMV usou, né? Durante uns dois anos, depois ela parou. Não... porque nós pensamos ... no início ... ah, vamos pelo menos uns dois anos viver melhor a vida, curtir melhor a vida, né? pra depois pensar em filho (AHV).

Mas usou muito tempo, assim, o anticoncepcional. Depois que passou para esse método, entendeu? E também, assim, isso gerou alguma coisa que acho que mexeu um pouco com a pressão dela. Mas também não tinha tanta qualidade igual tem hoje, essas coisas todas. Começa a ter problema de pressão (CHV).

Quando a decisão é mais definitiva, como é o caso da laqueadura das trompas, os homens justificam a decisão como uma orientação do médico, que aparece como a autoridade que vai validar esse procedimento, como se pode ver na fala a seguir:

Foi uma decisão aceita, porque a gente já tinha três filhos, então a médica mesmo que fez a ligadura... (se conversaram a respeito) Eu creio que não. Aceitamos assim que a ligadura seria o método mais conveniente e mais efetivo (BHV).

Entretanto, após usar por muito tempo um método anticoncepcional, como a pílula, por exemplo, e este passar a interferir na saúde da mulher, o tema passa a fazer parte da discussão dos dois. Em algumas situações, o homem assume que “não tinha pensado” em fazer uso do contraceptivo masculino porque achava que

controlar a vinda dos filhos era um assunto que dizia respeito só à mulher, como se pode observar na fala de CHV:

Mas usou muito tempo, (referindo-se à mulher), assim, o anticoncepcional. Depois que passou para esse método, entendeu? E também, assim, isso gerou alguma coisa que acho que mexeu um pouco com a pressão dela. Mas também não tinha tanta qualidade igual tem hoje, essas coisas todas. Começa a ter problema de pressão. Teve duas gravidez com pressão alta, aquelas coisas todas. Tanto é que o H é prematuro, de 7 meses e meio. E o V também teve que, antes dos 9 meses, teve que tirar antes porque a pressão aumentou. Tudo em consequência ao uso excessivo de pílula. Também mexe muito, a gente também não tinha muita cabeça para isso, a gente amadurece depois daqui a um tempo. É aquele negócio, o homem quer ter tantos filhos, mas ele não quer arcar com as consequências do limite.

Os homens deixam transparecer em sua fala a existência de preconceito com relação ao uso do contraceptivo masculino e, quanto a se submeter a uma vasectomia, alguns deles buscam orientação médica para tomar essa decisão. É interessante observar aqui, ainda, que esta decisão aparece como uma concessão feita à mulher e em prol de um casamento duradouro, ou seja, como uma prova de amor. Os preconceitos referentes à esterilização do homem, assim, parecem acarretar dúvidas quanto à tomada desta decisão:

Aí conversamos, aquelas coisas todas. Mas eu ainda tinha uma certa assim... eu sabia o que tinha que fazer. Mas também tinha aqueles comentários, na época, machistas: “ah não, ih, o cara vai ficar capão, vai fazer vasectomia, vai ficar capão”. Aquele vocabulário antigo, que te desencorajava. Mas o pessoal tem que ter consciência que também tem a cota dele, entendeu? Não havia nada, eu já tinha informação. Então, eu fiz, tranquilo, não me arrependo. É uma forma de doação que você tem para o casal também. Porque às vezes a gente vê aí, “não, porque o fulano fez, mas separou, não pode ter mais filho. Ele já tem filho no primeiro casamento, segundo casamento”... Então você faz em função do sentimento que tem pelo outro. Não em função, não, se vai dar certo, se não vai. Você tem que acreditar no que você está convivendo, no que está participando (BHV).

Há uma concordância na fala de homens e mulheres do grupo 1 em relação ao método contraceptivo inicialmente utilizado. Assim, a maior parte das mulheres começou usando a pílula anticoncepcional porque queria adiar “um pouco” a vinda dos filhos, como se pode observar na fala de AMV a seguir:

A gente ficou sempre esperando, querendo, né? Depois de um certo tempo. Não no início, porque a gente até evitou para ter um dia. Usei comprimido, né? Pílula. Usei porque a gente não poderia ter, a gente trabalhava fora, casou devendo... e pagando aluguel. Não podia arrumar filho porque tinha que trabalhar e ele também. Aí... depois de um certo tempo a gente resolveu... parei de tomar pílula e tudo, mas não engravidava de jeito nenhum.

Cabe lembrar que se trata aqui de mulheres e homens que se casaram na década de 1970, época que marca a ampliação do uso da pílula anticoncepcional no Brasil como um método seguro para evitar filhos. Também foi nessa época que começou a ser mais comum que mulheres fizessem laqueadura de trompas, como uma forma eficaz de evitar a vinda de um filho quando o casal já tinha tido os filhos que desejavam ter ou mesmo pelo fato de a gravidez ou o parto terem sido complicados, como se pode observar na fala de BHV abaixo:

Foi uma decisão aceita, porque a gente já tinha três filhos, então a médica mesmo que fez a ligadura. Eu creio que não. Aceitamos assim que a ligadura seria o método mais conveniente. É. Mais efetivo. Não, não cheguei a cogitar fazer vasectomia. Foi uma orientação da médica.

Para sua mulher (BMV), evitar filhos nunca foi um problema, uma vez que ela tinha dificuldade para engravidar. Apesar disso, ela optou por fazer a laqueadura porque teve uma gravidez complicada:

Eu também nunca tomei anticoncepcional, nunca tomei, nunca evitei filho. Nunca evitei filho. A Dra XX diz que eu tenho o útero virado, eu sou muito difícil de engravidar, nunca tomei pílula. Mas a J. nasceu e eu fiz ligadura, eu fiz ligadura aos 29 anos, porque aí eu não quis ter mais. Aí realmente eu não queria. (Sobre quem tomou a decisão) Eu, eu mesma. Eu, de coração,

eu. Na época, a Dra XX disse: minha filha, você tem só 29 anos. Eu ainda ia fazer 30. Eu falei “não”, porque também eu passo muito mal. Da J., ela (a médica) ficou até de tirar o neném se eu não recuperasse. Cheguei a pesar 39 quilos no quinto mês de gravidez. Eu tenho uma (indecifrável) gravítica, um negócio. Faz eu vomitar, mais vomitar. Eu desidratei no último grau no quinto mês de tanto passar mal. E não pode ficar no soro direto.

Na fala de homens e mulheres do grupo 2, encontramos um comportamento semelhante no que se refere à participação de homens e mulheres no que diz respeito à decisão de ter filhos, bem como em relação ao planejamento familiar, de modo mais amplo. Embora o termo “planejamento” já apareça com mais evidência na fala de ambos, o controle sobre quando engravidar e quando evitar filhos, ou, ainda, quando fazer a esterilização quando atingem o número de filhos que pretendiam ter continua nas mãos das mulheres:

Eu usava anticoncepcional, mas aí como veio a menininha a gente já tava certo que era só dois que queria, eu fiz na hora que a A. L. nasceu a laqueadura, e pronto. Conversamos, conversamos, a médica conversou com a gente, teve que assinar, né? Tudo direitinho. Ah, não sei, não sei, isso aí foi natural. Não sei por que eu fui tomar a frente. Às vezes eu faço isso, vou tomando muito as rédeas (DMJ).

Diferentemente dos casais do grupo 1, para os casais do grupo 2, os homens deixam transparecer que participaram da decisão sobre quantos filhos queriam ter e decidiram isto juntamente com a parceira, muitas vezes antes mesmo do casamento. DHJ, por exemplo, revela que havia uma divergência entre ele e DMJ quanto ao número de filhos, uma vez que ela queria um e ele três, mas, conversando, optaram por ter dois:

No nosso tempo de namoro e mesmo de noivado a gente sempre conversava a respeito do número de filhos. Eu querendo três e ela querendo um e aí a gente ficou no meio.

Ainda segundo DHJ, eles planejaram o número de filhos de acordo com suas condições econômicas e o desejo de proporcionar o melhor para eles:

É, mas o número de filhos, na conjuntura atual, a gente pensando a respeito disso, também o lado econômico às vezes quando você pensa em criar filhos, o planejamento familiar, a gente tem que estar envolvido, então a gente também associou um pouco a isso. Mas no mais foi a gente achar que dois filhos, entendeu, para a gente, era um número bom, pra gente tentar criá-los da melhor forma possível. Muitos filhos talvez na conjuntura atual poderia sair um pouco do planejamento familiar, do que a gente pensa que é melhor para eles.

No que diz respeito ao momento ideal para ter filhos, DHJ afirma que isso já havia sido conversado entre eles durante o período de namoro e noivado:

Conversas durante nosso tempo de namoro, nosso tempo de noivado, eu acho que a gente já tinha, através das nossas conversas, durante o tempo de namoro e noivado, chegado a conclusão que era isso que a gente queria. Então aquele período talvez de adaptação de casamento, pra gente não teve muito a ver. Porque assim, a gente já tava formado, já tinha uma cabeça bem formada a respeito do que a gente queria, e que a gente queria conviver junto, né, nessa caminhada junto. Então a gente topou não esperar muito tempo. Já tinha em mente, todos os dois gostávamos muito de criança, assim que a gente casou, né? A gente já tinha conversado que nós não iríamos demorar a ter filhos.

Para os participantes do grupo 2, de ambos os sexos, sua atividade profissional e a insegurança diante do futuro também determinaram o número de filhos. O fato de o casal poder contar com a ajuda de familiares da mulher, como mãe e tias, também foi um aspecto mencionado como algo que influenciou a decisão do casal com relação ao número de filhos, até porque, como se pode observar na fala abaixo, o filho aparece como limitador da liberdade do casal, ou seja, um maior número de filhos pode significar uma maior mudança no “estilo” de vida do casal:

Porque.... acho que foi um pouco assim.... ah, não sei talvez insegurança mesmo do futuro assim, de sustentar, dificuldade mesmo de ser profissional liberal, isso pesa um pouco apesar de até hoje, graças a Deus nós sempre conseguimos mas assim a gente não.. fica um pouco inseguro por causa disso, por causa de doença, não poder trabalhar. Porque com a gente



é assim, trabalhou ganhou não trabalhou... e um pouco de comodidade também, uma vida muito tranqüila a gente foi muito de sair, de viajar, de sair à noite e, com um filho, como a gente sempre teve muito apoio a gente não abandonou essa vida de casado sem filho, mesmo tendo. A gente casou em 95 e ele nasceu em 97. Então assim por esse comodismo a gente nunca deixou... viajava o bom de ser profissional liberal é que facilitava. Quer viajar vamos embora e... um filho só eu acho que foi por comodismo nesse ponto, de não querer perder a liberdade e essa mordomia que a gente tem. Aí foi passando o tempo e ficou por isso aí mesmo. Porque eu acho que se a gente tivesse outro isso iria acabar. Nem ia ter tanta ajuda nem muita mordomia. Eu falei aqui em casa: “Vai mudar, se não quer...”. Porque eu vejo casal que tem dois, três filhos e depois fica uma confusão e ah... eu não gosto de fazer isso. Então se você está disposto a abrir mão disso você tem se não está disposto não tem (EHJ).

No que diz respeito à esterilização masculina, embora nenhuma mulher do grupo1 tenha feito qualquer referência a isso, uma das mulheres do grupo 2 enfatizou o fato disto ter sido uma decisão muito “bacana” do seu marido, como se pode ver na fala abaixo:

Eu passei a usar o DIU. Depois que eu comecei com esse problema de pressão alta eu botei o DIU. Mas ele (o marido) está tão decidido, foi tão decidido isso que a gente realmente não ia ter mais filho mesmo, depois que eu comecei com esse negócio de pressão alta, que ele até está pensando em fazer vasectomia para poder tirar o DIU, entendeu? [...] Já está tomada, e seria mais definitivo. Até para ele também, assim, porque a vasectomia seria uma decisão para ele que eu nem estou me intrometendo muito não. Partiu dele isso aí, porque eu não posso tomar anticoncepcional, e o DIU também não é muito bom porque aumenta muito o sangramento, aí ele mesmo... partiu dele, ele falou: “Eu não quero ter mais filho mesmo,” então, ele já me falou que quer fazer vasectomia, então está decidido [...] Eu acho também que... e acho que por mim eu achei até muito legal da parte dele decidir isso, porque por mim está muito mais que decidido porque eu realmente não quero ter uma gravidez de risco, nem quero ter mais filho. Agora, homem é diferente, né? Sei lá... mulher também chega nessa minha idade, com 40 anos, aí que decidi mesmo que eu não vou ter. Agora, ele decidir isso eu também achei muito bacana quer dizer que ele também pensa do mesmo jeito, pensa num futuro junto, porque eu não posso ter mais filhos e ele também não quer ter (EMJ).

O uso contínuo do contraceptivo feminino é relacionado freqüentemente, por membros de ambos os grupos, ao aparecimento de prejuízos à saúde da mulher, ou seja, os participantes de ambos os sexos dos dois grupos entrevistados se referem a algum tipo de efeito colateral do uso da pílula para as mulheres:

Mas usou muito tempo, assim, o anticoncepcional. Depois que passou para esse método, entendeu. E também, assim, isso gerou alguma coisa que acho que mexeu um pouco com a pressão dela. Mas também não tinha tanta qualidade igual tem hoje, essas coisas todas. Começa a ter problema de pressão. Teve duas gravidez com pressão alta, aquelas coisas todas. Tanto é que o H é prematuro, de 7 meses e meio. E o V também teve que, antes dos 9 meses, teve que tirar antes porque a pressão aumentou. Tudo em conseqüência ao uso excessivo de pílula. Também mexe muito, a gente também não tinha muita cabeça para isso, a gente amadurece depois daqui a um tempo. É aquele negócio, o homem quer ter tantos filhos, mas ele não quer arcar com as conseqüências do limite (CHV).

Não. Quer dizer, tivemos, mas não foi planejado. Eu tomava até anticoncepcional. Só que eu comecei a ter enjoô com o anticoncepcional, não estava me fazendo bem eu deixei de tomar assim, uns... três comprimidos “acho que não vai ter problema nenhum”. Tinha um ano de casado, aí eu engravidei. Eu tava fazendo planos de esperar mais um pouco, eu estava nova tinha uns 22, 23 anos... 23 anos. Então eu falei ah... eu estava fazendo especialização, ele (o marido) fez, nessa correria, né? de..... eu fiz aperfeiçoamento de um ano então....a gente para melhorar a profissão, né? [...] Eu passei a usar o DIU. Depois que eu comecei com esse problema de pressão alta eu botei o DIU. Mas ele (o marido) está tão decidido, foi tão decidido isso que a gente realmente não ia ter mais filho mesmo, depois que eu comecei com esse negocio de pressão alta, que ele até está pensando em fazer vasectomia para poder tirar o DIU, entendeu? (EMJ).

Apenas um homem do grupo 2 fez referência ao uso da camisinha como método contraceptivo alternativo ao uso da pílula por sua mulher, uma vez que não estava lhe fazendo bem. Atualmente, contudo, ela está usando o DIU, que também não está lhe fazendo bem e ele está pensando em fazer vasectomia ainda este ano:

Quem usava era mais a EMJ, teve época de anticoncepcional não se deu bem, aí passou para a camisinha e agora está com

o DIU. Mas tem bastante tempo que ela está com o DIU mas não está gostando, está fazendo mal, então eu penso em fazer, talvez esse ano mesmo, a vasectomia. [...] Já, já conversei sim. Porque o que ela está usando hoje, ela não dá conta mais, está fazendo muito mal por causa desse negócio de fluxo, muita cólica então falei não, vou fazer e a gente já decidiu que nós não vamos ter mais filhos (EHJ).

A presença de um filho para os membros dos casais do grupo 2 também aparece como uma consequência “natural” do casamento, especialmente na fala dos homens:

A gente começou a fazer o planejamento primeiro em casamento. Filho, ao longo do tempo, a gente ia pensar nisso. Mas, assim, por imediato, com o namoro, a gente não pensava, assim, em quantos filhos ia ter. Mas que a gente queria filhos, mas não saberíamos quantos, mas depois que casamos é que veio... passou três anos e a gente fez o planejamento de ter um filho, porque estava na hora de ter um filho, de trazer alegria pra dentro de casa (FHJ).

Contudo, no caso do casal com menor tempo de união do grupo 2, em que a mulher é a mais jovem das entrevistadas, a decisão sobre ter ou não filhos e quando tê-los aparece como algo decidido pelo casal através de um processo de negociação. Apesar de o homem reforçar a idéia de que um filho é uma consequência “natural” do casamento e a “alegria da casa”, segundo ele, a mulher tem outras prioridades, como o trabalho e a formação profissional. Em sua fala, esse entrevistado deixa transparecer que eles conversaram muito a esse respeito, uma vez que a mulher pensava diferente dele em relação a ter ou não filhos, ainda que de certa forma, se mostrasse insegura em sua posição:

Queria, mas não queria. Ela queria planejar primeiro, queria estudar primeiro, queria trabalhar primeiro, ter uma relação, uma vida financeira melhor, né. E eu não, eu já queria ter um filho, NE?, eu acho que três anos de casamento, acho que já estava na hora, passando da hora já de a gente ter um filho ou uma filha. Então, por ela a gente sempre ficava um pouquinho... mais tempo, por ela sim, mas por mim não, pra mim eu queria ter um filho e acho que três anos já tava de bom tamanho [...] Conversar, conversamos, mas volta na mesma

tecla passada. Primeiro ela quer ter uma... a vida dela, ter um bom emprego, trabalhar num bom emprego. Pra depois pensar em ter outro, mas assim de imediato ela não pensa, não. Por mim, eu gostaria. Mas por ela não, só depois que ela tiver um emprego fixo e garantido. Aí sim, aí ela poderia estar pensando em filho (FHJ).

Na fala de sua mulher, contudo, ela afirma que se sentiu pressionada pelo marido, que a ameaçava com o rompimento do casamento caso ela não interrompesse o uso do anticoncepcional, deixando transparecer que ela tomou a decisão por pressão dele, algo que, inclusive, gerou nela conflitos pessoais internos, bem como entre ela e o marido:

Quando eu decidi parar de tomar o medicamento, né? o remédio, eu parei mais por causa dele. Porque a gente estava vivendo um momento difícil, a gente tinha a loja, aí então o fechamento da loja. Aí teve um monte de problema com pagamento de fornecedor, um monte de confusão, aí tava uma loucura a minha vida, né? Então a gente tava tendo muito atrito na época. E teve uma vez que ele deu uma pressão muito forte, né? Porque ele também estava com muita dificuldade. Mas se eu não tivesse filho, que a gente ia separar, né? então, assim, em função dele, eu parei de tomar o medicamento e engravidei logo no primeiro mês (FMJ).

Aqui podemos perceber o entrelaçamento de valores antigos, que associavam mulher e maternidade, e novos valores, em que para a mulher é importante o investimento profissional e, para isso, é necessário, por vezes, adiar a vinda de um filho. Tal posição, contudo, parece gerar não só conflito entre o casal como também para a própria mulher, que relata ter adoecido nessa época (“eu tive manchas em todo o corpo, tipo psoríase”).

Parece assim que a convivência de valores antigos, como a idéia de que “os filhos são uma consequência natural do casamento” e de que a mulher deve se ocupar naturalmente da procriação, e de valores mais atuais, como, por exemplo, a necessidade da mulher de investimento na carreira profissional, pode gerar conflitos na tomada de decisão em relação a ter ou não filhos e quando tê-los, como aconteceu com FMJ e FHJ. No caso deles, em um primeiro momento, a mulher cedeu para manter o casamento, mas, logo em seguida, retomou o controle, entre outras coisas, no que diz respeito à decisão de ter um segundo filho:

Porque antes eu deixava, me deixava influenciar, né? Mas aí eu vi que tava ficando para trás. Então eu falei não, eu tenho que me colocar, eu tenho... Se ele não tem um planejamento de futuro, né? pelo menos eu tenho, tenho os meus pés fincados ali no chão [...] Então, para eles é difícil, às vezes é muito difícil isso, essa aceitação. Então, igual eu te falei, eu abri mão, para poder manter o casamento, né? Ah, que a gente tem que renegar muita coisa, tá, tudo bem, eu vou renegando. Mas quando a gente vê que aquilo é uma coisa interna, que vai passando um ano, outro, aí a gente... a gente não, eu comecei a me impor. Eu falei: “não, eu quero isso, então, você também vai ter que aceitar, né? se não quiser, aí... amém”. Sabe? (FMJ).

Podemos observar na fala desta entrevistada do grupo 2 que ela começa a se impor lentamente (“passa um ano, outro...”) mas, quando percebe que isto é algo realmente importante para ela (“é uma coisa interna”), decide se impor de modo mais forte e aí assume, de maneira semelhante ao marido, uma posição firme, de maior igualdade (“ele também tem que ceder”). Ou seja, ela passa a usar o mesmo argumento do homem, isto é, se não for assim, o casamento pode acabar.

As decisões mais individualizadas, que têm como referência um projeto reflexivo, parecem gerar conflitos entre os membros do casal, levando a uma constante negociação. Observamos que, para a mulher, muitas vezes, tais decisões envolvem também um conflito interno, resultante da opção entre investir em sua carreira profissional ou ter filhos:

Eu não queria ter naquela época. Claro que hoje é a coisa mais preciosa do mundo. Mas, assim, dizer que foi um planejamento, que foi... não (FMJ).

É interessante observar que, para a maior parte dos entrevistados, contudo, tanto do sexo masculino quanto feminino e de ambos os grupos, não houve de fato uma tomada de decisão entre os membros do casal em relação ao número de filhos, uma vez que, para eles, os filhos deveriam “vir”, é algo percebido como natural e, assim, não há o que decidir. Para os homens, embora apareça com certa frequência o termo “conversa” e “conversamos”, não se pode falar que há uma participação realmente direta deles na decisão com relação ao número de filhos, que acaba cabendo à mulher.

Finalmente, cabe assinalar aqui o uso de sintomas (enjôo, pressão alta, cólicas e aumento do fluxo menstrual) por parte das mulheres para interromper o uso do contraceptivo e levar o homem a participar mais diretamente da escolha do melhor método contraceptivo a ser usado para evitar filhos:

Cheguei, no início eu usava pílula. Aí depois eu passei a usar... é, como é que a gente fala? Óvulos. Óvulos, quando engravidei do J estava usando óvulos. Mas é porque eu já estava com vontade mesmo de engravidar. Aí depois do J eu voltei a usar pílula, mas aí me dava muita dor de cabeça. Aí passei a usar aqueles óvulos do Ataliba de Barros, então essa que foi o meu...[...] (sobre o marido) Não, não. nunca interferiu. Eu explicava, né? Igual na época que eu parei de usar porque tava me dando dor de cabeça, então ele foi a favor. Não sei quem me comentou, mas alguém me falou que existiam desses óvulos do Ataliba. Porque os outros não deram certo mesmo, eram de farmácia, a gente não tava interessado mesmo, tava querendo ter filho, aí tudo bem. Mas aí depois, né,? do J, nós conversamos, eu falei assim “não vou usar pílula, não... porque me faz mal”. Eu tinha muita enxaqueca. “Então eu vou experimentar o do Ataliba”. E ele concordou, ele disse “ah não, faz o que for melhor para você”. Então ele nunca foi contra não (CMV).

Eu passei a usar o DIU. Depois que eu comecei com esse problema de pressão alta eu botei o DIU. Mas ele (o marido) está tão decidido, foi tão decidido isso que a gente realmente não ia ter mais filho mesmo, depois que eu comecei com esse negócio de pressão alta, que ele até está pensando em fazer vasectomia para poder tirar o DIU, entendeu? (EMJ).

Quando observamos os dois grupos estudados, de diferentes gerações, podemos perceber que, para os membros de casais do grupo 1, o processo de tomada de decisão com relação ao planejamento familiar toma como referência modelos externos de funcionamento como, por exemplo, o uso do contraceptivo como uma decisão unilateral, em que cabe à mulher a responsabilidade pela escolha do método contraceptivo e o homem pouco participa da decisão. Como apontam os estudos de Carreno, Dias-da-Costa, Olinto, Meneguel (2006) e de Goldani, (1999), realizados com homens e mulheres brasileiros sobre o uso de métodos contraceptivos, o homem pouco participa da decisão a esse respeito, como verificamos na fala de nossos entrevistados. Na maioria das vezes, eles afirmam que é a mulher que opta pelo uso de contraceptivos orais, dispositivos intra uterinos, ou,

mesmo, é dela a iniciativa de envolver o homem na escolha de algum método para evitar a gravidez. Quando o método utilizado é mais definitivo, como a esterilização, também pudemos encontrar um número maior de mulheres que se submeteram à laqueadura em comparação ao número pouco expressivo de homens que fizeram uso da vasectomia. No caso de nossos entrevistados, apenas um homem fez vasectomia e, mesmo assim, após vencer vários preconceitos e ter uma explicação do médico sobre seus efeitos.

Tanto os homens quanto as mulheres entrevistados apontaram o uso da pílula anticoncepcional como a melhor forma de evitar a gravidez e todas as mulheres, em algum momento, fizeram uso dela. A única exceção foi uma das entrevistadas que não fez uso de nenhum método contraceptivo durante o período que queria filhos e lançou mão da esterilização quando decidiu que não queria mais ter filhos. Embora a pílula tenha causado efeitos colaterais nas mulheres, como enjoos, aumento do fluxo menstrual, dor de cabeça, entre outros, sua utilização só é interrompida depois de um longo tempo de uso e quando esses efeitos colaterais tornaram-se insuportáveis para elas. O comportamento das nossas entrevistadas parece reproduzir o comportamento das mulheres, de um modo geral, quando da introdução e divulgação da pílula no Brasil. Assim, diferentemente do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, como assinalamos em capítulo teórico, nossas entrevistadas não parecem ter consciência da importância da pílula como forma de separar sexualidade da reprodução, algo bastante enfatizado pelos Movimentos Feministas, uma vez que permitiu às mulheres ter uma vida sexual ativa mesmo fora do casamento. Em nosso estudo, pudemos perceber que o uso de contraceptivos pela mulher com mais tempo de união longe de estar relacionado à autonomia feminina, decorreu, antes, da idéia de ser um método seguro para limitar o número de filhos e poder, assim, proporcionar a eles uma melhor educação e melhores condições econômicas.

Também para os casais com menos tempo de união, pudemos perceber que, de maneira análoga ao que se passou com os casais com mais tempo de união, cabe à mulher a responsabilidade pelo controle do número de filhos e do melhor momento para tê-los. Assim, ainda é a mulher que opta pelo uso do método contraceptivo a ser usado pelo casal. Contudo, a mulher do grupo 2 já começa a associar o planejamento do número de filhos à sua carreira profissional e a um

“estilo de vida” mais autônomo. Quanto mais jovem é a mulher, maior parece ser o seu investimento na carreira como um projeto individualizado, independente do que pensa ou deseja o seu companheiro. Neste sentido, o método contraceptivo é uma escolha sua, uma decisão tomada por ela como forma de atingir seus objetivos. A mulher regula, assim, quando terá o primeiro filho e associa a vinda do segundo filho ao seu crescimento pessoal e profissional, isto é, esse controle fez parte de um planejamento de vida. Embora o companheiro ainda pense de forma tradicional, ou seja, que os filhos são uma consequência natural do casamento, ela assume sua posição e usa o método contraceptivo para atingir seus objetivos, procurando negociar com o marido a vinda dos filhos de forma mais igualitária. Como apontam autores como Beck (1997), Castells (2008), Giddens (1993;1997; 2002), Jablonsky (1998), Rocha-Coutinho (2006) e Singly (2007), entre outros, parece que o controle da contracepção, mais recentemente, tem a finalidade de permitir as condições objetivas para a emergência da autonomia feminina e resulta de um processo de tomada de decisão mais igualitário entre os membros de um casal.

Observamos, contudo, que a busca de maior autonomia gera na mulher conflitos entre o que ela deseja e aquilo que se espera dela, algo decorrente de sua internalização de valores mais tradicionais e que são corroborados pelo companheiro. Tais conflitos podem causar sofrimento e até adoecimento, como ocorreu com uma de nossas entrevistadas (FMJ), deixando-a insegura diante da insistência do companheiro em ter filhos. Apesar disso, ela parece ter consciência do que almeja e acaba fazendo valer também a sua posição no processo de tomada de decisão, fazendo uso de métodos contraceptivos para planejar a vinda dos filhos segundo seu projeto pessoal e de crescimento profissional. Embora ela considere que ter filho “é maravilhoso”, afirma que necessita primeiro organizar sua vida pessoal para ter o segundo, adiando assim a sua vinda. Como afirma Figueira (1988), é possível aqui observar a convivência, em níveis distintos de consciência, no interior da entrevistada, de valores mais tradicionais, internalizados a partir de modelos incorporados na infância, e mais modernos, fruto de anseios presentes na sua vida atual. Assim, embora pressionada pelo companheiro para ter filhos, ela não cede, deixando transparecer, no entanto, sua insegurança, como aponta o marido em sua fala a esse respeito: “ela queria, mas não queria”. Cabe acrescentar aqui, neste sentido, ainda, que Giddens (2002) aponta que as decisões mais



individualizadas, em um projeto reflexivo, podem gerar conflitos e tensões para os indivíduos.

### 3.3.2 Divisão de tarefas e responsabilidades

No que diz respeito à execução das tarefas domésticas e aos cuidados e educação dos filhos, para os casais do grupo 1 cabe à mulher que a maior responsabilidade por essas atividades. Ela tem também maior influência nas decisões a elas relacionadas. A maior parte dos homens entrevistados justifica esse predomínio da participação das mulheres na execução das tarefas domésticas afirmando que elas teriam mais “dom”, mais “jeito” para realizá-las:

Não... não é que ela sabe mais. O problema é que eu acho que mulher... a mulher tem mais dom para essas coisas, né? Mais... uma visão melhor, sabe enfeitar melhor. Eu acho que o homem não... eu por exemplo, eu acho que é isso porque eu não tenho muito essas coisas assim de... como bibelô em cima da mesa eu não....(AHV).

Eu gostaria que a BMV se ligasse mais nisso. Porque ela sabe fazer muito as coisas para os outros. Ela tem muita habilidade, muita nessas coisas, mas para os outros. Mas aqui em casa mesmo, eu acho que ela anda meio desligada. Eu gostaria que a casa fosse mais arrumada, assim, nos detalhezinhos. Não, mas isso aí ( cuidados com a casa) é função dela (BHV).

Não cuido porque....não...não.... ah! Porque não sei eu....não cuido... sei lá! Eu não cuido não. Até cuido de vez em quando eu até faço umas coisas dou uma mudada na televisão....ela fala: “Para que tanta televisão. Tem na sala tem nos quartos...”. Então... ah! Mas... mas eu não esquento com isso não porque ela tem prazer de fazer isso e tem uma faxineira que vem uma vez por semana.... de vez em quando é a faxineira que muda tudo(risos). Mas eu não ligo não....  
É, mas eu não estou nem aí não... para isso aí eu não ligo não. Ela sabe o jeito que ela gosta e ela cria caso as vezes quando eu não reparo “ Você não reparou nada?” eu falo assim: “Olha, puxa vida! Agora que eu estou vendo.” (risos). Não... não é que ela sabe mais. O problema é que eu acho que mulher... a mulher tem mais dom para essas coisas, né? Mais... uma visão melhor, sabe enfeitar melhor. Eu acho que o homem não... eu por exemplo, eu acho que é isso porque eu não tenho muito

essas coisas assim de... como bibelô em cima da mesa, eu não... (AHV).

Como as mulheres também concordam que cuidam melhor das tarefas domésticas e que os homens são muito atrapalhados com os cuidados da casa, não há conflito no processo de tomada de decisão do casal a esse respeito:

Ah, sou eu. Claro que sou eu. O BHV é bagunceiro demais. Agora eu resolvi assim, não arrumo a gaveta dele mais todo dia, ponho as coisas lá e tampo correndo, e fecho correndo. Porque todo dia eu arrumo a gaveta dele. Todo dia, pode ir lá. Tudo revirado. Ah! é assim. A R (filha mais velha) era super organizada, arrumava a gaveta até por cor de roupa, de maneira que se alguém abrisse uma coisa dela, ela chegava e falava assim: “quem abriu? Agora tá ficando bagunceira também [...] Ah, sou eu. Olha, eu acho que eu tenho 33 anos de casada e o BHV nunca abriu um sabonete. Ele deixa aquilo na linha, na linha, na linha assim...(mostra com as mãos enfaticamente) e eu acho que ele toma banho até de água só. Eu que abro o sabonete para ele e coloco na saboneteira e lavo a saboneteira dele, limpo a escova dele. Eu. Ele nunca abriu um sabonete. E eu fico muito danada quando o papel higiênico acaba, que meu armário faz barulho e meus vizinhos são enjoados, aí na hora que eu vou abrir a porta à noite cadê o papel higiênico. O BHV gasta o papel higiênico e não substitui não. Aí eu tenho que abrir o armário, no escuro, faço barulho, apertada, porque o BHV também não põe um papel higiênico no banheiro [...] Eu, eu fico doente! (risos) Agora, já larguei um pouco, já relaxei, já não fico tão assim. Mas, ih, já arrumei demais, trabalhei demais e não valeu nada (BMV).

Ainda a esse respeito, quando perguntadas sobre a participação dos companheiros na execução das tarefas domésticas, as mulheres do grupo 1, de um modo geral, afirmaram contar com a ajuda de uma empregada, ou uma diarista para dividir com elas os trabalhos domésticos. Algumas delas assinalaram também que, por vezes, os maridos ajudam em algumas tarefas, mas elas têm que solicitar a eles isso:

(risos) Não, eu tenho uma faxineira que ela está comigo já... M (a filha mais velha) tem 28 anos e nós mudamos para essa casa M tinha 4 anos, ela (faxineira) tá comigo até hoje, ela tem 70 anos, ontem ela veio fazer faxina para mim, sabe, então já

tem 24 anos que ela trabalha comigo...então ela que... eu lavo roupa, eu passo, eu cuido da comida da cozinha e tudo mas toda vida eu tinha, antes de M nascer eu não tinha, mas depois que M nasceu toda vida eu tive uma faxineira, não empregada, uma faxineira [...] Depois que ele aposentou, ele às vezes arruma a cozinha para mim sabe? Ele.... A maioria tem que pedir se eu não pedir ele não faz ( risos) Não, não tem nada...nada...nadinha (risos) às vezes ele faz um bolo “ah vou fazer um bolo” aí ele vai para cozinha e faz, nem tomo conhecimento, faz café, entendeu, de manhã ele faz, sabe... (AMV).

As mulheres entrevistadas também apontam que foi o marido quem propôs ou ajudou na contratação de uma “ajudante”, faxineira ou diarista, mas que cabe a elas entrevistar as candidatas e supervisionar o trabalho delas, ainda que alguns cuidem da parte burocrática relativa à contratação dessas ajudantes:

Ele, ele queria até que eu arrumasse uma empregada para mim eu que nunca quis, ele falava vamos arrumar uma empregada e eu falava não, não quero porque eu ficava assim doida para a faxineira vir e limpar a casa para no outro dia estar limpinha, sabe, fico doida para na outra semana ela vir e tudo mas quando ela vem eu já fico doida para dar a ordem para ele ir embora, sabe? (AMV).

(sobre a empregada) Ah, fui eu. Não, aliás, assim, foi até ele que arrumou uma através de conhecidos, de amigos. Mas assim a parte mesmo burocrática, essas coisas, era ele que cuidava. Mas eu que conversava [...] É. Eu que pagava. Eu que pagava. E, assim, eu falava o que tinha que fazer (CMV).

Observamos também no discurso da mulher que trabalha fora de casa que, apesar da ajuda de uma empregada para a realização dos trabalhos domésticos, ela considera que é sua a responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos. Além disso, afirmaram que o homem não interfere nessa relação. O retorno da mulher à casa quando se aposenta pode significar, para algumas mulheres, que ela não tem mais necessidade de uma empregada que, de certo modo, supria a sua ausência, ainda que possam continuar contando com a ajuda de uma faxineira:

Não interfere. Nós sentamos, nós conversamos. Aí eu, né... E é tudo assim de acordo com as minhas necessidades. Porque chega uma época que você cansa de ter uma pessoa estranha na sua casa, sabe. Você cansa de ficar toda hora, ficar trocando, né? de empregada. E a última que eu tive, assim, cuidou do H, que era pequeno, mas ficou uns três anos mais ou menos, uns quatro. Aí depois assim, arruma uma, arruma outra, entendeu? Aí já tava perto de eu aposentar, eu falei assim “ah, agora eu vou começar a diminuir isso. Porque quando aposentar, eu não quero ninguém comigo dentro da minha casa, só fazendo faxina”. Aí fiz isso, faltando um ano eu conversei com eles: vamos colocar uma pessoa que trabalha só três vezes na semana e uma friseira. Aí nós enjoamos da comida. Dispensamos a friseira. Aí ficamos só com a faxineira. Então eu aposentei. Aí ficou mais fácil. Eu passei a me dedicar à casa. Só que eu não gosto muito de ficar cuidando do serviço de casa. (CMV).

Para os homens do grupo 2, a supervisão do trabalho da empregada também é da mulher, uma vez que ela é contratada para ajudar a mulher, a quem, segundo eles, cabia a responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos:

Fica mais a cargo da DMJ. Com relação a, no caso, uma pessoa para ajudá-la, ela que escolhe, ela que dita quando, entendeu, se está pesando, se não está. Por que ela está vivendo essa situação, por exemplo, com relação à casa, grande, entendeu. Então ela precisa de ajuda com certeza, então fica mais a critério dela. Eu deixo, porque ela está mais em contato. Acho que não caberia bem para mim, chegar e falar para uma pessoa que ajuda a gente aqui: “olha, lava ou não lava o banheiro, faz isso, faz aquilo”, os afazeres da casa (DHJ).

Do mesmo modo, para os homens do grupo 1, as mulheres, assim, como eles próprios, vêem a sua participação dentro da casa como uma ajuda à esposa, que, muitas vezes, prefere fazer ela própria:

Agora depois que eu parei de trabalhar eu ajudo muito ela. Ajudo ela... dificilmente ela arruma a cozinha. Eu que lavo as vasilhas, eu que preparo a mesa para gente tomar café da manhã, eu que preparo para gente almoçar, eu que faço o suco, só não faço a comida porque...ela não.... prefere fazer, sabe? Mas se quiser eu também faço [...] Não. Não. Decisão, isso aí.. a gente acaba de almoçar, ela gosta de ler um jornal,

dar uma descansada, aí, a cozinha está lá eu vou lá e lavo mas... ela nunca me pediu também, faço porque acho que é importante (AHV).

Os homens do grupo 1 se vêem como desajeitados para a decoração da casa, para a arrumação de gavetas e para a cozinha, referindo-se à execução das tarefas domésticas pelas mulheres como sendo algo de que elas "gostam" e que é parte de um "dom" feminino. Eles reforçam o discurso das mulheres de que não "sabem fazer" direito as coisas da casa, o que, de certo modo, os desobriga de realizar essas atividades, deixando-os, assim, em uma posição bastante confortável, uma vez que deixam de se preocupar com isso, ajudando apenas quando necessário e, assim mesmo, no que podem:

Não cuido porque....não...não.... ah! Porque não sei eu....não cuido... sei lá! Eu não cuido não. Até cuido de vez em quando eu até faço umas coisas dou uma mudada na televisão....ela fala: "Para que tanta televisão. Tem na sala tem nos quartos...". Então... ah! Mas... mas eu não esquento com isso não porque ela tem prazer de fazer isso e tem uma faxineira que vem uma vez por semana.... de vez em quando é a faxineira que muda tudo(risos). Mas eu não ligo não...(AHV).

Eu arrumo cozinha sempre. Sempre. É... eu faço compra, arrumo cozinha, coloco roupa no varal. Ah, eu sempre estou ajudando ela a fazer as coisas. Ah, sempre foi assim. Lavar vasilha eu sempre lavei. Varrer casa eu não gosto de varrer não, mas lavar vasilha e estender a roupa eu sempre faço. Um pequeno conserto em casa eu faço (BHV).

Os homens do grupo 2 também apresentaram argumentos semelhantes aos homens do grupo 1, referindo-se também a um "dom" feminino para os cuidados da casa, esquivando-se, assim, da realização das tarefas domésticas:

Na arrumação da casa, cuidado com as gavetas, isso, aí não, isso a DMJ. Eu acho que isso é dom feminino (risos) [...] (em relação a cozinha) Ela também, porque eu não me dou com cozinha. Eu saí de casa com 14 anos, 13 para 14 anos, antes dos 14. Formei no ginásio e fui estudar em Barbacena num colégio federal. E lá era um sistema de alojamento, então, um armário onde você pendurava sua roupa, tinha seu sapato, seus cadernos e alimentação por conta do colégio. Então, eu nunca fui de chegar e fazer coisas mirabolantes na cozinha,

mas um arrozinho, um ovo, eu sei fazer, o básico... Um café. Mas... quem cozinha é ela, e ela gosta (DHJ).

Também as mulheres do grupo 2 continuam vendo a participação do companheiro como uma ajuda a ela:

mas ele ajuda demais até botar roupa na máquina fica por conta dele, bem dividido, sabe? Para você ter uma idéia, a faxineira vem toda quarta feira, sábado de manhã quando está os dois em casa a gente... um ajuda passa um negócio ali, passa um pano ali para poder vencer a semana, então ele ajuda muito. Ele é até mais animado que eu. Eu sou muito preguiçosa, mas ele me põe para frente. “Não, vamos passar um pano aqui... e tal...[...] (EMJ)

No caso das mulheres do grupo 2, contudo, já aparece em seus discursos a idéia de um homem mais empenhado na realização das tarefas domésticas e na decoração da casa, diferentemente do que observamos na fala das mulheres do grupo 1:

Ah! Decoração ele adora! A gente até essa sala aqui, a gente reformou agora, chamou o decorador ele veio, mas ele estava mais empolgado do que eu. Ele que ia, dizia onde queria, como queria, para esses negócios ele é mais empolgado que eu, ele adora. Nós fomos fazer compras, você tinha que ver a paciência dele para escolher aquelas orquídeas para comprar e de entrar em uma loja, entrar em outra para ver qual é mais natural, mais bem feitinha e eu estava com uma prima minha e ela falou: “Gente com é que o EHJ dá conta de ficar nessa confusão?”. E ele gosta de ficar nessa confusão. É, eu acho assim, para mim está bom, tudo está bom. E eu gosto do gosto dele. Eu dou minha opinião, algumas coisas ele aceita, algumas coisas não (EMJ).

Olha, decoração de parede, pintura, tudo sou eu. Ela não decide nada. Eu gosto de fazer isso. Aí depois que fica pronto que ela vem e vê. Se agrada ou se não agradou. Mas eu que decido o que que faz, que piso que coloca, que tipo de telha, que tipo... eu que faço tudo, ela não decide, nesse caso não. [...] Não. Não, porque é... ela... acho, não sei se não entra na cabeça dela. Ela quer ver o negócio pronto, pra depois ou elogiar ou criticar. [...] Não, não, só depois que ela toma (FHJ).

De modo geral, quando há discordância entre os membros de um casal do grupo 2 sobre a decoração da casa, a mulher se afasta e deixa o homem decidir, ainda que deixe transparecer no seu discurso uma certa mágoa por isso:

É... é natural. Assim, igual o piso ali fora. Ele foi com um amigo nosso pra ver o preço e tudo. Ele mesmo decide a cor o jeito, eu nem tomei partido. Aceito, aceito. Às vezes eu fico chateada com as coisas que são muito antigas, porque ele gosta de coisas muito antigas, e eu não. Eu queria trocar mais, queria renovar mais. Mas ele quer mais antigo. Então, uma vez ou outra eu falo sobre isso, mas não chega a ser briga, tem 14 anos que tá aqui, né?! Ele toma mais a frente. É mais ele. Às vezes a gente conversa e ele age (DMJ).

Diferentemente das mulheres do grupo 1, as mulheres do grupo 2 revelam em seu discurso a sua falta de habilidade na cozinha e a sua pouca afeição às tarefas da casa:

Na verdade cozinha aqui em casa não funciona. Eu nem encosto. Detesto cozinhar não sei cozinhar, não sei fazer nada (EMJ).

No início era um tormento para mim, quando a gente não tinha condição de pagar uma moça, né, para vir aqui. Aí eu ficava com um mau humor danado, porque eu tenho um mau humor para arrumar a casa (risos). Aí eu... depois que ela começou, aí não. Porque aí ela ficou por conta da casa, esses dois dias resolvem. E aí eu consigo trabalhar, tomar conta dele (do filho), né? Ir levando (FMJ).

Uma das mulheres do grupo 2, além de revelar em seu discurso a sua aversão pelas tarefas e cuidados com a casa, as vê também como perda de tempo, enaltecendo o trabalho fora de casa como uma maneira de usar melhor o seu tempo e não ficar presa a detalhes “bobos”:

E além disso, assim, eu acho que sair de casa, você fica menos, é... não sei qual palavra que é, mas... menos rabugenta com as coisas e você participa da vida lá fora, meu marido chega, viveu, viveu tanta coisa e você tá aqui lavando vasilha. Então não vale a pena ficar aqui. Eu vejo isso quando eu tô de férias, quando fico muito tempo em casa, como que é diferente,

fico achando um sujinho ali, um sujinho aqui, umas bobearas com cada coisa, com cada roupa pra lavar, uma amolação. E, assim, trabalhando fora eu não disperso nessas bobearas e vou cuidar realmente de gastar bem meu tempo, com mais qualidade, sabe? Eu tenho pouco tempo, então vou cuidar bem, dar conta. Não sei, assim, até na qualidade do meu tempo (DMJ).

As mulheres do grupo 2 afirmam, ainda, que os homens não dividem as tarefas de casa com elas, como se pode observar na fala de FMJ:

Não, dentro de casa... de vez em quando ele faz uma comida. [...] Não, não, em casa não (em relação à divisão de tarefas).

Os homens do grupo 2, ainda que deixem transparecer em seu discurso que não dividem igualmente os trabalhos de casa, participam dele, realizando determinadas tarefas quando necessário, mostrando, assim, uma menor dependência da mulher do que os homens do grupo 1:

Algumas coisas, assim, de casa não é muito bem dividida, mas a gente faz o esforço, né? eu fazia, eu faço alguma coisa. Eu faço almoço, faço jantar, se for necessário, eu faço lanche, eu faço café, eu faço qualquer coisa, né? Eu não espero para ter na mesa. Se eu vejo que não tem eu já vou lá e faço. Então, o meu jeito é esse. Se eu ver que o café ou o almoço não tá pronto, eu chego pra almoçar e não tá pronto, eu vou até a cozinha e termino de fazer o almoço, ou eu que faço. Eu não dependo disso (FHJ).

Por outro lado, no que se trata da administração do dinheiro, inclusive no que diz respeito às compras de casa, os homens do grupo 1 foram categóricos em afirmar que decidem tudo “junto com a mulher” :

Nada!! Não separamos NADA, nada, nada. O que nós temos é nosso, porque nós estamos em um barco e se ele afunda nós vamos afundar junto, porque tudo que eu faço ela está sabendo. Ela sabe o que eu tenho guardado, o que eu tenho aplicado....Tudo em conjunto. Não compro NADA...nada... nem supermercado.... fazemos compras juntos, tudo é junto. Problema financeiro, banco tudo é conjunto. O salário dela, o



meu, entra na mesma conta o que ela precisa ela tem conta conjunta....(AHV).

Apesar disso, é ele que assume a tarefa de controlar a vida financeira do casal, até porque a mulher alega não saber, não entender de operações financeiras, ainda que sempre com a concordância da companheira:

Ah! Isso ela deixa para mim porque ela falou que acha que não entende disso, aí ela deixa para mim... “você resolve isso aí”. Mas tudo que eu faço ela sabe, ela concorda. Se não concordar eu não faço. Mas normalmente ela concorda porque são 38 anos também, já conhece a outra pessoa.... mas tudo que a gente faz até para trocar um carro, uma geladeira... tudo a gente só faz de acordo, não faço nada chegando de surpresa: “Oh! Comprei uma televisão nova.” nunca faço (AHV).

Assim, a responsabilidade pelo controle dos recursos financeiros do casal, no caso dos membros do grupo 1, é do homem, e a própria mulher o consulta quando necessita utilizar o dinheiro para fazer compras. No depoimento, tanto de mulheres quando de homens, do grupo 1, ambos se referem à dependência feminina do marido no que diz respeito aos gastos:

Nunca interferiu em nada, ela só... “Oh! Dá para comprar isso assim, assim?”. “Dá”. Chega fim de ano “Olha eu quero comprar isso. Tem condição”, eu falo: “Tem”, “Até quanto eu posso gastar?” eu falo: “Você pode gastar o quanto você achar que deve.” (AHV).

Conta conjunta, mas tudo que eu gasto, até uma água mineral, até os 20 centavos que eu dou na rua, eu anoto. Tem que anotar, se não o BHV fica bravo. Anoto e ele faz os caderninhos todo mês. Ele devia ser economista, ele sabe tudo de economia (risos) [...] Tem que passar, se não ele fica muito bravo, fica bravo demais Tudo que eu gasto, tudo. De caridade que eu dou. Tudo, tudo, tudo, até um chiclete. Tudo eu tenho que anotar (BMV).

Para os homens do grupo 1, as mulheres têm autonomia para comprar o que quiser, mas o cartão de crédito e a conta no Banco, mesmo sendo conjunta, são controlados por ele:

Não. Não tem dela, ela não pergunta se pode, ela pergunta: “O que você acha?” eu falo: “Não, vamos fazer assim...” . Nós não temos diferença.... ela pode fazer o que ela quiser, entendeu? Ela pode fazer o que ela quiser, eu nunca interiro. Só o que ela me fala é o seguinte quando a situação estiver um pouco apertada diz para eu dar um toque nela... ela fala você está por sua conta. Aí ela fala para gente ir no supermercado e eu falo para gente segurar um pouco, esperar pelo menos mais uma semana, sabe? Eu não controlo o quanto, mas controlo as datas às vezes, entendeu? Eu não proíbo nada. Ela compra a roupa que ela quer, isso não tem problema nenhum, nenhum (AHV).

No caso dos homens do grupo 1, quando a mulher recebe o salário, são eles que o depositam na conta deles, com a autorização delas. Para algumas mulheres do grupo 1, a justificativa para isso é que elas recebem menos do que os homens:

O meu dinheiro ... ele costuma receber meu pagamento porque ele.. nosso dinheiro é junto, eu, por exemplo, falo com ele assim: oh, todo mês eu quero R\$100,00 ou R\$150,00 para mim gastar com porcaria mas talão de cheque, cartão de crédito, entendeu? às vezes eu quero comprar alguma coisa eu não tenho cartão de crédito para não ter que pagar duas anuidades, entendeu? Porque eu não tenho desconto em banco, só ele que tem porque o salário dele é bem maior do que o meu, então ele é que tem conta. É tudo conta conjunta é... na poupança, é conta conjunta no banco que ele recebe Bradesco é conta conjunta, talão de cheque, cartão de crédito, tudo (AMV).

Só quando eu lucro nas minhas coisas assim, que eu falo: vou fazer isso assim para fulano. Vou dar um tratamento de dente para a minha mãe, aí eu economizo, economizo, economizo, vou lá e dou. Eu mando 100 reais para a minha mãe também todo o mês quando eu não posso dar, ele me dá. Aí ele dá. Ah, é mais para eu fazer uso extra mesmo, é para eu dar um dinheiro para a minha mãe, para ajudar minha irmã (BMV).

De modo geral, os homens se referem às mulheres como “gastadeiras”, como pessoas que “não sabem controlar o dinheiro”:

Ela gasta, ela diz que é controlada, mas não é controlada não (BHV).

No caso das compras da casa, as mulheres são responsáveis pelas compras de supermercado, enquanto os homens ficam com as compras menores. Porém, quando se trata de um investimento maior, como é o caso da compra de um imóvel ou de um carro, são eles que assumem o controle:

Normalmente a parte de alimentação não tem restrição não, gasta o que for preciso. Ela compra, toda terça feira, ela compra. Ela vai no supermercado e compra. Quando chega no sábado às vezes eu vou e faço uma comprinha. Às vezes precisa de comprar carne, eu vou e compro. Quando vai comprar roupa, coisas que, é... aí eu controlo, entendeu, os gastos. Eu anoto os gastos que a gente tem. E eu sempre estou preocupado com isso, com o controle dos gastos. Mas a CMV tem cheque, tem cartão, tem tudo (BHV).

Em seu discurso, as mulheres confirmam que se responsabilizam pelas decisões relativas às despesas menores, ligadas à casa, que são feitas com o dinheiro que elas recebem. Contudo, quando as despesas são maiores, apesar de as coisas serem compradas por elas, depois elas são pagas pelo marido:

Não, o meu dinheiro eu fico assim com R\$100,00, R\$150,00, apesar de ser salário mínimo, aí eu fico assim com R\$100,00 R\$150,00, né , porque aí eu vou na cidade eu quero comprar um presentinho para minha irmã, agora para a minha neta, uma rasteirinha (sandália), entendeu? Que eu não estou precisando, mas às vezes é o quê, R\$10,00, baratinho, tudo vejo que é bonitinho compro, então eu vejo que é bonitinho compro, entendeu? eu gosto de ter um dinheirinho, entendeu? Eu saio às vezes eu vejo uma verdura bonita, entendeu? Uma couve-flor e tudo eu gosto de ter um dinheirinho na bolsa para comprar. Mas quando eu vou assim comprar roupa, comprar um tênis, porque eu gosto de fazer caminhada e tudo, aí eu compro, sabe, no crediário, no cartão, no carnê para ele quitar (AMV).

Porque quem agüenta o pesado mesmo é o BHV. Eu faço economia, não desperdiço uma comida, controlo tudo que gasto. Sou econômica, sabe. Tudo que eu posso fazer... faz festa, eu que cozinho tudo, eu que faço tudo. Assim, mas economia eu faço. Assim, nem sei se fica econômico, mas pelo menos fica gostoso (risos). Não gasto, tudo quanto é festa aqui em casa, eu que faço. Tudo para as meninas, eu que faço. A R vivia fazendo festa para a universidade, eu que cozinho tudo (BMV).

Entretanto, CMV, que trabalha fora e tem um bom salário fixo, diferentemente de seu marido, que é autônomo, afirma ter certa autonomia em relação às decisões financeiras. Segundo ela, o que cada um paga em casa é fruto de uma combinação entre ela e o marido. Contudo, no que diz respeito às coisas da casa, ela é quem decide sempre:

Não, porque pela Universidade agora a gente não pode ter conta conjunta. Aí eu tive que separar. Tem uns anos atrás aí que não podemos mais ter conta conjunta, eu não me lembro quanto tempo, se tem dois ou cinco anos. Mas antes disso era conta conjunta. Mas só que eu que administrava meu salário, o salário dele, ele que administra. Como nós temos, por exemplo, eu tenho uma data certa de recebimento. Ele não tem, porque ele é autônomo, né, então varia muito. Ficava assim, a gente divide. Ele paga umas contas, eu pago outras. Nós combinamos o que cada um vai pagar. Acho que foi ali na vivência mesmo, né? no dia a dia. Então, de repente umas coisas ele pagava, depois eu passei a assumir aquilo. Fomos trocando [...] Um móvel, um computador, um rádio, essas coisas aí eu que decido. Eu falo, tá precisando de comprar isso aqui. Porque eu falo, ele “ah, ta”. Então eu pego e faço. Agora em termos, assim, de investir, poupança, essas coisas, eu praticamente faço tudo separada. Eu vejo assim, eu mesmo pego meu salário, alguma coisa, “ah, vou guardar esse dinheiro aqui”, aí falo [...] Não, assim, em termos disso (referindo-se ao carro), é ele. Mas outras coisas, assim, coisas de casa, eu é que decido (CMV).

Parece, assim, que receber um salário igual ou maior do que o do homem dá à mulher a possibilidade de participar, em igualdade de condições, das decisões financeiras do casal e, assim, as decisões são mais compartilhadas entre os membros do casal:

Não, a gente vai pensando, analisando, olha a condição de cada um, e... Começa a amadurecer a idéia. Porque, por exemplo, igual a questão da reforma da casa. Nós estamos há muito tempo pra fazer, mas eu falei “olha, o dinheiro não tá sobrando, tá assim, tá assado, aquelas coisas todas”. Aí olha aqui, analisa ali, essas coisas todas. Aí surgiu a possibilidade de fazer o construcard, que é um programa que a Caixa tem, eu tenho conta lá na Caixa, né? E... Aí eu fui lá, consultei lá, olhando uma vez e nós fomos ver juntos. Chegamos, olhamos e tudo. Aí vi os documentos que precisavam, peguei, levei eles lá. Vi o limite que poderia ser liberado, porque aí você compra e tem 6 meses de compra e depois você tem um determinado tempo para pagar parcelado. E a gente tinha o fator da mão de obra. Porque se pegar mão de obra e mais o material não tem jeito. A gente vai fazer uma grande reforma e a gente planejou, aquelas coisas todas, fazer, igual eu falei no início, reduzir os custos, né? Eram as lâmpadas, é o chuveiro a gás, torneira a gás, aquelas coisas todas, fazer a piscina lá em cima, fazer a sauna, essas coisas assim que a gente tem feito. É mexer no jardim, fazer mais uma garagem, que na época era para fazer duas garagens, foi feita uma, entendeu. E nós resolvemos fazer a garagem ali, aí chamamos o engenheiro aqui, ele foi “para fazer ali, vai ser meio assim”, a gente ia aproveitar o corredor do lado\_ ele falou, “vai ficar caro, vai mexer ali, o dinheiro vai embora e vai ficar em pouca coisa, não vai evoluir a obra”. Aí analisamos, vimos, dentro do que era permitido, e também planejamos as prestações para pagar (CHV).

De modo geral, podemos perceber que, para os membros de casais do grupo 1, a responsabilidade pela administração financeira é vista quase sempre como um problema a ser resolvido. Quando é a mulher que assume o controle financeiro, ela usa como justificativa a pouca habilidade do homem para organizar e controlar as finanças como fala FMJ abaixo:

Não, porque o FHJ é muito desorganizado. Então, sempre ficava uma conta para trás, aí eu comecei a anotar, e... pôr no papel mesmo, porque ele não tinha nem essa organização, assim, de visualizar o que que tinha mesmo que dar entrada, de pagar, um planejamento mesmo. Sabe? Então eu, já tem mais de um ano, uns dois anos que eu venho fazendo isso, pondo tudo no papel, todas as despesas do mês, aí eu faço todo o controle. Ele não, ele nem gosta de ver esse caderno para você ter uma noção (risos) (FMJ).

Para seu marido, FHJ, contudo, o controle das finanças da família é dividido, algo que ocorre na medida das necessidades e disponibilidades financeiras de cada um, de uma forma natural e sem brigas:

É... quando não tem, é... às vezes, quando ela não pode, eu vou, vai os dois juntos, os três, né? Aí a gente vai junto. Quando eu não posso, ela vai, né? Faz as compras. Quando eu não tenho dinheiro, eu não tenho dinheiro para fazer alguma coisa, para comprar alguma coisa, se ela tem, ela compra, ela não espera também o dinheiro entrar, ela me ajuda muito. Então é assim, é dividido. É... sem, sem briga.... Preciso vai lá e compra, aí vai os dois, ou vai os três ou vai um só. Depende do tempo.

Para os casais do grupo 2, a administração financeira da família aparece como algo que ainda precisa ser “melhor conversado”, deixando transparecer, contudo, que houve uma mudança no que diz respeito à preponderância da posição masculina nesta administração das finanças, tornando o processo de tomada de decisão entre os membros do casal mais igualitário. Assim, ela faz o pagamento das coisas da casa e dos filhos e o marido se responsabiliza por outros pagamentos. Tanto os homens quanto as mulheres afirmaram que, como agora as decisões são mais individualizadas, eles ainda não conseguiram fazer um planejamento conjunto sobre o uso do dinheiro do casal, como se pode observar na fala de DMJ abaixo:

Nós não demos conta ainda de, de viver isso bem. É... Há pouco tempo fizemos até uma conta conjunta e tudo, mas não, não tô conseguindo viver isso aí de o meu dinheiro e o dele juntos assim. Eu tenho minha conta, eu gasto tudo aqui em casa, tudo com a casa, tudo fácil de ver, porque tá lá o meu salário, o meu contracheque. Tudo fácil de fazer minha conta, do que eu gastei [...] Invisto tudo aqui. Mas a hora que chega assim... Pra ser junto com ele, eu não consigo, nós não estamos conseguindo isso. Por exemplo, ele deu uns cheques depois deixou outros cheques entrarem na minha conta. Foi uma coisa... Aí eu cobriria os cheques, ‘não eu não cubro cheques, porque não sabia que você tinha dado cheques’. Assim, tô ajeitando ainda. [...] É, ele tem a conta dele, o valor que ele recebe, ele paga as coisas dele, a gente vê que está tudo certo, mas assim, cada um cuidando da sua. Eu vejo que, por exemplo, ele está fazendo o piso ali fora, eu vejo, por exemplo, que tá arrumando a telha aqui, vejo que tá o dinheiro. Que tá pagando o carro, a sala dele... Coitado, milhões de

coisas. Vejo que está tudo aqui também. E ele também vê o meu assim, que eu to lá, pagando o colégio das crianças, todos os uniformes, todos os livros, e vai por aí (DMJ).

A divisão da administração das finanças do casal parece ainda seguir a forma tradicional, isto é, as despesas são separadas segundo as antigas responsabilidades atribuídas a homens e mulheres. Assim, as compras para a casa e para os filhos são de responsabilidade da mulher, enquanto que o homem assume as compras de maior porte, ou seja, a compra de bens, como carro, casa ou de material de construção para a reforma da casa, ou então, no caso do supermercado, a compra das coisas de que ele gosta, como é o caso das bebidas:

Atualmente sim, mas é... Sempre foi mais separado. A DMJ tomando é... Tendo principio das coisas internas, dentro de casa alimentação, às vezes roupa para as crianças, material escolar. E eu mais pelo lado de bens, entendeu, no sentido de construir alguma coisa, igual a casa, igual o carro. Para facilitar nossa convivência, porque nós não sentamos às vezes e fazemos um planejamento, eu ganho X, você ganha X... Porque o meu lado liberal às vezes tem mês que é bem, tem mês que não, tem mês que cai, tem mês que... Que a coisa... O lado financeiro aparece mais. Mas é sempre nesse intuito, a gente divide, “olha, ta pesando pra mim, então eu fico com o telefone, eu fico com outras despesas”, mas ela sempre com o lado da alimentação, o lado do vestuário das crianças, o lado do colégio, do estudo fica sempre a cargo dela (DHJ).

É, a necessidade. E o que tem que fazer. Se ela estiver estudando “ah, vai lá e paga”, eu vou lá e pago. Ah, tem que fazer compra e tal. Eu prefiro que ela vá junto. Porque toda vez que eu faço compra falta algum item. Sempre falta alguma coisa. “Ah, você não comprou isso pra mim, ah, não comprou aquilo pra mim”. Então eu prefiro que ela vá, porque aí ela não reclama. Se não comprou isso, não comprou porque não quis, você foi lá, ou esqueceu ou alguma coisa. Eu prefiro que ela faça a compra, eu vou de companhia [...]. Eu compro, assim, as minhas coisas, o que eu sei que eu gosto, o que eu quero, é... o que ta precisando. Agora, as coisas mais sérias... Mulher é a coisa da limpeza, material de limpeza. e para o homem já é carne, cerveja, né? Isso aí que não pode faltar (FHJ).

Quando a mulher tem um salário fixo e ganha igual ou mais do que o homem, ela assume a maior parte das despesas com a casa e com os filhos. Em sua fala,

algumas mulheres deixam transparecer uma certa insatisfação com o fato de os companheiros não gostarem de conversar sobre essa divisão:

Para facilitar nossa convivência, porque nós não sentamos às vezes e fazemos um planejamento, eu ganho X, você ganha X...”. “eu que compro. Eu que decido, ele não toma partido nisso”. Sobre a divisão do pagamento das contas, ela fala: “Não, não conseguimos, é o nosso desafio agora, tentar fazer isso, fazer o balanço. Conversar sobre isso. Muitas vezes a gente não consegue se entender sobre isso (DMJ).

Ele não gosta muito de conversar sobre esse assunto não, foi até motivo de muitas crises. Tem que falar a verdade, né? (risos). Mas, assim, é... tudo depende da época, quando para ele tá bom, ele tá tendo vendas, aí entra um dinheiro dentro de casa. Eu tenho cobrado isso, né? aí entra. Mas quando não tá legal, sou eu mesmo que pago as despesas (FMJ).

EMJ também revelou que, às vezes, a saída para não ter conflito entre ela e o companheiro é deixar tudo que ganha sob a administração dele. Contudo, ela apresenta uma justificativa diferente daquela das mulheres da geração anterior. Apesar de tentar separar sua conta, ela acha que o marido é melhor administrador financeiro do que ela. Assim, ela decide delegar o controle financeiro a ele. Apesar de ter um salário igual ao do companheiro, não quer se preocupar com isso e, deste modo, deixa que ele atue como o administrador das finanças do casal:

Não tem conta conjunta não porque ele acha que eu sou muito gastadeira. Eu não sei nem quanto que eu ganho. Meu salário vai tudo para conta dele, ele administra tudo. (em relação às compras que faz) Aí eu falo com ele. Às vezes eu compro no cartão ou dou um cheque e depois eu falo com ele e ele põe o dinheiro na minha conta ou paga o cartão para mim, eu não tenho muito problema com isso não. [...] porque antes era assim, eu recebia meu salário botava na minha conta, o dele botava na conta dele. Ai a gente: “Ah, o que tem que pagar? Isso, isso e isso.” Aí pegava um pouco da minha conta um pouco da dele e pagava as contas. Só sei que eu tava.... eu acho que decidi isso porque ele é muito mais organizado que eu nesse ponto. Eu sou meia gastadeira, não planejo muito eu ia e quando via o dinheiro dele fazia mais efeito que o meu, sabe? Aí eu falei assim: “ Quer saber, acho melhor você administrar isso, porque aí eu não fico preocupada e nem com a consciência assim... mais pesada de gastar. Porque agora é



assim eu sei que para eu gastar eu tenho que saber dele primeiro se eu posso (EMJ).

De forma semelhante, o homem justifica o papel por ele assumido de gerenciar as finanças da família, inclusive o de fazer uma pesquisa de preços objetivando uma melhor compra, também por suas melhores habilidades como gerente financeiro. Embora esta função tenha sido delegada a ele pela própria mulher, ela se vê e também é vista pelo companheiro como incapaz de administrar seus próprios recursos financeiros e os da família. Assim, o homem se refere a ela como “gastadeira” e ela própria se diz “meio gastadeira”, ao contrário do homem que, supostamente, teria um maior controle sobre o dinheiro, como se pode observar na fala de EHJ abaixo:

Ah ... eu acho que é mais... eu tenho mais controle do dinheiro, pelo menos tinha. Hoje em dia eu já estou mais... a gente perde um pouco mas eu sempre fui... talvez até pela minha criação, eu sempre tive mais dificuldade, eu controlo mais. Questão de pesquisar, ver o que é melhor, isso aí sempre fui eu. Se ela vê uma coisa, não faz questão de pesquisar se está mais barato, no supermercado é esse, é esse, não olha nem o suco de baixo para ver se está mais barato (EHJ).

Deste modo, embora a mulher trabalhe e tenha um salário igual ao do homem, ela parece não querer se preocupar ou sentir culpa em relação à aplicação do dinheiro. Assim, ela delega ao homem essa “preocupação”, justificando sua atitude como decorrente da maior habilidade masculina para controlar a vida financeira do casal:

Só sei que eu tava.... eu acho que decidiu isso porque ele é muito mais organizado que eu nesse ponto. Eu sou meio gastadeira, não planejo muito eu ia e quando via o dinheiro dele fazia mais efeito que o meu, sabe? Aí eu falei assim: “Quer saber, acho melhor você administrar isso, porque aí eu não fico preocupada e nem com a consciência assim... mais pesada de gastar. Porque agora é assim eu sei que para eu gastar eu tenho que saber dele primeiro se eu posso (EMJ).

Outro fator que contribui para a existência de uma harmonia, pelo menos aparente, no que diz respeito às decisões em relação à administração das finanças do casal é que o dinheiro teria um uso comum, isto é, “tudo é gasto com a casa, com a família”, como se pode observar na fala de EHJ abaixo:

Assim, ah... a gente chega num acordo. Nosso dinheiro vai muito assim para casa, se não é para casa, é para o lazer da família inteira, então talvez não tenha... a gente ganha mais ou menos a mesma coisa, então fica fácil de administrar. Se está arrumando a casa, o dinheiro é para casa, se vai trocar de carro, o carro é para a família. Dificilmente tem um assim: “Ah! Está gastando dinheiro com você.”. Não! Nessa questão apesar de controlar minha prioridade sempre foi os dois. Se tiver que comprar é para eles (EHJ).

Do mesmo modo que ocorre com os casais do grupo 1, também para os casais do grupo 2, a divisão da responsabilidade pela administração das finanças da família parece ser “um problema a ser resolvido”. Assim, os membros dos casais do grupo 2 preferem separar o dinheiro e as despesas para não ter que negociar como empregar o que recebem. Tanto no discurso dos homens quanto das mulheres, a mulher fica, geralmente, com a responsabilidade pelo pagamento das despesas da casa e dos filhos e o homem com os investimentos maiores, como a compra de um carro ou de um imóvel, o que se revela uma forma bem tradicional de divisão, ligada aos papéis tradicionalmente associados a homens e mulheres, como se pode observar na fala do casal DHJ e DMJ:

Eu vejo que, por exemplo, ele está fazendo o piso ali fora, eu vejo, por exemplo, que tá arrumando a telha aqui, vejo que tá o dinheiro. Que tá pagando o carro, a sala dele... Coitado, milhões de coisas. Vejo que está tudo aqui também. E ele também vê o meu assim, que eu to lá, pagando o colégio das crianças, todos os uniformes, todos os livros, e vai por aí. As compras de supermercado, eu que compro. Eu que decido, ele não toma partido disso. [...] (em relação ao carro) Ele estava na agência resolvendo e me ligou de lá, e ele mesmo resolveu; pode resolver você, eu disse. Tô achando esse melhor do que o que a gente ia comprar ainda e isso, isso e isso. Pronto, ele mesmo decidiu. É... é natural. Assim, igual o piso ali fora. Ele foi com um amigo nosso, pra ver o preço e tudo. Ele mesmo decide a cor o jeito, eu nem tomei partido. Eu aceito, aceito. Ele mesmo compra pra ele as roupas, na maioria ele mesmo que

compra. Uma vez ou outra eu compro um presente, uma vez ou outra a gente tá junto. É meio dividido ainda, não é muito certo. Eu ontem fui na rua com as crianças, achei um vestidinho, achei um short, achei isso e aquilo. Pronto. Ele só vê depois, não é típico ligar pra pedir opinião (DMJ).

Atualmente sim, mas é... Sempre foi mais separado. A DMJ tomando é... Tendo principio das coisas internas, dentro de casa alimentação, às vezes roupa para as crianças, material escolar. E eu mais pelo lado dos bens, entendeu? no sentido de construir alguma coisa, igual a casa, igual o carro. Para facilitar nossa convivência, porque nós não sentamos às vezes e fazemos um planejamento, eu ganho X, você ganha X... Porque o meu lado liberal às vezes tem mês que é bem, tem mês que não, tem mês que cai, tem mês que... Que a coisa... O lado financeiro aparece mais. Mas é sempre nesse intuito, a gente divide, “olha, tá pensando pra mim, então eu fico com o telefone, eu fico com outras despesas”, mas ela sempre com o lado da alimentação, o lado do vestuário das crianças, o lado do colégio, do estudo fica sempre a cargo dela (DHJ).

Um aspecto interessante por nós observado nas falas dos membros dos casais do grupo 2, diz respeito ao fato de algumas mulheres desconhecem o seu salário, uma vez que o homem assume todo o controle da vida financeira do casal, por ter, supostamente, mais habilidade, controlar melhor o dinheiro, ao contrário da mulher que seria vista como alguém que não sabe controlar seus gastos, como uma “gastadeira”, o mesmo tipo de visão encontrada na fala dos membros do grupo 1:

Não tem conta conjunta não porque ele acha que eu sou muito gastadeira. Eu não sei nem quanto que eu ganho. Meu salário vai tudo para conta dele, ele administra tudo. Quando tenho que comprar alguma coisa, aí eu falo com ele. Às vezes eu compro no cartão ou dou um cheque e depois eu falo com ele e ele põe o dinheiro na minha conta ou paga o cartão para mim, eu não tenho muito problema com isso não (EMJ).

Ah ... eu acho que é mais... eu tenho mais controle do dinheiro, pelo menos tinha. Hoje em dia eu já estou mais... a gente perde um pouco mas eu sempre fui... talvez até pela minha criação, eu sempre tive mais dificuldade, eu controlo mais. Questão de pesquisar, ver o que é melhor, isso aí sempre fui eu. Se ela vê uma coisa não faz questão de pesquisar se está

mais barato. No supermercado: é esse, é esse, não olha nem o suco de baixo para ver se está mais barato (EHJ).

Quando a mulher tenta mudar esta situação e busca assumir o controle sobre o rendimento do casal, em geral porque o marido é muito desorganizado, isso envolve muito esforço pessoal dela e ela tem que levar isso adiante a contragosto do companheiro que, geralmente, não aceita discutir as questões financeiras com a mulher:

Não, eu cuido disso, quem cuida da parte financeira sou eu mesma. É. E... é complicado (risos). Ele não gosta muito de conversar sobre esse assunto não, foi até motivo de muitas crises. Tem que falar a verdade, né? (risos). Mas, assim, é... tudo depende da época, quando para ele tá bom, ele tá tendo vendas, aí entra um dinheiro dentro de casa. Eu tenho cobrado isso, né? aí entra. Mas quando não tá legal, sou eu mesma que pago as despesas. Não, porque o EHJ é muito desorganizado. Então, sempre ficava uma conta para trás, aí eu comecei a anotar, e... por no papel mesmo, porque ele não tinha nem essa organização, assim, de visualizar o que tinha mesmo que dar entrada, de pagar, um planejamento mesmo. Sabe? Então eu, já tem mais de um ano, uns dois anos que eu venho fazendo isso, pondo tudo no papel, todas as despesas do mês, aí eu faço todo o controle. Ele não, ele nem gosta de ver esse caderno para você ter uma noção (risos) (EMJ).

O marido de EMJ, no entanto, apenas afirma que a mulher o “ajuda muito”, sem admitir, contudo, que o controle financeiro é dela, deixando claro em seu discurso que a decisão de comprar algo é dos dois e fazendo questão de realçar que ela é muito “travada”:

A decisão é dos dois. Algumas vezes, eu... quando eu quero comprar alguma coisa, se eu ficar muito pensando nela, a gente não compra, ela é travada. “Não, não pode, é... tem mais, tem outras coisas para fazer antes disso”. Mas quando eu quero, eu penso naquilo, eu vou lá e faço. Aí eu falo com ela, “olha tô querendo”, aí ela “ah, não”... Aí passa um tempo, eu vou lá e compro. Aí eu já não peço mais a opinião dela porque também eu sei que já é muito travada, que ela já não vai deixar eu fazer. Quando é uma coisa mais séria, um valor mais alto, aí sim, aí é sentado e conversado a respeito [...] É... quando não tem, é... às vezes, quando ela não pode, eu vou, vai os dois juntos, os três, né? Aí a gente vai junto. Quando eu

não posso, ela vai, né? Faz as compras. Quando eu não tenho dinheiro, eu não tenho dinheiro para fazer alguma coisa, para comprar alguma coisa, se ela tem ela compra, ela não espera também o dinheiro entrar, ela me ajuda muito. Então é assim, é dividido. É... sem, sem briga. Precisou vai lá e compra, aí vai os dois, ou vai os três ou vai um só. Depende do tempo (EHJ).

No discurso tanto de homens como de mulheres dos dois grupos entrevistados é geralmente o homem que toma as decisões no que se refere ao controle sobre o carro. É ele que gosta e entende de carro, é ele quem sabe dirigir melhor, quem tem mais experiência:

Dirigir eu gosto mais, sabe? Apesar dela dirigir muito bem, até porque....sabe como é que é, né?... em estrada.... em estrada tem hora que precisa ter uma.... uma... como é que se diz, uma.... experiência maior, uma maldade maior, então é por isso que eu prefiro. Aqui dentro da cidade ela pega o carro mas em uma estrada assim ela... é por isso que eu prefiro. Eu sou muito confiante [...] Não, eu confio muito nela., não é que eu não confio é que tem que ter maldade, experiência. A gente fica com medo porque sabe que estrada é perigoso. Mas de vez em quando eu também dou o carro para ela falo: “Então você vai tocando aqui porque eu vou tomando uma cerveja”. Porque quando eu estou dirigindo eu não gosto de beber, então...eu costumo falar “Eu vou beber e você vai dirigindo.”. Não quer dizer... ela dirige até muito bem mas é problema de experiência. Isso aí eu acho que estrada a gente sempre tem que tomar cuidado e nisso aí eu sou muito consciente eu sei que estrada é perigoso então prefiro fazer (AHV).

Eu tenho mais tempo de volante. Mais experiência. Não que eu não confie nela. Mas é mais experiência. O fato de dirigir mais também, eu saio muito mais. Não é assim... Talvez ela até possa dirigir melhor que eu se tivesse mais contato com o carro. Mas eu acho que o lado do reflexo, das situações que você vive no trânsito, o fato de você estar mais habituado, você tem uma resposta melhor (DHJ).

É, desde o início eu que dirigi. Ah ... porque ela tirou carteira há pouco tempo e é por questão de experiência e ela também prefere que eu dirija. Ela não é dessas que gostam de dirigir, nunca gostou. Custou a tirar carteira, tirou mais na marra (EHJ).

Assim, quando a mulher está em companhia do homem ela não assume a direção, porque, segundo ele, ela é “muito lenta”, ele reclama e ela, assim, procura evitar os seus comentários depreciativos:

E outra coisa, às vezes eu vou fazer uma viagem mais longa também, ela anda muito devagar, ela...nós não vamos chegar nunca (risos). Não que ela dirija devagar é que ela prefere que eu dirija porque ela sabe que eu vou reclamar que ela vai devagar, sabe? (risos) (AHV).

As mulheres dos dois grupos, inclusive, afirmam que dirigir ao lado do companheiro é algo que não conseguem fazer, deixando transparecer em seus discursos uma certa insegurança diante de uma atividade que julgam que seus marido acham que elas não dominam bem e que por isso serão criticadas por eles. Algumas delas reforçam, ainda, a habilidade e a competência do homem para desempenhar esta tarefa. Em seus discursos, elas fazem referência também a “bloqueios” ou a experiências em que não se saíram bem, como foi o caso de acidentes de trânsito em que se envolveram ou medo de se envolver em acidentes. Segundo elas, o marido, certamente, vai fazer alguma observação relativa à sua pouca habilidade e/ou falta de experiência ao volante. Assim, elas afirmam que “ficam nervosas”, ou que “parece que têm um bloqueio” quando dirigem ao lado do marido, preferindo, assim, que eles dirijam:

Eu dirijo mas só aqui dentro da cidade. Ele prefere ele dirigindo do que eu, porque ele acha que eu dirijo devagar para fazer uma ultrapassagem, entendeu? Ele... eu acho que não sente seguro, apesar dele saber que eu dirijo muito bem que muitas pessoas já falaram com ele sabe que eu dirijo muito bem que eu sou atenciosa e tudo, sabe? E ele prefere ele ir porque ele falou que se ele sentar do meu lado ele não vai dormir, sabe, ele não vai relaxar... Ele vai ficar preocupado. Então ele prefere ele mesmo dirigir se a gente resolve parar em algum lugar, a gente para numa pousadinha, num hotelzinho, nada de muito luxo não, mas um lugar decente e ali a gente toma um banho e dorme e no outro dia a gente segue viagem (AMV).

Ele, sempre é ele que dirige. Não sei, parece que ele não tem paciência comigo dirigindo. Eu acho isso e nunca quero pegar. Mas é natural, assim, eu falo, ah, vai você mesmo. Ele sempre fala: fica aí você já esta dirigindo Aí eu digo, ah não, você já

chegou, agora você pega. Não sei por que, eu também tenho qualquer bloqueio assim, Eu acho que ele chega é ele (DMJ).

Não, na viagem é só ele eu não gosto de dirigir em estrada não. Ah, porque eu sou insegura e também eu tenho menos tempo de carteira. Ah é, ele tirou carteira com 18 anos, eu tirei tem pouco tempo. Tinha pânico de dirigir, pavor. Porque eu estava fazendo aula de auto-escola e a gente sofreu um acidente voltando de uma cidade perto e o carro rodou e... e a gente já sofreu três acidentes graves mas esta eu estava fazendo auto-escola aí depois daquilo eu traumatizei não podia passar por onde o carro estava que eu retomava. Eu acho que ele acha que eu sou péssima motorista (risos). Fica me chamando a atenção essas coisas, né? Ai eu prefiro que ele dirija sabe? Que eu sou mole... aí ele toma a frente e dirige (EMJ).

Para os homens entrevistados, as mulheres não entendem de carro e o máximo que sabem é opinar sobre a cor do carro:

Quando nós trocamos de carro há dois anos, eu falei que ia trocar, ela não se opôs. Aí eu fui lá, ela quis que a cor fosse prata, nós compramos prata (sorri...) (BHV).

Já para as mulheres, carro é uma coisa “inerente ao homem” e, por isso, “ele conhece tudo de carro”, ao contrário delas:

Agora, carro, geralmente ele escolhe lá e... Eu, carro, para mim, qualquer um que ligou a chave e pegou. Eu não tenho aquele negócio, ah que carro é aquele, ah, fulano está andando em tal carro. Nem sei marca de carro, só não pode me deixar na mão (BMV).

Ah, porque... acho que é coisa inerente mesmo de homem. Entende mais de carro, entende quando é necessário fazer a troca. Então, essa parte ele sabe (CMV).

No que diz respeito aos cuidados com os filhos, a situação parece não ter mudado muito tanto para os homens do grupo 1, quanto para os do grupo 2. A mulher continua sendo vista como a principal responsável por eles, como alguém que dedica mais tempo a eles e dela depende o sucesso dos filhos. Para BHV, inclusive, o sucesso na criação dos filhos é atribuído ao fato de a mulher não trabalhar fora, dedicando-se integralmente a eles:

Olha, eu acho que aqui em casa, a gente tem muita coisa que a gente acha que poderia ter se saído melhor até, mas acho que na parte da criação dos meninos a gente está se saindo muito bem até.. E acho que muito disso é a BMV não trabalhar fora e ficar sempre em casa cuidando [...] Tudo tem vantagem e desvantagem. Essa dedicação exclusiva dela tem um preço, ela sempre reclama. Eu acho que a gente construiu alguma coisa, é para nós. Acho que agora a gente vai ter uma aposentadoria digna. Eu acho que dentro desse aspecto, a gente vai poder ter uma aposentadoria (BHV).

Tanto na fala dos homens, quanto na das mulheres, a mulher continua a ser vista como aquela que, pela própria “natureza”, sabe melhor cuidar dos filhos. Além disso, para ambos, o trabalho do homem fora de casa justifica a sua falta de tempo para cuidar das crianças. Assim, a divisão de tarefas e responsabilidades em relação ao cuidado das crianças não é fruto de negociação, uma vez que isto é visto como algo “natural”:

Certamente foi a AMV que cuidou porque... eu trabalhava o dia todo, né? E a AMV nessa época já não tava trabalhando mais... ela parou porque..e..e... e ...logo que.. que.. nós decidimos que ia pegar a menina, né? Eu falei pra ela que... que ela não precisava mais trabalhar. Mas ela tinha um problema de coluna muito sério sabe? Até hoje ela tem porque ela mexia com enfermagem, né? Na época pegava muito peso aí...ela acabou aposentando mesmo, sabe? Aí, ela ficou em casa e tinha mais condições de olhar.... eu saía realmente cedo de casa e voltava tarde... então ela teve mais contato, sabe (AHV).

Não, fui eu porque ele trabalhava o dia inteiro e nem vinha em casa almoçar. Saía sete horas da manhã e chegava só sete da noite porque ele pegava às oito horas e parava às seis né? Ele tinha pouco tempo com ela, com todas as duas era eu que ia em reunião do colégio, era eu que ia buscar no colégio e levar porque ele não tinha tempo. Tinha dia que ele chegava....tinha que ficar lá depois do horário fazendo hora extra e chegava às vezes dez horas onze horas da noite em casa então ele não tinha tempo mesmo. Mas quando ele podia ele me ajudava finais de semana...(AMV).

Não, não falei “vai ficar para você”, é natural. É carinho de mãe. Acho que... É... Acho lindo você ver a forma como uma mulher



trata, uma mãe trata um filho. Eu acho sim (é diferente de ser pai). Eu penso que se eu pudesse voltar, eu queria voltar em forma de mulher para ter esse prazer de gerar nove meses, pra sentir quem carrega (apalpando a própria barriga). Ah não, com certeza (é diferente), eu penso que sim, eu penso que sim (DHJ).

Observamos que os casais do grupo 1 deram mais ênfase à escola, vista por eles como uma aliada na educação das crianças:

A decisão foi por a gente achar... pela época que nós olhamos... que o Colégio X era um dos melhores colégios que tinha, sabe? Então nós fomos lá...E era um colégio religioso também, tinha iniciação religiosa, isso era muito importante a gente ficava tranqüilo...porque pelo menos era alguém para ajudar nessa parte... então isso tudo pesou... e as minhas condições também dava para fazer isto, então...(AHV).

Embora a escola seja considerada de grande importância para a formação dos filhos e das filhas, cabe à mulher, para ambos os membros dos casais do grupo 1, a responsabilidade integral pela supervisão da vida escolar dos filhos. São elas, inclusive, que procuram a melhor escola para seus filhos, geralmente a partir da indicação de amigos e pela qualidade do ensino que a escola oferece:

Nós escolhemos porque a M. estudou primeiro no pré e depois na Escola Estadual (escola considerada de referência entre as públicas), depois ela foi para a Escola particular (melhor escola particular da cidade). Então quando ela foi para a Escola X, eu falei assim com ela que ela iria estudar lá não porque era o colégio mais caro de Juiz de Fora, mas que era pelo QI alto que ela tinha e que era para explorar a inteligência dela então eu deixei muito claro... bem claro sabe e... com ela sabe porque lá era cheio de filha de papaizinho, entendeu, e ela não é, então eu falei assim você só vai estudar não porque é o colégio mais caro que tem em Juiz de Fora é porque você tem um QI alto para explorar sua inteligência... o colégio é para explorar sua inteligência [...] Eu e o AHV. Eu nunca decidi sozinha as coisas sempre a gente conversava e resolvia isso porque a (referência a uma amiga que é professora) uma vez nós éramos muito assim ligados a eles, então ela falou comigo: "Não gasta dinheiro à toa com sua filha não...você...deixa para gastar na hora certa então quando ela (M.) saiu do Colégio X, na quarta série, ela foi para a Escola X e a F (filha mais nova do casal) estudou aqui no Jardim X que era o .... infantil depois

ela continuou porque no mesmo colégio era o Diretrizes também de 1 a 4ª série só que na 3ª ela foi sorteada no Colégio de Aplicação aí ela foi lá para esse colégio e ficou estudando lá [...] Foi eu que fui lá. O AHV Não podia ir eu que fui lá... mas ele sempre que vinha da empresa, ela estudava à tarde, ele vinha da empresa de carro, eu levava ela meio dia e quando ele vinha de tarde ele passava lá e trazia ela ficava esperando ele lá ir buscar porque ele saia 17:30 e ela também 17:30 aí ela esperava (AMV).

Ah é, as meninas sentem saudade até hoje das compras de material escolar. Eu sempre muito empolgada, encapo tudo com o maior prazer. Encapo até hoje o livro de todo mundo. Até hoje encapo os livros. Eu. Demais. A L não tinha tempo de fazer pesquisa, até hoje ela lembra que eu fazia a pesquisa, cortava umas coisas nas revistas para ela. Porque ela arrumava muita coisa para fazer e não dava conta, e pedia: mãe, pesquisa pra mim e eu pesquisava. Eu fazia, fazia muito, ajudei elas muito. Hoje em dia que eu não consigo ajudar, né. Porque... uma no mestrado outra no doutorado (BMV).

A mãe não é apenas vista como responsável pelo acompanhamento escolar dos filhos, como também pela intermediação da escola com a família, uma vez que é ela que participa das reuniões da escola:

Mas os meninos mesmo quem sempre acompanhou, escola e tudo foi sempre a BMV. E essa parte de escola, os meninos nossos eram muito eficientes nessa parte, então eles nunca deram trabalho. Mas foi a BMV que sempre cuidou. É, mas se tinha um acompanhamento era a BMV que fazia. Normalmente, ela levava de manhã e eles vinham. Teve uma época em que eu passei a trabalhar mais tarde, aí eu sempre levava os meninos para a Escola. Participava, (reuniões no colégio) se eu era convocado, às vezes eu ia, mas era sempre a BMV que ia. Não, porque normalmente as reuniões não eram à noite, às vezes coincidia como o meu horário. Então, era a BMV que ia sempre. (as reuniões) Era o horário que eu estava trabalhando (BHV).

Contudo, quando o pai tem mais conhecimento do que a mãe, é ele quem, geralmente, ajuda a criança nas tarefas escolares:

Eu ajudei mais a M (filha mais velha), por que a AMV só tinha o primário. Eu também, não quer dizer que eu tenho curso superior, eu não tenho curso superior, mas acho que tinha mais

vivência sabe? Eu trabalhava... Eu trabalhava na Empresa, mas como supervisor. Entrei direto no escritório... eu tinha cargo de quem tem curso superior. Só estudei até o segundo científico... tinha certo assunto que é lógico que eu não entendia... mas pelo que ela me falava... eu acabava resolvendo pra ela, sabe? ...sempre ajudei mais por isso (AHV).

Uma das mulheres do grupo 1 afirma que ela era responsável pelos cuidados dos filhos quando eles eram menores, porque o marido saía muito como os amigos, estava sempre ausente, algo que não é aceito no caso dos casais atuais:

É, era eu. Até porque quando os meninos eram menores o BHV era mais ausente do que agora. É, muito menos. ele saía muito sozinho. Ele se divertiu muito sozinho, eu que não. Ele já mesmo. Aí eu que ficava por conta. Ele saía, saía muito com a turma dele de amigos, saía direto. Hoje em dia os casais não aceitam isso (BMV).

De modo geral, embora as mulheres sejam vistas como que tem mais jeito para orientar, são, geralmente, os homens que orientam os filhos sobre assuntos como drogas, vida sexual e afetiva. Um dos homens do grupo 1, no entanto, afirmou não ter autoridade sobre os filhos e, às vezes, a contragosto, confere a autoridade à mulher, que tem mais jeito para conversar com os filhos, até porque elas são mulheres:

Porque eu acho que ela tem mais jeito para conversar com elas, né? É mulher... mas quando é de cuidado com os ambientes, isso eu falo, sabe? Essas outra partes de...de preocupação com namorado é a AMV que fala porque parece que eu não tenho muito jeito para isso, sabe? Aí eu deixo mais por conta dela porque eu não tive muita...ah sei lá, eu nunca tive filho homem. Mas aconselhar assim, cuidado na hora que sai da escola, "A gente fica preocupado se você chega às vezes meio atrasada, você fala que sua mãe é muito chata com isso, que ela fica ligando, te marcando. Mas não é. Porque ela preocupa porque você sabe, você já foi assaltada. Quando for para o ponto do ônibus sempre procurar um ponto de ônibus onde tem mais gente. Tem que procurar, tem que ter maldade você já foi roubada uma vez e o cara falou que estava com faca". Então eu aconselho isso aí. Agora, esse de arrumar namorado aí eu deixo para AMV porque... eu só quero ver o que ela vai arrumar, aí depois eu falo. (risos) (AHV).

Para os homens, o fato de a mulher ser mais flexível e liberal ajuda na relação dela com os filhos, e, com isso, ele acaba ficando sem autoridade perante os filhos:

Com relação aos meninos, por exemplo, o meu voto é voto vencido. A BMV deixa fazer tudo. Não, eu às vezes não quero, mas ela liberou, então está valendo a palavra dela. Em relação aos meninos quem decide na maioria das vezes é ela. Não tem como discordar, porque às vezes minha opinião é muito retrógrada. Eu sempre tento segurar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. E a BMV é mais liberal. Então... A BMV conversa mais, a BMV conversa mais. [...] É. Conversa mais, libera mais e tudo, entendeu? Eu prendo mais, sou voto vencido... Mas a BMV sempre libera mais. Não, porque se as meninas querem ir para tal lugar, ficar a noite inteira lá, eu acho que não deve ir às vezes. A BMV deixa ir. E eu acho que não vale a pena criar caso. Não, porque a coisa não é assim tão ruim igual eu tô pensando. Agora aqui em casa, por exemplo, a BMV liberou o quarto de cima para as meninas. Não adianta eu querer ser contra isso, é o que acontece nos outros lugares. Apesar de eu achar que não deve, mas... Até acho que a decisão é a mais equilibrada, mais dentro do momento. Porque não adianta às vezes a gente prender muito. [...] É. É. Não adianta ficar querendo mudar as coisas e não... As coisas seguem o curso normal mesmo. Independente da gente achar que...(BHV).

Entretanto, alguns homens do grupo 1 se acham mais flexíveis do que a mulher em relação aos filhos. No entanto, apesar de considerarem a mulher rígida, não querem se intrometer na decisão dela para não tirar a sua autoridade, mesmo quando gostariam que ela tomasse uma decisão diferente:

Olha, esse negócio de decisão é difícil. Aqui em casa, por exemplo só tem a F. solteira, né?! Então isso é um problema porque ela esta com 21 anos de idade, vai fazer 22, e ela às vezes tem umas certas coisas que ela quer fazer, sabe? E a AMV é muito preocupada, ela chega tarde da escola, de faculdade, se atrasa uns 10 minutos a AMV tá ligando, e às vezes ela não atende o telefone porque sabe que é a AMV ligando. Então às vezes eu falo: “Deixa a menina, ela já não é mais criança, o que nós podíamos colocar na cabeça dela o que não deve fazer ela sabe”. Agora, nessa idade não adianta, a gente se preocupa assim... se tiver que aconselhar a gente aconselha, agora você ficar ligando, se ficar preocupado.... a menina agora está querendo ir, por exemplo, em Diamantina passar o carnaval lá, a AMV está quase arrancando os cabelos

da cabeça e ela perguntou o que eu acho. Eu falei assim: “Eu acho que... ela está trabalhando, tem o dinheiro dela, está querendo ir, eu acho que deve”. Ela falou assim: “Mas eu fico preocupada, que não sei o que...”. Eu falei assim: “Ah, então fica nesse impasse.”. Aí ela fala assim: “Então eu vou deixar por sua conta, para você resolver”. “Não, por minha conta você não vai deixar não. Você sabe que por mim eu deixaria, então, se deixar por minha conta você sabe que eu vou deixar”. Aí ela fica naquele impasse assim sem....(AHV).

Já para alguns homens do grupo 1, a orientação que eles dão aos filhos mantém a sua autoridade sobre eles. Segundo eles, conversar muito é “coisa da mulher”, que fala muito mas não tem autoridade, enquanto que os homens são mais objetivos, práticos e diretos e, assim, os filhos “não se fazem de bobos” com eles :

Olha, eu converso, entendeu, até, assim, médio. Ela conversa mais, hoje em dia, com eles. Quando eu chego, eu falo, explico, é assim, assim e assim. Mais objetivo, não fico falando muito não. Eu já falo, vai fazer isso, vai fazer isso, assim, assim e assim. Então é isso, isso e isso. Só vem reclamar mais tarde. Tem que ser prático mesmo. Então eu converso com eles, explico direitinho, a disciplina, a ordem. Ela fala, fala, fala. Conversa mais. Fala muito. Fala muito. (risos) Ah, ela sempre fala aí... Eu falo assim “Olha, gente, vocês estão aí, a filha dos outros não é cachorro. Se arrumou filho, vocês vão arrumar trabalho de servente de pedreiro para lá e vai parar de estudar”. Conversa mais, não sei o que, explica, explica, explica. Eles fazem de bobo, né? Fazem de bobo com mãe. Com pai, eles não fazem de bobo, não. Comigo é assim, eles sabem muito bem, cada um paga o seu pecado (CHV).

Já as mulheres se referem aos homens como “muito duros”, como alguém que não “sabe falar” e, quando participa de uma discussão, geralmente gera conflito. Assim, elas se colocam entre o pai e os filhos para evitar esse conflito. Elas se dizem mais abertas, mais flexíveis e mais próximas dos filhos:

Sou eu. O BHV conversa menos. E ele é bravo: é sim, sim, não, não. Acabou. Eu, eu tenho muito jogo de cintura. Eu convenço, diz a L (filha mais nova) que eu sou uma artista, eu convenço a pessoa a fazer o que eu quero, e a pessoa não fica com raiva de mim (risos). O BHV não, ele é bravo. Aí complica. Ah, converso e eu converso muito aberto, é tudo mesmo. É tudo. E, se brigam entre eles, também eu converso. E não

deixo para depois não, e eu falo a verdade mesmo, doa a quem doer, eu falo a verdade. Igual agora, vamos fazer os 60 anos do BHV escondido. As meninas acham que o P (filho mais velho) ganha muito bem, mas ele é muito pão duro. Então nós pegamos eu, R e L e já pagamos a festa. E as meninas: mãe, você vai falar com o P? Eu disse: eu vou, vou falar com o P que nós já pagamos a festa e que ele está convidado. Aí eu acho que ele nem entendeu, mas nós já estamos fazendo a festa, tudo sozinhas. Mas eu já falei com ele e a próxima vez que ele chegar aqui eu vou falar com ele mesmo: “olha meu filho, não precisa dar nada, mas as meninas estão achando você muito pão duro e não é assim”. Eu vou falar, vai doer, vai magoar, mas eu vou falar (BMV).

Embora uma das mulheres do grupo 1 tenha relatado que ela e o marido sempre orientaram os filhos juntos, ela deixa transparecer em seu discurso que, como ele não tem muita habilidade para orientar os filhos no que diz respeito às questões sexuais, ela assume essa função, até porque discorda do jeito “escrachado” dele falar, um “jeito de homem”, segundo ela:

Não, não. Não, assim, nós sempre orientamos. Juntos. Então se tava com algum problema, nós conversávamos, ah, está acontecendo isso assim e assim. Então, nós dois conversávamos com os meninos. Sentávamos e conversávamos. Sabe? Agora, o único assunto que eu orientava mais, que eu falava para ele falar e ele não falava muito. Mas às vezes quando ele falava, falava do jeito dele, sabe, de homem, né? A questão assim de usar camisinha, esse tipo de orientações. Então eu principalmente que dava mais. É, eu que orientava, eu que comprava... Porque quando ele falava, ele era muito escrachado. Não era assim, sabe, igual eu que ficava “toma cuidado, tenha cuidado com essas meninas, né? Não vai confiar, porque às vezes acha que a menina é bonitinha e coisa e tal, mas você tem que usar camisinha”, essas coisas. Eu que falava. Agora ele falava de outro jeito, sabe. Ah, (risos). Jeito de homem. Não, não era eficiente. Era muito escrachado (CMV).

Outra mulher do grupo 1 deixa transparecer em seu discurso que toma suas próprias decisões, de acordo com aquilo que percebe que será melhor para os filhos, procurando sempre evitar conflitos entre o pai e os filhos:

Eu, eu tenho muito jogo de cintura. Eu convenço, diz a L que eu sou uma artista, eu convenço a pessoa a fazer o que eu quero, e a pessoa não fica com raiva de mim (risos). O BHV não, ele é bravo. Aí complica (BMV)

Além disso, ela afirma que, para que os filhos possam ser bem vistos por aqueles com os quais convivem, como parentes e o grupo social do qual fazem parte, estabelece regras rígidas a serem seguidas pelos filhos quando visitam ou recebem a visita de parentes e amigos que têm visões mais tradicionais:

Não, não. Por exemplo, a coisa funciona assim: quando vem algum parente igual minha mãe, eu falo com elas: “você não trazem os namorados, porque minha mãe não está preparada e eu não quero aborrecer a minha mãe”. E eles viajam comigo também, viajam comigo lá para a minha terra. Eu falo: lá na minha mãe é assim que tem que fazer, dormem as meninas em um quarto, e os meninos no outro. Elas dizem “mãe, mas isso é hipocrisia”. “Não, isso é respeito”. Para que eu vou ficar judiando do meu pai e da minha mãe dentro da casa deles? Para que? Aí quando vem algum parente aqui e tudo, aí elas sabem, não pode trazer namorado não. Mas todo mundo sabe, só que não faz. Não sei se isso é hipocrisia, não sei se não é, mas eu acho que para mim está bem assim (BMV).

Do mesmo modo, também em sua casa, ela é muito decisiva, estabelecendo regras que têm que ser seguidas pelas filhas, mesmo quando distante de parentes e amigos. Algumas dessas regras mais “modernas” por ela estabelecidas, no entanto, causam nela um certo desconforto:

De coração? Tem hora que eu fico um pouco depressiva de ficar vendo as meninas com os namorados, dormindo tudo aqui em casa. [...] Eu penso assim, sempre pensei assim nessa questão de dormir, se minhas meninas tiverem que dormir com o namorado, elas vão dormir na minha casa. Também não podem dormir na casa do namorado não, porque eu não deixo. Tem isso também. Eu não deixo. Mas não deixo mesmo, em hipótese alguma. Tem que dormir na minha casa. Por exemplo, a sogra da filha mais velha é difícilíssima. Nossa Senhora, acho que nem depois de casada ela vai poder dormir lá com o marido. A sogra da filha mais nova é um amor, mas eu também não deixo não. Regra é regra, eu não deixo não. Quando eu

viajo, o namorado vem dormir aqui sozinho com ela, às vezes, quando ela não quer ir. Eu deixo. Mas não pode dormir lá não (BMV).

É interessante observar que para os membros dos casais do grupo 2, embora a mulher trabalhe fora o mesmo tempo que o homem, ela é a principal responsável por acompanhar os estudos e cuidar dos filhos, ainda que algumas delas tenham afirmado receber, às vezes, ajuda dos maridos:

Ele às vezes ajuda também, mas mais, mais mesmo sou eu. De manhã eu acompanho a A. L., e à noite vejo tudo que o T fez à tarde lá, o que faltou ainda fazer, fico brava. Mas sou eu mesma. Vez ou outra é ele (DMJ).

Ah, isso aí é mais por minha conta, sabe? Na escola fui eu mais que acompanhei. Ele nunca tomou muito conhecimento, não. Sabe o que que rola mas... da primeira à quarta série, todo dia eu fazia exercício para ele, a hora de estudo muitas vezes eu chegava tarde, mas eu não deixava de fazer (ênfase). Eu pegava fazia para ele fazer no outro dia de manhã. Quando chegava na hora do almoço lá na minha mãe (porque a gente almoça lá) eu chegava, corrigia então eu sempre tive essa paciência, ele nunca teve não (DMJ).

No discurso das mulheres e homens do grupo 2 aparecem várias justificativas para que a responsabilidade pelo cuidado com as crianças recaia sobre a mulher, como o fato de que a mãe tem um “jeito” especial de lidar com os filhos:

Não que eu vá me abster. Mas com certeza é ela. É carinho de mãe, carinho de mulher (DHJ).

Algumas mulheres do grupo 2 deixam transparecer que, embora o homem colabore, na medida do possível, nos cuidados com as crianças, eles acabam preenchendo o tempo com outras atividades, não sobrando, assim, muito tempo para os filhos:

Dividia, na medida do possível. Tem umas coisinhas que ele não se adaptou a fazer, é o jeito dele. Assim, não é muito de trocar fralda, muito de dar banho assim não. Mas muito, muito amigo, fazia dormir, contava historinha. Bem junto, mas assim uma coisinha ou outra, não deu, ele não fez não. A gente vê às



vezes o que o homem vai enfrentando como a mulher. Não, assim, tanto assim, não. Mas com certeza ficava perto. Aí logo foi fazer também uma pós-graduação na quinta e sexta, e preencheu quinta e sexta, porque ele ficava à toa, quinta e sexta. Preencheu quinta e sexta (DMJ).

De forma semelhante ao que ocorre com as mulheres do grupo 1, pode-se observar na fala das mulheres do grupo 2 que elas assumem praticamente sozinhas o acompanhamento das tarefas escolares das crianças porque os companheiros, apesar de ajudarem em algumas coisas, não se envolvem muito nesta questão:

Ele leva, o filho mais velho leva, leva depois a filha na hora do almoço. Nas reuniões da escola eu tenho ido mais, mas ele já foi também. Não, sempre ele fala, ah vai você mesmo. Não sei se é por causa desse mestrado, não sei, tá com a cabeça demais pra outra coisa. Não sei, eu sempre tenho ido (DMJ).

Ah, isso aí é mais por minha conta, sabe? Na escola fui eu mais que acompanhei. Ele nunca tomou muito conhecimento, não. Sabe o que que rola mas... da primeira à quarta série, todo dia eu fazia exercício para ele, a hora de estudo muitas vezes eu chegava tarde, mas eu não deixava de fazer (ênfase). Eu pegava fazia para ela fazer no outro dia de manhã. Quando chegava na hora do almoço lá na minha mãe (porque a gente almoça lá.) eu chegava, corrigia então eu sempre tive essa paciência, ele nunca teve não (EMJ)

Tanto os homens quanto as mulheres do grupo 2, como os do grupo 1, também justificam o maior tempo dedicado pelas mulheres aos cuidados com as crianças em decorrência da maior proximidade entre a mãe e o filho. Além disso, as mulheres afirmaram ficar mais com os filhos, conversar mais com eles, estar mais ligadas no que eles fazem, como se pode observar na fala de EMJ abaixo:

É, a gente faz muito junto mas faz muito também assim, porque eu fico mais com ele. Converso muito e cobro também mais, na parte de estudos eu cobro mais nas matérias, no relacionamento com os colegas eu me intrometo mais, eu converso, procuro saber agora com esse negócio de menina, né? Essa confusão de menina, essa agarrção de menina, eu sempre que procuro conversar (EMJ).

Os membros dos casais do grupo 2 apontaram para o fato de que há assuntos que cabe ao pai tratar com os filhos homens, geralmente assuntos mais sérios, como drogas e sexo, ou temas do interesse masculino, como é o caso do futebol ou dos esportes, de modo geral:

Quando ele começou a brincar, o EHJ tinha muito mais paciência do que eu, porque... não sei porque é menino eu, eu, eu não sabia muito brincar de carrinho, de videogame, começou videogame o EMJ sempre empolgado com esses negócios, eles ficaram mais próximos. Mas é assim, mãe é mãe na hora de qualquer coisa era mãe, mas na hora das brincadeiras era mais ele, eles até brincavam muito. O EHJ conversa muito também, mas assim ele pega para conversar essas conversas mais pesadas assim.. aparece na televisão alguma coisa de drogas aí chama para ver, conversa e mostra Quando tem que chamar para uma coisa assim, mais séria ele chama, conversa. Orientação sexual também ele que chegou e conversou primeiro que eu, eu fingi que já estava sabendo (risos) (EMJ).

Mas quando é coisa mais de menino, de esporte, futebol aí já é comigo. Mas no dia a dia, assim, é mais ela que acompanha (EHJ).

Embora as mulheres do grupo 2 afirmem que é tudo dividido em casa, elas ainda deixam transparecer que cabe a elas a maior parte das tarefas ligadas aos cuidados com as crianças, e a participação do marido continua a ser tratada como uma ajuda:

Dividia, eu ficava boba de ver a paciência que ele tinha de madrugada. Acordava e dava mamadeira e queria ajudar e eu só falava assim busca isso, busca a fralda (risos) e ele ia. Só sei que ele me ajudou demais, um paizão mesmo, sabe?! (EMJ).

Aí eu ficava o dia inteiro por conta dele. O FHJ trabalhava,né, durante o dia. Aí à noite a gente sempre brincou muito com ele, sabe? Então brincava muito, brincava com ele. Se tivesse que trocar fralda, essas coisas, ele fazia. Ele também ia quando tinha troca de gesso, ele ia na médica junto, um paizão. Acompanhando, sempre dentro do tempo dele, né? Que ele tinha que trabalhar o dia inteiro, mas ele sempre ajudou (FMJ).

Assim, quando os filhos demandam algum cuidado especial é a mulher que deixa o trabalho para cuidar da criança:

O T nasceu com um problema genético, [...] ele nasceu com o pé torto. Então ele demandou muito da gente, então toda semana tinha que levar ele, trocar gesso. Então, como ele nasceu com esse problema, eu não trabalhei durante um ano. Aí um ano eu fiquei por conta dele. Aí depois ele foi crescendo, aí já deu para por ele na creche, porque aí não ficou mais essa troca de gesso, essas coisas. E o banhozinho dele também era... tinha que por saquinho, um monte de coisa. Aí eu... quando ele fez um ano e três meses a gente colocou ele na creche e eu comecei a trabalhar (FMJ).

Para os homens do grupo 2, é natural que a mulher cuide mais das crianças, tendo em vista que eles trabalham fora de casa e a própria educação recebida por homens e mulheres acabou levando à idéia de que é normal que seja assim:

A DMJ, a DMJ. É, pelo fato de eu ter ficado fora durante quase nove anos, ficado fora, no primeiro momento ficou mais a cargo dela. Porque assim, eu só chegava no final de semana, na quinta, sexta, e quando vinha, eu já ia direto pra universidade, direto para o estudo.

Eu fico mais assim, por trás, vendo, olhando. Porque eu acho que é, é... forma de eu ser, talvez a forma de eu ser criado, é... (DHJ).

Tanto os homens quanto as mulheres do grupo 2, assim, acabam justificando o comportamento mais distante dos filhos por parte do homem pelo “modo de ser” de cada um e pela educação que os homens receberam:

É, é. Eu acho que aprendi, e acho que talvez seja um modelo em que eu acredito nele, porque fomos três filhos e, graças a Deus, três filhos bem criados, dentro do princípio de honestidade, do que é correto, do que é justo. Então, eu acho que deu certo porque a gente virou gente. A gente costuma brincar, eu, meu irmão e meu outro irmão: “nós viramos gente, nessa forma de educação do pai de ser ríspido, de ser rígido”. A mãe sempre ali, mais perto o tempo inteiro, mas não hora que precisava tomar uma decisão, o Seu C., no caso o meu pai, falava mais alto. Ele não se omitia, estava presente em

todas as situações, escutando, mas na hora de tomar uma decisão ele que tomava, minha mãe também aceitava. Aqui em casa, a DMJ às vezes aceita, nem sempre, é muita conversa [...] Acho que pelo fato de ela ficar mais presente com os filhos, vivendo a situação mais dia a dia. E eu acho que ela é mais maleável, eu sou muito calado, entendeu? Sou muito quieto, de ficar centrado, não sou de falar muito, então eu deixo, às vezes eu deixo, mas quando é preciso a gente aparece. Mas é mais ela sim, eu acho que até pela forma de eu ser, mais calado, mais quieto, não gosto de muito ficar perto de muita gente, mais no cantinho, mais quietinho, eu acho que é pelo jeito de eu ser (DHJ).

Eu acho que é uma questão de família dele, sabe? O pai dele era assim. Então, eu já pus em mim que é uma coisa, assim, familiar, da cultura familiar dele, né? Ser dessa forma (FMJ).

As mulheres do grupo 2 apresenta afirmaram que têm exigido uma maior participação do marido nos cuidados com as crianças:

Agora ele está fazendo mestrado, aí nisso ele fez a pós-graduação e eu falei com ele, está muito difícil eu ficar com as crianças, a D já ia para quase dois anos, muito difícil eu com duas crianças e pareço uma mãe solteira. Leva pra médico, cuido disso, cuido daquilo leva pra futebol, já o T, né? Tá começando assim a solicitar orientações do pai... (DMJ).

Quando a EMJ me aperta eu vou (reuniões na escola) (EHJ).

Já no discurso dos homens do grupo 2 aparece uma grande preocupação deles com a autoridade do pai sobre os filhos e, a esse respeito, eles procuram se pautar no exemplo de seus pais:

Não, não. Eu fico em cima. Eu sei de tudo. Comprar uma coisinha ou outra, dever, fica mais para ela. Mas aqui que ele tem mais... que ele é mais... (pausa) que ele tem mais.... a última palavra assim ele sabe que eu... o mais bravo aqui sou eu (EHJ).

Sou muito quieto, de ficar centrado, não sou de falar muito, então eu deixo, às vezes eu deixo, mas quando é preciso a gente aparece. Vindo de cidade muito pequena, onde a criação

ainda era bem rígida, é bem rígida, o pai sempre fala por último e a família obedece (DHJ).

Alguns homens estranham as mudanças ocorridas com as mulheres, que agora têm investido muito em um trabalho ou carreira profissional, e chegam a ameaçar, dizendo que se elas continuarem investindo muito no seu projeto pessoal, elas podem perder filho e marido, como afirmou FHJ.

Embora se possa observar que as decisões hoje parecem ser mais conversadas pelos membros do casal, o que pode, inclusive, gerar conflitos entre eles, as mulheres parecem continuar a adotar, no seu cotidiano, posições machistas, de que é o homem quem decide tudo, de que ela necessita de apoio e não saberia impor sua opinião e “peitar” uma decisão:

Não sei... já me falaram uma coisa que talvez seja até mesmo uma psicóloga que me falou isso. Que eu sou muito apoiada, sabe? Ele nem é muito, ele é uma pessoa tranqüila e tal, e nem é tão machista assim, mas eu sou machista. Acho que eu tive uma criação assim, então eu acho que o homem que tem que tomar decisão mesmo e ele que me direciona e me comanda. Isso, eu acho que eu sou muito apoiada. Acho que se não... não.... uma vez uma psicóloga me falou o seguinte: “Seu pai morreu e você ficou sem aquela figura masculina então você sempre está querendo apoiar em alguém”. Então assim foi...será que é isso? Eu não sei, eu sei que eu sou meio apoiada, acho que sozinha eu não me direcionaria. Às vezes até ía, mas eu sou muito apoiada. Ele sempre pede opinião primeiro, pergunta: “O que você acha que eu devo fazer?”, mas no final das contas ele que decide muitas coisas, entendeu? Gosto assim. Eu acho que eu não saberia tomar decisão nenhuma assim, sozinha e peitar para poder ter minha opinião (EMJ).

Contudo, de modo geral, pode-se perceber nas falas que as mulheres do grupo 2 buscam um maior envolvimento do homem nas responsabilidades pelos cuidados da casa e dos filhos, deixando transparecer sua insatisfação com a divisão de tarefas atual, tentando, inclusive, orientar os filhos nesta direção:

Não, os dois ajudam. Inventam, por exemplo, vão fazer um doce, um brigadeiro. Tão junto lá, eu fico falando, ele fica mexendo. Eu tenho falado isso muito com eles isso, que a mãe

não dá conta sozinha, que a mãe não é escrava, que mãe não é empregada, que a mãe precisa de ajuda, quando tirar a roupa, juntar (DMJ).

Como aponta a literatura por nós consultada (Costa, 1983; Giddens, 1993; 1997; 2002; Jablonsky, 1998; 2003; Rocha-Coutinho, 1994; 2003a; 2003b; 2005; 2006; Singly, 2007; Vainfas, 1992; Vaitsman, 1994), a responsabilidade pelos cuidados com a casa ainda é atribuída pelos casais, inclusive pelas próprias mulheres, à mulher. Os homens, segundo as mulheres por nós entrevistadas, não possuem habilidades para o desempenho destas tarefas. Embora se verifique mudanças do grupo 1 para o grupo 2, mesmo nesse grupo mais jovem, ainda se vê a participação do homem nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos como uma ajuda à mulher. Assim, a empregada ou diarista acaba exercendo a função de dividir com a mulher as tarefas que não são assumidas pelo homem. Parece, deste modo, que os resultados aqui encontrados apontam para a permanência da divisão de tarefas segundo o sexo, como assinalado por Singly (2007), Jablonsky (2003) e Rocha-Coutinho (2003a; 2003b, 2006), entre outros autores. As mulheres por nós entrevistadas parecem não ter conseguido ainda se libertar de sua responsabilidade pela casa e os filhos, embora tenham saído de casa e assumido uma atividade assalariada, como é o caso das mulheres que fazem parte do grupo 2. Assim, para dar conta de sua dupla jornada de trabalho, elas precisam contar ainda mais com a ajuda de empregadas, mães, sogras e, às vezes, até do próprio companheiro. Mesmo quando ele está disponível. Mesmo quando esta mulher tem um bom emprego e salário, isto, por si só, não parece ser suficiente para que ela adquira a sua liberdade.

Em relação ao processo de tomada de decisão, as mulheres e os homens do grupo 1 consideram que isto é um processo “natural”, que se estabeleceu na “vivência do dia a dia”, e que decorre do fato de a mulher, ou o homem, ter “mais jeito” para isso ou para aquilo, ou, ainda, por ser “coisa de mulher” ou “coisa de homem”, algo que, a nosso ver, demonstra não haver uma tomada de decisão mais individualizada, ou seja, os membros dos casais apenas seguem o modelo tradicional de divisão de tarefas e responsabilidades de acordo com o sexo, como lhes foi passado quando crianças e jovens.

No caso das mulheres do grupo 2, podemos perceber uma diferença em relação às do grupo 1, na medida em que essas mulheres mais jovens falam abertamente do “tormento”, da “chatices” que é a dedicação às tarefas domésticas e elas já são capazes de dizer aos maridos e filhos que não são obrigadas a realizá-las sozinhas, embora ainda Parece que elas, como aponta Singly (2007), adquiriram, através do seu trabalho assalariado, uma maior confiança em si próprias e, por isso, podem manifestar e falar de forma mais autêntica sobre a sua insatisfação ou, mesmo assumir uma posição mais aberta em relação às suas habilidades.

O cuidado com as crianças, para os membros dos casais do grupo 1, é assumido pela mulher, que, por vezes, deixou seu emprego com a chegada do primeiro filho para se dedicar exclusivamente aos filhos, e o marido, como trabalha fora de casa o dia inteiro, ajuda nesses cuidados esporadicamente, como, por exemplo, nas tarefas escolares dos filhos quando a mulher não tem instrução para isso. Uma mulher do grupo 1, contudo, continuou exercendo uma atividade assalariada após o nascimento dos filhos, contando para isso com a ajuda da sogra e do marido para cuidar dos filhos. Ela fala, contudo, da culpa que sente por ter que deixar os filhos e dos desentendimentos com a sogra por ciúmes das duas em relação às crianças, como se uma tomasse o lugar da outra. Parece, assim, que os discursos de homens e mulheres do grupo 1 confirmam os resultados encontrados por pesquisadores como Rocha-Coutinho (1994; 2003; 2006, 2009) e Wagner (2005) de que ainda vigora a idéia de que “mãe é mãe, e de que só ela sabe cuidar dos filhos”. Esse pensamento é freqüente também no discurso de homens e mulheres do grupo 2, em que elas também dedicam mais tempo no acompanhamento dos filhos do que seus companheiros. Mesmo trabalhando fora e cuidando da casa, são elas que buscam e levam os filhos na escola, acompanham as tarefas escolares e freqüentam as reuniões na escola. Seus maridos fazem isso apenas quando “sobra” tempo. Observamos, no entanto, que as mulheres mais jovens e assalariadas do grupo 2 exigem a participação do companheiro de forma mais direta e com mais autoridade. Percebemos também que há uma divisão mais clara entre os membros do casal dos temas que devem ser tratados pelo pai com os filhos, fazendo com que a mulher saia do antigo papel de intermediária dessa relação.

Em relação ao provimento financeiro da família, observamos nos discursos de homens e mulheres do grupo 1 que o controle financeiro, quando as mulheres não exercem uma atividade assalariada, cabe exclusivamente ao homem. Parece,

assim, que, como aponta Singly (2007), as mulheres que não recebem um salário se situam em uma posição de dependência dos ganhos do marido e administram apenas aquilo que os maridos repassam a elas para o sustento da família. Nos casais do grupo 1, deste modo, embora tanto o homem quanto a mulher afirmem que tomam as decisões sobre as questões financeiras em conjunto, ambos deixam transparecer que é o homem que tem a preponderância sobre as decisões, e a mulher apenas presta contas a ele do que emprega nas despesas com o supermercado ou com os gastos pessoais. Apenas uma mulher, do grupo 1, que é assalariada, afirma ter maior autonomia para dispor de seu salário como melhor lhe convém, conversar com o marido de forma mais igualitária sobre a administração de seus rendimentos e assumir com ele as contas a serem pagas, confirmando os resultados das pesquisas realizadas por Singly (2007) sobre a maior segurança da mulher assalariada, no que diz respeito a suas posições frente ao companheiro.

Já no grupo 2, todas as mulheres exercem atividades assalariadas e os membros desses casais relatam que a administração financeira é um problema ainda não resolvido entre eles. Para diminuir o conflito, cada casal buscou uma alternativa distinta. Um dos casais dividiu as responsabilidades financeiras, cabendo à mulher todas as despesas relativas à casa e aos gastos com os filhos e ao homem aquelas ligadas ao pagamento da reforma da casa, de prestações da casa e do carro. Contudo, no caso de outro casal desse grupo, que exerce a mesma profissão e ganha o mesmo salário, a mulher revelou não saber o seu próprio salário, já que deposita tudo o que ganha na conta do marido e ele administra toda a despesa da família, inclusive os gastos pessoais dela. Ambos argumentam que isto se dá desta forma porque ele sabe controlar melhor o dinheiro e, assim, ela se exime da culpa de empregá-lo de forma inadequada. Como apontam as pesquisas de Rocha-Coutinho (2003; 2006) e outros, o marido aqui aparece como o único provedor, uma vez que a mulher, ao abrir mão de seu salário, torna-o invisível, mantendo o status do marido como “chefe do casal”. Já o casal mais jovem do grupo 2 é o que relata ter mais conflito na administração financeira da família. No caso deles, ao contrário, foi a mulher que assumiu o controle da administração financeira do casal, fazendo anotações dos ganhos de cada um e registrando os pagamentos e compras a serem feitas ou a fazer. O marido se negou a falar sobre o planejamento financeiro realizado pela mulher, fazendo apenas referência à “ajuda” que a mulher dá a ele assumindo as despesas da casa quando necessário. Sua esposa, contudo, relata



que o fato de ter assumido o controle financeiro da família é motivo de “muitas crises” entre os dois. Aqui observamos que o entrelaçamento de valores antigos – homem provedor – , e valores mais novos – mulher como administradora dos proventos da família –, contribuiu para gerar conflitos entre o casal, exigindo de ambos uma mudança nos papéis tradicionais fixos estabelecidos no casamento (Figueira, 1981; Rocha- Coutinho, 2003;2006;2009).

Vale destacar a ênfase dada pelos membros dos casais dos dois grupos à responsabilidade do homem pelos cuidados do carro de uso da família. Os homens dos dois grupos se referem às mulheres como inexperientes e lentas como motoristas e, por isso, assumem sempre a direção quando o casal está junto. Por sua vez, as mulheres de todos os casais entrevistados destacaram o gosto e o cuidado dos homens com o carro, sendo que uma delas chegou a afirmar que isto é algo “inerente ao homem”. Assim, quando as mulheres estão com o companheiro, entregam a ele a direção do carro, porque acreditam que dirigir melhor do que elas e afirmam ficar “nervosas, com bloqueio” diante da crítica dos homens ao seu desempenho ao volante.

Por fim, corroborando as pesquisas apresentadas por Singly (2007), ambos os membros dos casais por nós entrevistados dos dois grupos também se referiram ao fato de que as decisões menores, quase sempre referentes aos gastos diários, são tomadas pelas mulheres, enquanto que, no caso das decisões maiores, os dois conversam e decidem juntos.

### **3.3.3 Utilização do tempo livre e relação com os familiares**

Os casais com mais tempo de união relatam que com os filhos crescidos têm mais tempo livre e disponibilidade financeira porque antes investiam tudo no futuro deles:

Agora é que tem mais folga. Porque cada um cuida sozinho pra lá. A gente fica só nós dois. Antes nós dedicávamos só aos filhos. Agora é só nós dois. BHV diz que filho é investimento a fundo perdido. Ele fala isso com todo mundo, filho, pode ter, mas é investimento a fundo perdido (risos) (BMV).

Os membros dos casais do grupo 1 relatam que praticam sempre juntos atividades de lazer, como esportes, aulas de dança, cinema, viagens, entre outras coisas:

A gente faz caminhada todo dia de manhã juntos. Aqui mesmo, no bairro. Andamos uns 5 km todo dia (AHV).

Faço esportes, natação. Ele também fazia muito, estava fazendo corrida. Estava correndo 10 quilômetros antes de colocar o stend, acredita? (BMV).

Olha, atualmente, a gente no tempo de lazer tem feito aula de dança. Aula de dança, a gente sai, aí a gente sai, toma uma cerveja, passeia, e... cinema a gente não vai não. Às vezes quando tem um teatro, a gente vai no teatro (CHV).

O uso do tempo livre quase sempre é sugerido pela mulher e os homens aderem ao que é proposto por elas:

Não. Não é decisão, ela falou que precisa fazer por causa da idade então eu resolvi ir junto. Não teve ninguém que decidiu não (AHV).

Ela tinha mais (vontade de fazer aula de dança). Então, eu: "vamos lá fazer". É, eu concordei, vamos lá. Eu gosto, gosto. É ótimo (CHV).

As mulheres do grupo 1 relatam não conseguir usar o seu tempo livre de forma mais individualizada porque foram criadas para sempre estar junto com o companheiro. Sair sozinhas, sem o companheiro, para essas mulheres é uma atitude contrária a seus "princípios" e elas deixam transparecer em seus discursos certa dificuldade e preconceito em sair sem eles:

Não, sempre juntos, só quando eu estava noiva, eu viajei com a irmã dele para casa da minha tia, fui com ela sabe? Mas já estava noiva dele, mas nunca mais...(AMV).

Agora hoje em dia eu saio com a minha turma, essa semana mesmo quinta feira eu saí para comemorar o aniversário de uma amiga. Só que meia noite eu vim embora correndo para casa, porque não combina comigo isso não. Porque tem anos que eu não saio sozinha. Nós fomos para aquele lugar lá que

só dança casal, aí as mulheres ficam lá, expostas lá, esperando os homens. Ah não. Eu até gosto (de sair sozinha), mas depende do ambiente. Aquele ambiente lá é um ambiente de paquera, sei lá como fala isso, de namoro, sei lá, de conquista. Eu fiquei lá de cabeça baixa, porque tinha um homem me encarando, ele ia me tirar para dançar, eu não ia dançar. Acredito eu se o homem tivesse me tirado para dançar eu falaria: olha, moço, eu não estou aqui para dançar, vim aqui só comemorar o aniversário da minha amiga, meu marido só não veio porque está doente. (sobre quem decide isso) Eu mesma, a minha cabeça. Eu não fui criada para caçar homem. Eu fui criada para ter um marido, um namorado e pronto (BMV).

Os homens do grupo 1 dizem gostar de viajar com as esposas nos finais de semana, ainda que certas atividades, como caminhadas, eles preferiam fazer sozinhos:

Sempre. Sempre gosto muito de sair sexta-feira, sair eu e ela e voltar só domingo de noite (AHV).

Ah, sempre viajamos. Sempre viajamos, assim, para a praia, essas coisas todas, viajamos muito para colônia de férias [...] Não, as coisas que eu gosto mesmo de fazer é assim, gosto muito de fazer minha caminhada, de correr, entendeu? É, faço sozinho. Eu gosto de fazer churrasco, entendeu. Gosto de ficar em casa também, gosto de ficar sossegado (CHV).

As mulheres do grupo 1 revelam que sempre fazem um planejamento com os maridos para viajar:

Nós decidimos. Por exemplo, o CHV não tem férias. É autônomo, então, um período que tá... Por exemplo, a gente resolve “vamos no J (filho mais velho que mora em outra cidade)”, igual nós vamos agora no carnaval. Então nós decidimos, “vamos nos J?” “Vamos, vamos no J”. Ele está morando em outra cidade. Então ele vai se esquematizando e nós podemos sair. Então nós pedimos assim. Teve uma época em que nós viajávamos muito, sabe, de excursão. Então, via lá uma programação, “ah, vamos lá?”, “então vamos, vamos”. Então nós dois discutíamos: “ah, vamos viajar sim”, sabe. Então ele tira aquele período. Quando as crianças eram menores, nós combinávamos também. “Vamos viajar?”, “Vamos, vamos pra onde?”, “Ah, vamos pra Piúma, vamos para não sei aonde”. Então combinava (CMV).

Já os membros dos casais do grupo 2 ainda estão muito envolvidos com os cuidados com as crianças e com o trabalho e raramente fazem uso do tempo livre sem os filhos. Na maioria das vezes, inclusive, acabam ficando em casa, porque estão investindo na compra de bens e, quando saem, escolhem atividades das quais as crianças possam participar. Eles afirmaram, ainda, que, em geral, chegam a um acordo, mas, por vezes, brigam antes de chegar a um consenso e, eventualmente, as crianças participam da decisão:

É, muito natural... Não tem assim o que ele decide ou eu decido. A gente conversa tranqüilo assim, mas a gente não tem viajado, porque a gente comprou carro, está apertado. Então estamos numa fase sem viajar. Ele tinha falado que a gente ia em janeiro na praia, mas já não deu. Ou um ou outro cede. (no que diz respeito ao que fazer no tempo livre) Ou às vezes até chega a brigar, alguma coisa assim, mas não tem muito isso não, a gente não tem muito programa, muita coisa assim não. A gente é mais caseiro mesmo. As crianças sempre, estão sempre com a gente, a gente é muito junto (DMJ).

Programamos juntos, entendeu. É... Sair, a gente conversa “vamos para o clube”. Uma coisa que eu gosto de fazer é pescar, a DMJ não gosta muito, mas ela me acompanha às vezes, ir para um pesque e pague, entendeu, ou ir viajar. É tudo em cima de muita conversa, é programado. A gente conversa, “olha vamos juntos, não vamos, dá para a gente ir, a gente tem condição de ir para lá, não tem, se for uma viagem mais extensa. As crianças participam na escolha também “vamos lá, não vamos”. A gente olha a vontade deles, com certeza. Nem sempre o que é bom pra mim vai ser bom para eles e vice versa, então... A gente abre mão, procura realmente satisfazê-los, eles merecem. Muito pouco, atualmente a gente sai a família, tudo que a gente faz praticamente fazem os quatro juntos. Não sei quando é à noite, alguma coisa assim que vai ficar tarde demais, para eles, por causa do sono, do cansaço, mas geralmente a gente está junto (DHJ).

A influência dos filhos na decisão sobre como usufruir o tempo livre é uma constante no discurso dos casais, tanto do grupo 1 quanto do grupo 2 e para alguns deles, inclusive, o nascimento do primeiro filho foi adiado para poderem ter mais tempo juntos:

Não, porque nós pensamos... no início... ah, vamos pelo menos uns dois anos viver melhor a vida, curtir melhor a vida, né? Pra depois pensar em filho. Mas aí depois de uns dois anos, nós vimos que a situação já estava mais assentada, resolvemos pensar nisso aí.. (AHV).

Também em alguns casos o número de filhos foi limitado em função de o casal poder ter mais tempo de lazer para usufruir:

A gente é muito, a gente é muito.... assim, farreador sabe (risos). Sair final de semana, viajar, e o (filho) sempre acompanhou muito, então quando ele estava maior (se tivessem outro filho) a gente ia ter que voltar tudo, mudar tudo outra vez, acho que... bateu assim.... ah, está tão bom do jeito que está, vamos deixar por aí (EMJ).

Os membros dos casais do grupo 2, assim como os do grupo 1 afirmaram haver uma concordância entre eles sobre como fazer uso do tempo livre, uma vez que gostam das mesmas coisas e, assim, estão sempre juntos:

Ah! Os dois. Viajar a gente é assim, às vezes não tem nada programado aí ele chega para mim: “Vamos para Ibitipoca amanhã?” aí eu: Vamos”. A gente faz a mala e vai, muito praieiro. É, e a gente gosta do mesmo tipo de... de assim, lugar mais aventureiro essas praias que tem que fazer um trilha para chegar, às vezes a gente aluga Land Rover para poder chegar nas praias. A gente gosta de viagem assim e... mais ecoturismo assim, sabe? De mais riscos (EMJ).

No entanto, por vezes, eles deixam transparecer que o tempo livre nem sempre é utilizado da melhor forma por um deles, uma vez que há situações em que um cede, depois de conversarem, somente para acompanhar o outro:

Uma coisa que eu gosto de fazer é pescar, a DMJ não gosta muito, mas ela me acompanha às vezes, ir para um pesque e pague, entendeu, ou ir viajar. É tudo em cima de muita conversa, é programado (DHJ).

No caso dos membros dos casais do grupo 2, podemos observar o surgimento de decisões mais individualizadas sobre o uso do tempo livre:

Eu gosto de ficar dentro de casa. Porque meu trabalho é muito cansativo. Eu tenho uma empresa, uma fábrica de bolsas. Então eu trabalho das 7 da manhã até as cinco, seis, sete horas. Isso depende da época, porque tem época que é mais pesado, final de ano, início de ano, fica mais pesado pra mim. Muito serviço por prazo curto. Aí eu trabalho mais do que eu deveria. Então, quando chega final de semana eu já quero é curtir a casa, ficar quietinho dentro de casa, descansar, tirar um cochilo à tarde. Mas... que nem agora, tipo um filme. Isso sou sempre eu mesmo (sobre escolha do filme). Ela não assiste filme comigo. Ela acha que é perda de tempo, ela gosta mesmo é de estudar. Então ela estuda e eu e T (filho) ficamos assistindo um filme (FHJ).

Contudo, quando um dos membros do casal não participa das atividades de lazer, especialmente se for a mulher, o homem deixa transparecer em seu discurso a sua insatisfação com esta decisão dela:

Você vai ficar estudando, estudando, estudando, correndo atrás, aí você esqueceu seu filho, seu filho cresceu, você continuou estudando. Se bobear, você perde seu marido, perde seu filho. E muitas vezes ela não fez nada pra ela mesmo, só pensando no estudo pra trabalhar. E a vida da gente não é só isso, não é só trabalho, não é só estudo, é lazer também. O lazer, a conversa, ela faz falta para o casal, para a família e filhos (FHJ).

A visita a familiares e amigos também faz parte das atividades de lazer dos casais do grupo 2:

A gente final de semana vai para a casa da minha mãe, passa o domingo lá. Sai com os amigos também, uma noite, um final de tarde. Às vezes a gente vai para um sítio com os amigos também (FMJ).

Na relação com familiares, os membros dos casais do grupo 1 deixam transparecer um certo distanciamento com relação à família, seja ela a da mulher, seja a do homem. As relações de alguns membros dos casais com seus familiares às vezes se restringem a uma ajuda financeira ou a situações especiais, como a de doença ou morte de algum parente:

Não, pelo contrário a gente sempre ajudou mais. Os dois. É, é, porque a família principalmente da AMV, eles tiveram mais dificuldade em algumas coisas, sabe? Então a gente sempre ajudou mais, sabe? (AHV)

Ajuda. Ajuda. Por exemplo, o pai dele faleceu, ele que fez tudo sozinho, tudo. Hospital, enterro. Tudo. Ficou lá 15 dias (BMV).

Os encontros com os familiares também se restringem a situações especiais como as festas de Natal, Final de Ano, ou aniversário de algum parente:

Então, nós estamos sempre juntos, é aniversário de uma, vamos na casa. Sempre comemoramos os aniversários. Eu não sou de ir na casa deles, não sou de visitar. Nós nos encontramos muito assim nos aniversários, nas festas. Eu com minhas irmãs, estamos sempre juntas, é Páscoa, é Natal, é Fim de Ano (CMV).

A gente mora longe, né? Praticamente a gente fica aqui. A gente já mora aqui desde que os meninos eram pequenos. Sempre moramos fora, então não temos muita ajuda de família não. É igual, lá (cidade de origem do casal) eles moram na mesma rua. Nós somos vizinhos. Os nossos pais são vizinhos. Na mesma calçada, tem uma casa, passa essa casa é a casa do CHV. Quando a gente vai lá, visita tudo. É... Igual. Mas nossas famílias são muito amigas. Tudo é minha mãe e a irmã dele, tudo é a irmã dele e a minha mãe (BMV).

Os membros dos casais do grupo 1 revelaram, ainda, que mantêm uma relação igual com os familiares de ambos, pelo menos com alguns dos membros da família:

Não, não, não, aqui é igual. Eu tenho uma irmã que a gente vai muito na casa dela e ela vem aqui também. Tem a irmã da AMV que a gente tá sempre junto, sempre junto mesmo. Isso aí é igual, não tenho muito a ....(AHV).

Para uma das mulheres do grupo 1, o fato de a sogra ajudá-la a cuidar dos filhos enquanto ela trabalhava fora gerou muitos ciúmes e acabou levando a um afastamento entre elas:

Então eu procurava, naqueles momentos em que eu ficava com eles, de ter uma aproximação maior, de brincar, de conversar, de estar mais junto. Eu acho que isso até trazia muito ciúme na minha sogra, porque quando eu chegava, claro que eles queriam vir para o meu colo, ficar comigo, né? Então ela ficava um pouco enciumada. Achando, “ah, só porque tá aqui, agora eles não querem ficar comigo”, entendeu? Ela que ficava o dia todo. Mas então eu procurava nesses momentos. Mas a gente deixa um pouco mesmo, fica um pouco a desejar para a criança, né? Você fora de casa. Era pra mim... era muito doído, eu saía, chorava. Tinha vontade de ficar. Por isso, quando eles ficavam doentes, eu ficava (CMV).

Na fala de seu marido, ele afirma que procura intermediar a relação da mulher com sua mãe, mas revela que essa é, ainda hoje, uma situação que deixou “trauma”, embora eles continuem vivendo sem maiores problemas:

Olha, ajuda assim. Minha mãe ajudou muito, quando as crianças eram pequenas. Ficava com as crianças lá, entendeu? Ajudou muito. Se não... Até renunciou a casa dela lá para ficar com os dois meninos lá, dormia até lá em casa. Aí quando veio para aqui, foi até meio, assim, “traumatizado”, porque a gente arrumou empregada, e... Ela ficava aqui. Aí começou a ter problema com a empregada que tinha, mandar fazer assim, começou duas pessoas a dar ordem dentro de casa. Faltou maturidade também das duas partes, entendeu. Aí a CMV começou a ficar com ciúme, implicar, essa coisa toda. Aí eu falei: “olha, mãe, não dá para a senhora mais ficar aqui”. É. “Com a fulana, nós não vamos mais precisar do serviço da senhora”. Então, ficou aquela coisa meio do outro sair, parece que expulsou. Aí ficamos com a empregada aí, entendeu. Mas continua, assim, vivendo, convivendo, sem problema nenhum. Mas foi uma coisa que teve que romper o cordão umbilical para dar uma direção na vida. Porque ela ficou muito tempo ajudando, começou a incorporar também a situação da casa também. Né? Era isso (CHV).

De modo geral, os membros dos casais afirmam se relacionar mais intensamente com os familiares da mulher do que com os do homem:



Eu convivo mais é pro lado dela, porque eu e minha mãe, só tem eu e ela. Igual hoje eu fui lá, arrumei umas coisas na casa dela, aí fiz a faxina para ela lá, entendeu, e tudo. De vez em quando ela vem almoçar aqui. A CMV vai mais lá, também, entendeu? Sem problemas. Mas a família dela, que tem mais gente, convive mais, vai lá, vem cá, aquelas coisas assim (CHV).

Uma das mulheres do grupo 1 justifica o fato de terem menos relação com os familiares do marido por falta de interesse dele. Cabe acrescentar aqui que ela fez referência à casa dos pais dela como “minha casa”:

Às vezes vou na minha casa. Nós convivemos mais com os meus familiares. Mais. Eu acho que é falta de interesse dele. Porque até a questão dele, eu fico insistindo com ele, brigo com ele. Porque ela, só tem ela (a mãe), é sozinha. Só tem ele de filho. Para ele ir na casa dela, ele custa muito a ir. Assim, antigamente, quando os meninos eram mais novos, às vezes ele não ia, eu pegava o carro, eu ia, visitava, entendeu? Então eu acho ele muito, assim, muito calmo para isso. Então ele tem tios, não vai na casa dos tios, tem primos. Ah, porque eu e a minha família, nós estamos sempre juntos. Nós sempre estamos juntos. Sempre foi assim. São as irmãs da minha mãe, as que são as minhas primas, filhas das minhas tias. Antigamente vinham mais, hoje vêm menos. Eu também, vou menos na casa deles. Mas nós estamos sempre juntos, às vezes vou na minha casa, aí nos encontramos (CMV).

Os homens do grupo 1 se referiram à existência de muita competição entre familiares :

Porque família é aquele negócio, além de expor pouco, tem aquele negócio de competir. Por exemplo, se tiver que comprar esse vidro aqui. “Ah, não, tô querendo melhorar esse vidro meu, porque tá sujo assim, não sei o quê”. Não, aí quando você chega lá ele te mostra. Né? Quer dizer... “Ah não, nós vamos comprar esse aqui, porque tá ficando meio sujo assim, vi uma propaganda na televisão, sobre bactérias”, então resolveu comprar. O outro já corre para te mostrar que comprou. Ah, tem. Isso aí família, sempre... tem competição (CHV).

Nos casais do grupo 2, ao contrário, os familiares, especialmente os da mulher, têm uma presença constante, inclusive em termos de ajuda nos cuidados das crianças, em função do trabalho da mulher fora de casa:

O pessoal da DMJ, por estar aqui em Juiz de Fora, o pessoal da DMJ. Nós temos uma convivência maior com eles. Eu penso pelo fato até da formação. É... Um lugar pequeno, com 14 anos se você quisesse continuar estudando, teria que sair. Então, eu fui criado e meus irmãos também desse jeito. Com 14 anos um vai embora o outro fica em casa com o pai. Foi saindo o mais velho, o do meio, depois eu. E hoje um em cada ponto, com seus serviços, fora daqui. Um mora aqui, a gente se vê bastante. Mas o pessoal da EMJ é mais presente, são quatro mulheres, entendeu, eu acho que o lado feminino também tem a ver, mais unido, entendeu. Eles são bem unidos, a família dela, então estão sempre presentes. (DHJ)

Também, às vezes, para o casal manter um ritmo de compromissos sociais e viagens como faziam quando “solteiros”, essa ajuda é fundamental, como se observa na fala de EHJ abaixo:

Então assim por esse comodismo a gente nunca deixou. Quer viajar, vamos embora e.... um filho só eu acho que foi por comodismo nesse ponto, de não querer perder a liberdade e essa mordomia que a gente tem.

A presença mais freqüente, contudo, é a da mãe da mulher no caso dos casais do grupo 2:

O T fica à tarde na minha mãe, porque agora ele passou a estudar de manhã, eu ainda não me alertei como vai ser. Ele fica na minha mãe à tarde que é pertinho do colégio. Ele faz isso sozinho, sai do colégio sozinho e vai pra minha mãe que é uma rua seguinte. Fica a tarde toda lá, faz dever, descansa, porque acorda 6 horas, aí ele descansa. Seis horas eu saio do fórum e vou lá buscar, a L e o T na minha mãe. Também no colégio quem pegou 5 e 15 foi a minha mãe, porque não dá pra eu pegar (DMJ).

Aí tem minha mãe que é uma benção na minha vida. Quando eu engravidei eu nem fiquei assim tão.... tão preocupada porque eu sabia que eu podia contar com ela. Então foi assim,

para falar a verdade como eu só tinha consultório e eu trabalho também lá em na outra cidade, duas vezes por semana e lá eu trabalho em uma empresa particular, então não tinha carteira assinada, não tinha licença maternidade. Só que na época eu nem pensei nisso, quando eu engravidei foi uma alegria danada, eu fiquei muito animada, eu sabia que minha mãe ia olhar ele, ela que ia tomar conta para mim. Tanto é que ele nasceu já ficava com ela o dia inteiro, com dois meses eu voltei a trabalhar, mesmo em outra cidade (EMJ).

Durante o dia. Eu morava em um bairro afastado, a gente descia de manhã, deixava ele na minha mãe o EHJ ia para clínica, eu ia para outra cidade, ou ao contrário, porque ele também trabalha lá. Então no dia que eu to lá ele esta aqui e no dia que eu estou aqui ele está lá, tanto é que a gente nem encontra durante o dia. E... já a noite a gente passava lá pegava ele já de banho tomado, já tinha comido pronto para dormir (EMJ).

Os membros dos casais do grupo 2, como os do grupo 1, também revelaram ter muita aproximação entre as famílias de ambos. Parece que os familiares transformam o vínculo de casamento entre os filhos em uma amizade entre as famílias dos dois:

Com a minha família, demais com minha mãe e com meu irmão e minha cunhada, demais, mesma quantidade que... só que família dela envolve mais gente a minha se restringe mais a essa. Inclusive a minha participa muito... pela dela ser maior, vai ter uma festa da família dela, os primeiros da lista são minha mãe e meu irmão, às vezes chamam minha mãe e meu irmão antes de mim. Quando eu vou avisar: “Não, já chamaram.” então... Sim, e isso facilita, por isso que às vezes: “Pô, mas vocês não têm problema de Natal, de Reveillon, porque vai para casa...”. Não porque minha mãe vai. Minha família ficou... entendeu? No caso meu irmão, a esposa dele a família dela mora fora, então Natal é aqui e Reveillon ele vai para fora, mas minha mãe fica aqui comigo, onde eu estiver. E geralmente está junto com a família dela que é maior então não tem problema não. Tem dia que eu ligo: “Onde você está mãe?”, “ Tô na casa de...”, já está lá. É. Por minha família ter resumido a só minha mãe e meu irmão ficou fácil... não tem esse problema de Natal de divisão: “Ah! Você não vai...”, isso nunca teve não. Minha mãe participa de tudo (EHJ).

Em algumas situações, a família da mulher dos casais do grupo 2 substitui as tarefas do casal, não apenas no que diz respeito aos cuidados com o filho, como já assinalado, mas também no que diz respeito a outras tarefas, como é o caso da alimentação, mencionada por EMJ:

Eu tenho uma faxineira porque, é o seguinte, minha mãe é viúva, meu pai morreu a gente era muito nova, então ela tem uma empregada ótima, e ela, mora aqui, dois quarteirões daqui então a gente almoça lá, minha irmã também almoça lá. Até para ela não ficar muito sozinha, o negócio dela é fazer o almoço, para gente almoçar e para gente é tudo de bom, porque eu não preciso ter empregada e ela faz o almoço, empregada dela faz o almoço e a gente almoça lá, então, na verdade cozinha aqui em casa não funciona.

Para os membros dos casais do grupo 2, a ajuda recebida da família pode interferir nas decisões do casal, principalmente no que diz respeito aos cuidados com as crianças e, assim, eles procuram ficar atentos para que isso não aconteça:

Com relação à educação, eu acredito que devem interferir um pouquinho, pelo fato de o T, principalmente o mais velho ficar lá na casa da avó, à tarde. Então ele tem uma convivência de 4, 5 horas ali com a avó, com a tia. Então acredito que sim, que interfira um pouquinho. Não sei falar como ainda, em que, pelo fato de não estar lá vendo a situação que está acontecendo. Mas a gente sente que quando vem da vovó vem diferente, vem mais... querendo mais as coisas, “ah, a vovó me dá, por que você não me dá”. O coração de vó, acho que essa hora fala. Mas não é aquela coisa direta, eles respeitam muito a gente, sabem, não se intrometem. Por isso a gente é feliz, não tem essa interferência financeira, com relação à educação, tão pesada igual a gente vê acontecer (DHJ).

A participação da avó no cuidado das crianças é vista como uma necessidade, uma vez que os dois membros do casal trabalham fora de casa. A decisão a esse respeito, como afirma DHJ em seu discurso, foi tomada de “comum acordo”:

Foi conjunto. O fato de o colégio estar colado, e a gente trabalhar à tarde, tanto a DMJ quanto eu. Então, a gente colocar numa creche ou pedir a alguém, a avó ali coladinha, entendeu? Ela prontamente, quando a gente conversou: “não,

que isso, tem que vir, é aqui mesmo, não vai pagar os outros pra tomar conta do filho de vocês, fica aqui com a gente”. Foi comum acordo.

Para alguns membros dos casais do grupo 2, a mãe do homem também presta essa ajuda:

Bom, minha sogra mora comigo. Então, só que agora ela está viajando. Quando ela está aqui, igual ela está aí fim de semana que vem, ela fica com meu filho na parte da manhã. E eu trabalho à tarde, quando ela está aí eu trabalho de manhã. Agora, quando ela não está, como foi agora a época de férias, aí eu ficava em casa de manhã (FMJ).

Alguns casais mantêm a rotina de almoçar aos domingos com os pais da mulher e as festas de fim de ano são divididas entre os familiares de ambos os cônjuges. Assim, o Natal eles passam com os familiares da mulher e a passagem de ano com os familiares do homem. A união das duas famílias em todas essas comemorações na casa dos familiares da mulher também é comum e evita terem que se dividir entre as duas famílias de origem:

No caso dele é a mãe e o irmão que ele tem só, o restante da família é muito afastado então a gente trouxe os dois para minha família. E a minha família é grande, muito unida e tem que dar opinião em tudo, minha mãe é assim (EMJ).

Acho que é igual. Acho que os meus, a minha família me procura mais ainda. Eu tenho uma irmã, né? Eu tenho uma irmã mais que me procura, porque as outras moram fora. Tem umas que moram aqui, mas o contato é menos com as que moram mais longe, mas a que mora mais perto, ela tá sempre aí, tá sempre aqui com a gente, ela vem passa o dia, passa o final de semana, dorme aí com a gente, então ela tem mais contato. Agora, com a família dela, o contato maior que a gente tem é de domingo, que a gente vai pra lá pra almoçar com os pais dela. Ah, ela, a mãe dela liga, convida. Aí a gente vai. Isso aí eu nunca coloquei obstáculo não, porque eu até gosto de frequentar a casa do meu sogro. Então eu não coloco obstáculo nenhum. Ela liga, minha sogra liga: “vocês vão vir almoçar aqui?”. Eu falo: “Não, tudo bem, a gente vai”. Só não vamos quando eu tenho algum compromisso (FHJ).

Entretanto, os membros dos casais do grupo 2 deixam transparecer que não querem a intromissão da família nas decisões do casal. Assim, eles tentam, muitas vezes, buscar um “meio termo”, até porque não querem perder essa “ajuda” que a família dá:

Eu tenho duas tias solteiras que ligam para cá de noite para saber se o M jantou, se não jantou me zanga, entendeu? Se intrometem muito. Eu acho que isso aí às vezes até ele (o marido) fica assim meio... ele não entende muito bem não, mas eu largo para lá porque né?! Eu não quero confusão com ninguém (risos), eu quero é paz. Então eu acho que a única coisa que interfere um pouco é... a família intromete um pouquinho (EMJ).

Uhm... meio termo. Porque... quando a minha sogra tá aqui, eles vêm muito aqui, né? A família dele. Principalmente uma irmã dele, vem muito aqui, então... Fica um contato mais próximo porque, assim, na minha família é mais final de semana, durante a semana não. Sou eu (risos).(sobre quem decide que vão passar o domingo na casa dos pais ) (FMJ).

Eles são bem unidos, a família dela, então estão sempre presentes. Com relação à educação, eu acredito que devem interferir um pouquinho, pelo fato de o T., principalmente o mais velho ficar lá na casa da avó, à tarde. Então ele tem uma convivência de 4, 5 horas ali com a avó, com a tia. Então acredito que sim, que interfira um pouquinho. Não sei falar como ainda, em que, pelo fato de não estar lá vendo a situação que está acontecendo. Mas a gente sente que quando vem da vovó vem diferente, vem mais... querendo mais as coisas, “ah, a vovó me dá, por que você não me dá”. O coração de vó, acho que essa hora fala. Mas não é aquela coisa direta, eles respeitam muito a gente, sabem, não se intrometem. Por isso a gente é feliz, não tem esse interferência financeira, com relação à educação, tão pesada igual a gente vê acontecer (DHJ).

Como pudemos observar, as relações com os familiares dos membros dos casais do grupo 1 se apresentam de forma bastante diferente do que ocorre no caso dos casais do grupo 2. Parece que, no caso dos casais do grupo 1, houve uma maior separação e independência com relação aos familiares de ambos. Já os membros dos casais do grupo 2, ao contrário, parecem ter intensificado essa relação, inclusive porque a ajuda que recebem dos familiares tornou-se

imprescindível para seu estilo de vida, em que ambos trabalham fora de casa. Parece, assim, que, apesar de ambos os membros dos casais do grupo 2 terem afirmado que houve um consenso, isto é, que a decisão de receber ajuda de familiares é dos dois, na verdade, ela atende mais às necessidades das mulheres, uma vez que elas agora passaram a desempenhar uma atividade assalariada fora de casa. De certa maneira, essa ajuda não interfere diretamente na vida do homem, mas possibilita que a mulher que trabalha fora de casa dispense uma empregada, reduza a contratação dos serviços de uma diarista ou mesmo possa deixar os filhos com uma pessoa de sua inteira confiança, no caso sua mãe, para melhor poder se dedicar à vida profissional. Apesar de os membros destes casais receberem ajuda constante dos familiares, eles revelam estar sempre atentos para que essa ajuda não se transforme em intromissão nas decisões do casal. Para Singly (2007), na contemporaneidade, a ajuda dos pais aos filhos casados tem uma conotação diferente da que tinha em épocas anteriores, uma vez que não se cria uma relação de dependência. Ao contrário, segundo o autor, os pais ajudam os filhos adultos “para mostrar sua afeição, inscrevendo os vínculos nas práticas, ao mesmo tempo, para lhes permitir que 'vivam a sua vida'” (pp.109-110).

Já no que diz respeito ao uso do tempo livre, constatamos nos discursos dos membros dos casais do grupo 1 que, com os filhos crescidos, eles começaram a investir em atividades de lazer juntos, que não envolvam necessariamente os filhos, como ocorria quando estes eram crianças, quando todo o tempo era empregado na atenção e cuidado das crianças. Nesta época, alguns maridos nunca deixaram de sair com amigos, como revelou uma das entrevistadas (“quando as crianças eram pequenas o BHV saía muito, ele aproveitou muito”), ao contrário das mulheres, que, como principais responsáveis pelos cuidados e educação dos filhos, permaneciam em casa, não tendo um tempo livre para si. Já os membros dos casais do grupo 2 fazem sempre referência aos filhos, ao falar do uso do tempo livre, afirmando que desenvolvem sempre atividades que incluem os filhos, ou seja, procuram atividades das quais todos os membros da família possam participar. Os casais que afirmam sair muito são exatamente aqueles que contam com a ajuda da família da mulher para cuidar dos filhos enquanto “eles vivem a vida” deles, como havia apontado Singly (2007).

## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender se e como as mudanças referentes à posição e ao papel de homens e mulheres na sociedade afetaram o processo de tomada de decisão entre membros de um casal no que diz respeito ao Planejamento Familiar, à Divisão de tarefas e Responsabilidades e à Utilização do Tempo Livre e Relação com os Familiares. Para tanto, foram entrevistados três casais cuja união se deu na década de 1970 e têm entre 30 e 39 anos e três casais mais jovens que se constituíram na década de 1990 e têm entre 10 e 19 anos de união.

No que diz respeito às decisões referentes ao número de filhos e a quando tê-los, observamos no discurso de homens e mulheres do grupo 1 que é da mulher a maior responsabilidade pela escolha e uso do contraceptivo. O acesso ao desenvolvimento das ciências biológicas no que se refere à contracepção não mudou o papel de homens e mulheres no que diz respeito a esse tema; apenas deu ao casal a possibilidade de diminuir o número de filhos e, assim, atender a uma tendência global de redução da quantidade de filhos por família.

No que concerne à divisão de tarefas e responsabilidades, observamos que, para os membros dos casais que têm entre 30 e 35 anos de união, a mulher continua a ser a principal responsável pelas tarefas de casa e os cuidados com os filhos. O homem passa a maior parte do seu tempo dedicando-se ao trabalho, sendo o principal provedor financeiro da família, mesmo quando a mulher trabalha fora. Conceitos antigos como “é a mulher que sabe e tem o dom” para tarefas da casa continuam a fazer parte do discurso de homens e mulheres dessa geração. Assim, o processo de tomada de decisão entre os membros dos casais do grupo 1 toma como referência valores culturais antigos que definiam o papel do homem como provedor e da mulher como responsável pelos cuidados dos filhos e das tarefas de casa.

Assim, as decisões que envolvem os filhos são tomadas pela mulher e o homem pouco interfere ou prefere que a mulher assuma essa responsabilidade porque ele percebe maior entrosamento entre a mulher e os filhos, o que, segundo eles, possibilitaria uma maior aceitação das decisões por parte dos filhos, evitando maiores conflitos familiares. Embora alguns homens, membros dos casais do grupo 1, afirmem que não interferem para “não tirar a autoridade da mãe”, em seus



discursos, deixam transparecer que são “voto vencido”, indicando que sua opinião, nesse caso, não tem nenhuma influência na decisão a ser tomada.

Quando se trata da responsabilidade pela administração da vida econômica do casal, observamos no discurso dos membros dos casais do grupo 1 que essa é uma decisão a ser tomada pelo homem quando a mulher tem alguma fonte de renda menor que a dele, visto, inclusive, como aquele que sabe lidar com dinheiro. Quando a mulher tem um salário igual ou superior ao do homem, eles conversam sobre a aplicação do dinheiro, no caso de um grande investimento, deixando transparecer que a equivalência de salário dá à mulher maiores condições de negociação na decisão a ser tomada. Já no que diz respeito às decisões menores, geralmente ligadas ao espaço doméstico, como as compras de supermercado, de aparelhos elétricos e eletrônicos de menor valor e de objetos de uso pessoal, como vestuário para si e para os filhos, cabe à mulher a decisão.

Ainda em relação à administração financeira dos bens do casal, observamos, tanto no discurso dos membros dos casais do grupo 1, quanto no discurso dos membros dos casais do grupo 2, que o dinheiro é um assunto polêmico nas decisões a serem tomadas pelo casal, e, assim, para evitar conflito, os casais fazem uso de algumas estratégias, como dividir as contas por que cada um deverá ficar encarregado e, quase sempre, a mulher fica responsável pelas despesas diárias com a casa e os filhos e o homem fica com as despesas maiores, como a prestação da casa e do carro e a reforma da casa, continuando, dessa forma, a ocupar a posição de grande provedor. Em alguns casos, o casal torna invisível o salário da mulher, que é depositado integralmente na conta bancária do homem, que é quem vai administrar toda a renda do casal. Como afirmam algumas mulheres, elas “não tem peito” para assumir determinadas decisões, o que reforça, ainda mais, a antiga idéia de que essa é uma função masculina.

No que diz respeito à participação de cada um dos cônjuges na execução das tarefas domésticas, no cuidado e educação dos filhos e no provimento financeiro da família, observamos que as decisões entre os membros dos casais do grupo 1 são tomadas levando-se em consideração o sexo, isto é, as decisões que dizem respeito à mulher estão relacionadas à casa e aos filhos enquanto que ao homem cabem as decisões referentes ao controle dos gastos e aos investimentos da família. Pudemos perceber que, a esse respeito, não há conflito entre os membros desses casais, uma vez que as referências utilizadas estão calcadas em valores mais tradicionais e

externos, compartilhados por ambos e, deste modo, que há concordância nos discursos sobre quem deve tomar a decisão.

Quando comparamos o discurso dos casais do grupo 2 com o discurso dos casais do grupo 1, percebemos que, diferentemente do que ocorre com os casais do grupo 1, valores mais atuais entram em conflito com valores mais antigos nos casais do grupo 2 no que diz respeito ao papel do homem e da mulher no processo de tomada de decisão. Começam, então, a aparecer desavenças entre os membros do casal que acabam por levar ao uso de alguma estratégia para minimizá-las. Assim, na administração dos proventos da família, eles separam as responsabilidades de cada um e não possuem conta bancária conjunta. Ou, ainda, um dos membros se afasta do processo de tomada de decisão, delegando ao outro membro, considerado mais habilidoso na gestão financeira, seja ele homem ou mulher essa função. Quase sempre, contudo, a administração dos proventos da família e os cuidados com o carro ficam sob o encargo dos homens, considerados mais habilidosos nesse quesito, enquanto que as mulheres se encarregam pelas questões da casa, já que seriam mais habilidosas em tarefas como decoração, arrumação e organização.

Quando analisamos o discurso de homens e mulheres do grupo 1 em relação à utilização do tempo livre percebemos que, de modo geral, as mulheres influenciam de maneira decisiva as decisões tomadas a esse respeito. Os homens afirmam com frequência serem mais preguiçosos, gostarem de ficar em casa, enquanto que as mulheres revelam gostar de sair para dançar, caminhar, praticar esportes e viajar. Os homens afirmam aderir ao que elas propõem porque consideram boas suas propostas. Uma das mulheres do grupo 1 revela em seu discurso que não se sente bem saindo sem a companhia do marido porque foi assim que lhe ensinaram que a mulher deve agir. Deste modo, ela só sai para atividades de lazer quando está acompanhada pelo marido e, quando sai só com as amigas, sente-se culpada. Os membros dos casais do grupo 2 fazem referência ao fato de que o tempo livre é quase sempre passado com os filhos e que geralmente há uma concordância entre eles sobre como fazer uso do tempo. Já se pode observar também o surgimento de decisões mais individualizadas sobre o uso de tempo livre, ou seja, ambos os membros do casal não necessitam estar necessariamente envolvidos na mesma atividade. Quando isso acontece, no entanto, especialmente quando quem não se envolve é a mulher, o homem deixa transparecer sua insatisfação com esta decisão dela. De modo geral, podemos dizer que há uma maior aceitação quanto à

utilização do tempo livre quando ele é compartilhado pela família ou pelo casal tanto pelos membros dos casais do grupo 1 como pelos do grupo 2.

No que diz respeito à relação com os familiares, os membros dos casais do grupo 1 afirmaram procurar manter uma relação igual, ainda que com certo distanciamento, com os familiares de ambos. De modo geral, os encontros com os familiares se restringem a datas especiais como Páscoa, festas de fim de ano e aniversários, em que, muitas vezes, as duas famílias celebram juntas.

Já no discurso dos casais mais jovens do grupo 2, pudemos observar que eles casais recebem ajuda dos familiares, especialmente da mãe da mulher, nos cuidados das crianças e, por vezes, até no que diz respeito às refeições diárias, a fim de que a mulher possa se dedicar melhor ao seu trabalho. Podemos observar aqui que o homem continua desobrigado de dividir com a mulher os cuidados das crianças, tarefa que é transferida aos familiares da mulher, especialmente sua mãe.

Podemos dizer, a partir dos discursos dos casais do grupo 1, que, quando há discordância entre os membros do casal, um deles acaba cedendo, na maior parte das vezes a mulher, em benefício da decisão que supostamente vai favorecer o grupo familiar. Já no discurso dos membros dos casais do grupo 2, pudemos observar que, de modo geral, eles procuram conversar para chegar a uma decisão conjunta. Percebemos, ainda, que as decisões são mais individualizadas e têm como foco não apenas o bem estar geral como também o bem estar pessoal de cada um dos membros do casal, sendo que a mulher parece ter uma atitude mais reflexiva, que busca atender às suas necessidades, ao contrário do homem que parece mais preso a valores e modelos antigos, agindo como seus pais.

Podemos dizer que as mudanças referentes à posição e ao papel de mulheres e homens na sociedade afetaram de forma distinta o processo de negociação nas tomadas de decisão entre os membros dos casais das duas gerações que participaram de nosso estudo. Observamos que, com alguma frequência, a convivência de valores mais antigos, predominantes nos relacionamentos antigos, e valores mais atuais constituíram fonte de conflitos individuais, bem como de conflitos entre os membros dos casais, especialmente no caso dos casais do grupo 2 em que as decisões começam a se tornar mais individualizadas. Parece que, especialmente a mulher da geração mais jovem busca uma relação mais igualitária, mais democrática, objetivando um relacionamento mais autêntico e satisfatório, ainda que nem sempre encontre no seu parceiro a mesma

disponibilidade, uma vez que este ainda está mais apegado a valores tradicionais. Tal fato, muitas vezes, impede a construção de uma relação mais duradoura e satisfatória para ambos os membros do casal. Como se pode observar na fala de uma das entrevistadas do grupo 2, parece que a mulher atual não está mais aberta a ceder sempre para que o casamento se mantenha, como muitas vezes ocorria com as mulheres das gerações anteriores: “Eu comecei a me impor. Eu falei: “não, eu quero isso, então você também vai ter que aceitar, né? Se não quiser, aí... amém”, Sabe?”

Para finalizar, podemos dizer que, de modo geral, o processo de tomada de decisão nos pareceu uma importante fonte de compreensão do modo de funcionamento dos casais, apontando para o surgimento de atitudes mais reflexivas por parte, em especial das mulheres, dos casais com menos tempo de união. Entendemos que o aprofundamento deste estudo pode levar a um melhor conhecimento acerca dos papéis de homens e mulheres nos relacionamentos conjugais contemporâneos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araujo, M. de F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia Ciência e profissão*. junho. 22 (2), 70-77. ISSN 1414-9893.

Ariès, P. (1981). *A história Social da Criança e da família*. São Paulo: LTC

Ariès, P & Bejin, A. (org.). (1987). *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a Sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

----- (2008). *A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Beck, U.(1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A & Beck, U. & Lash, S. *Modernidade Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Bilac, E. D. (2000). Família: algumas inquietações. In Carvalho, M. C. B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.

Berquó, E. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: Novais.F.A & Schwarcz. L.M (orgs) *História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Fernando A. São Paulo: Cia das letras.

Carreno, I; Dias-da-Costa, J. S; Olinto, M. T. A. e Meneghel, S.(2006). Uso de métodos contraceptivos entre mulheres com vida sexual ativa em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*., vol.22, n.5, pp. 1101-1109.

Castells, M.(1999a). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. ( v 1). São Paulo: Paz e Terra.

----- (1999b) *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*.(v.2) São Paulo: Paz e Terra.

Coelho, V. & Diniz, C.(2003) Vida de mulher: lidando com a meia-idade e a menopausa. In: Feres - Carneiro, T.(Org.) *Família e casal. Arranjos e demandas Contemporâneas*. São Paulo: Loyola.

Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar* (3ª Ed) Rio de Janeiro: Graal.

Costa, R.da.(2004). Sociedade de Controle. *Revista Perspectiva*. Vol.18 no.1.São Paulo. Jan./Mar.

Dantas, C., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. *Revista Paidéia*, 14, 347- 357

Dias, M. B. (2006). *Manual de Direito das Famílias*. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais,.

Del Priore, M. (2007). Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: Del Priore, M (Org.).*História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto

De Masi, D.(2008). *Sociedade Pós Industrial*. São Paulo: Senac. (Disponível em <http://books.google.com/books>. Acesso em 17/10/2008 às 22 h 36 min).

Diniz, G. & Coelho, V.(2005) História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FERES - CARNEIRO, T.(Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC.

Féres-Carneiro, T.(1994). Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível ? *Temas em Psicologia*, n. 2, 53-63..

Féres-Caneiro, T. (1995). Terapia de casal: Ruptura ou manutenção do casamento? *Temas em Psicologia*, 2, 37-52.

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre*, v 11 n. 2, 379-394.

Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: Constituição da identidade conjugal. In: Féres-Carneiro, T. (Org.), *Casal e família: Do social à clínica* (pp.67-80). Rio de Janeiro: NAU.

Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia* (Natal), 8(3), 367-374.

Féres- Carneiro, T. Magalhães, A S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: Féres - Carneiro, T..(Org.) *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC.

Fernandes, J. A.(2007).*Uma abordagem interétnica do casamento e da poliginia no Brasil Colonial*. Disponível em: <http://www.antropologia.org.br/arti/colab/a6-jfernandes.pdf>. Acesso em 28/07/07 às 9h 35 min

Figueira, S. A. (1985). Modernização da família e desorientação: uma das raies do psicologismo no Brasil. In: Figueira, S. A. (org). *Psicanálise da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Figueiredo, L. (2007). Mulheres nas Minas Gerais. In: Del Priore, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Giddens, A.(1991). *As consequências da modernidade*.São Paulo:Editora da Universidade Estadual Paulista

----- .(1993). *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista

----- .(1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: Giddens, A. & Beck, U. & Lash, S. *Modernidade Reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

----- .(2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Habermas,J.(2004). *A inclusão do outro:estudos de teoria política*.São Paulo: Loyola.

Hall, S. (2006). A identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP& A.

Hardt, M. & Negri, A. (2005).*Império*. (7ª Ed). Rio de Janeiro: Record.

Hirata, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*. 2002, n.17-18, pp. 139-156.

Jablonsky, B.(1998). *Até que a vida nos separe*. Rio de Janeiro: Agir.

----- . (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In:Feres - Carneiro, T.(Org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola.

Oliveira Lima. (2000). *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha.

Pedro, J. M.(2003) A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. vol.23, n.45, pp. 239-260.

Perlin, G. e Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?. *Psicologia clinica*. vol.17, pp. 15-29 .

Magalhães, A S (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In: Féres- Carneiro, T. (oig). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mello e Souza, A. C.(2000). *Literatura e Sociedade*. São Paulo:T.A. Queiroz.

Nick, S. E.(1997) Guarda compartilhada: um novo enfoque no cuidado aos filhos de pais separados ou divorciados. In: BARRETO, Vicente (Coord.). *A nova família: problemas e perspectivas*.Rio de Janeiro: Renovar.

Nicolaci da Costa, A. M.(1985). Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: Figueira, Sérvulo A. (org). *Psicanálise da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Relatório mundial do UNICEF.Situação Mundial da Infância 2007. Mulheres e Crianças: O Duplo Dividendo da Igualdade de Gênero.Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/>

Rocha-Coutinho, M. L. (1994).*Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.



----- . (1998). A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In L. Souza; M. Freitas & M. Rodrigues (orgs). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp.317-345.

----- . (2003a). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: Feres - Carneiro, T.(Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola.

----- . (2003b). Divididas e multiplicadas: a maternidade para mulheres executivas cariocas. In: D’ávila, M. I. & Pedro, R. M. L. R. *Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social*. Rio de Janeiro: Mauad Bapera.

----- . (2005). Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida. In: Feres - Carneiro, Terezinha.(Org.) *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC.

----- .(2006a). Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: Barros, M. L. de. *Família e Gerações*. Rio de Janeiro: FGV.

----- . (2006b). A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. In: *Revista Estudos de Psicologia*, (janeiro-abril, 11 (1). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil, pp 65-69.

----- . (2007). Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: Féres-Carneiro, T.(Org.) *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

----- . (2009). De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: Féres- Carneiro, T. (Org). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Romanelli, G.(2006). Autoridade e poder na família. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org). *A família Contemporânea em Debate*. São Paulo : EDUC/Cortez,

Rousseau, J.J. (2002). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens In: Weffort, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. 13. ed. São Paulo : Ática, p. 201

Samara, E. de M. (1983). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Sarti, C. A. (2006). Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, M. C. B. (org). *A família Contemporânea em Debate*. São Paulo : EDUC/Cortez.

Singly, F. de. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV.

Souza, L. M. e. (Org.).(1998). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras,

Taylor, C.(2000).*Argumentos Filosóficos*.São Paulo:Loyola.

Vainfas, R. (1992).*Casamento, amor e desejo no ocidente cristão* . São Paulo: Atica.

Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

Velho, Gilberto. (2006). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Wagner, A. & Predebon, J. & Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, 21(2)pp. 181-186.